

Editorial

QUEM TEM MEDO DAS ELEIÇÕES? QUEM TEM MEDO DO DIÁLOGO?

É de toda a evidência que a democracia portuguesa atravessa uma fase nova e perigosa.

Nova e perigosa porquê? Em que consistem a novidade e a perigosidade da fase que atravessamos?

O exame aprofundado da situação actual pelo plenário do Comité Central do PCP e as direcções políticas fundamentais que aponta e propõe fornecem uma resposta clara e cabal a estas interrogações.

O exame e as propostas do Comité Central do PCP, contidas no documento saído da reunião plenária de domingo último, não podem deixar de merecer o interesse e o estudo atento de todos os que querem defender e consolidar as conquistas democráticas do nosso Povo e impedir o restabelecimento do poder económico e político do grande capital, de que nos libertou o heróico movimento dos «capitães de Abril».

O que há de novo nesta fase da democracia portuguesa é que se produziu uma alteração qualitativa a nível dos órgãos de Poder, nomeadamente do Governo e da Assembleia da República.

O que há de perigoso é que essa alteração colide frontalmente com a Constituição da República e abre o caminho à ofensiva das forças do passado que querem minar e destruir as conquistas fundamentais da Revolução.

☆☆

O Governo actual já não é — mesmo do ponto de vista formal — um «Governo PS sozinho».

A partir da discussão e aprovação na generalidade da sinistra lei Barreto e do conjunto de leis anticonstitucionais propostas à discussão dos deputados pelo PS e o PPD na Assembleia da República, e principalmente depois do compromisso público assinado entre ambos os partidos, o grupo dirigente do PS no Governo perdeu toda a sombra de independência política e de carácter de esquerda, capitulou voluntária e vergonhosamente ante as pressões e chantagens da direita e tornou-se um joguete que a reacção pode agora manobrar a seu talante.

Esta capitulação histórica só pode ter surpreendido quem confundiu as palavras com os actos na actividade do Governo do PS.

A tendência para a direita estava implícita na fórmula de Governo minoritário do PS contrária ao inequívoco mandato de esquerda da maioria do eleitorado português. O PCP previu e preveniu, e os factos vieram a confirmá-lo, que a proclamada renúncia às alianças à esquerda com o PCP e à direita com o PPD e o CDS não passava de uma cortina de fumo para encobrir uma realíssima prática de direita materializada na política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo do PS.

Esta política contou desde a primeira hora com o apoio tácito dos partidos da direita, agora aberto e formalizado «preto no branco» através do compromisso assinado entre o PS e o PPD, extensivo ao CDS por efeito da «convergência» reaccionária que une os partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral.

É este conluio contra-natura do PS com o PPD e o CDS que se propõe garantir na Assembleia da República a base jurídica, claramente antidemocrática e anticonstitucional, da restauração em Portugal do poder económico e político dos monopolistas e latifundiários associados ao imperialismo que o 25 de Abril derrotou e apoeu.

A restauração do poder económico e político do grande capital só poderia efectivar-se através do cerceamento crescente das liberdades e direitos consignados na Constituição e à custa da crescente introdução de métodos repressivos e violentos contra o movimento operário, contra os assalariados agrícolas e os pequenos e médios agricultores, contra o movimento democrático e antifascista. Essa tem sido a prática política do Governo do PS.

Estas as consequências imediatas das mudanças qualitativas produzidas ao nível dos órgãos de Poder, nomeadamente do Governo e da Assembleia da República.

☆☆

Assim a suspensão da discussão e da aplicação de tais leis é uma condição necessária para o relançamento de uma autêntica política de recuperação económica e de defesa da democracia.

É ou não verdade que o Governo do PS se mostrou totalmente incapaz de resolver os agudos problemas nacionais e que esse Governo fez uma opção de classe que contraria abertamente o seu programa eleitoral, o seu programa de Governo, o seu próprio programa de partido? É ou não verdade que a política do Governo PS atropela a Constituição e restringe os direitos e liberdades que ela outorga aos cidadãos?

É ou não verdade que a actual composição política da Assembleia da República, pela aberta opção capitalista, agrária e imperialista do grupo dirigente do PS, já não corresponde à vontade expressa do eleitorado?

Assim a substituição do Governo do PS por um Governo isento — o do PS já não é — que assegure condições de liberdade e de verdade numa nova expressão eleitoral, seguida da dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições no prazo de 90 dias, como manda a Constituição, é um passo necessário para garantir a fidelidade destes dois órgãos de Poder à vontade do Povo português democraticamente expressa.

Mas o plenário do Comité Central do PCP renovou ainda uma outra proposta que de há muito vem fazendo publicamente e nos seus contactos com os órgãos de Poder: que os representantes dos partidos e organizações democráticas, dos militares patriotas, de todas as forças políticas e sociais interessadas na defesa da democracia e das conquistas da Revolução se sentem à mesa das negociações, que procurem dialogar e encontrar soluções aceitáveis para a saída da crise actual.

Porquê os dirigentes do PS e outros dirigentes políticos silenciam esta proposta?

O PCP luta e lutará dentro do quadro das instituições democráticas, usa e usará as liberdades e direitos que a Constituição consagra, cinge e sempre cingirá toda a sua actuação aos interesses essenciais do Povo trabalhador e da legalidade democrática.

Quem defende e quem nega a Constituição da República?

Quem tem medo das negociações e do diálogo?

Quem tem medo das eleições?

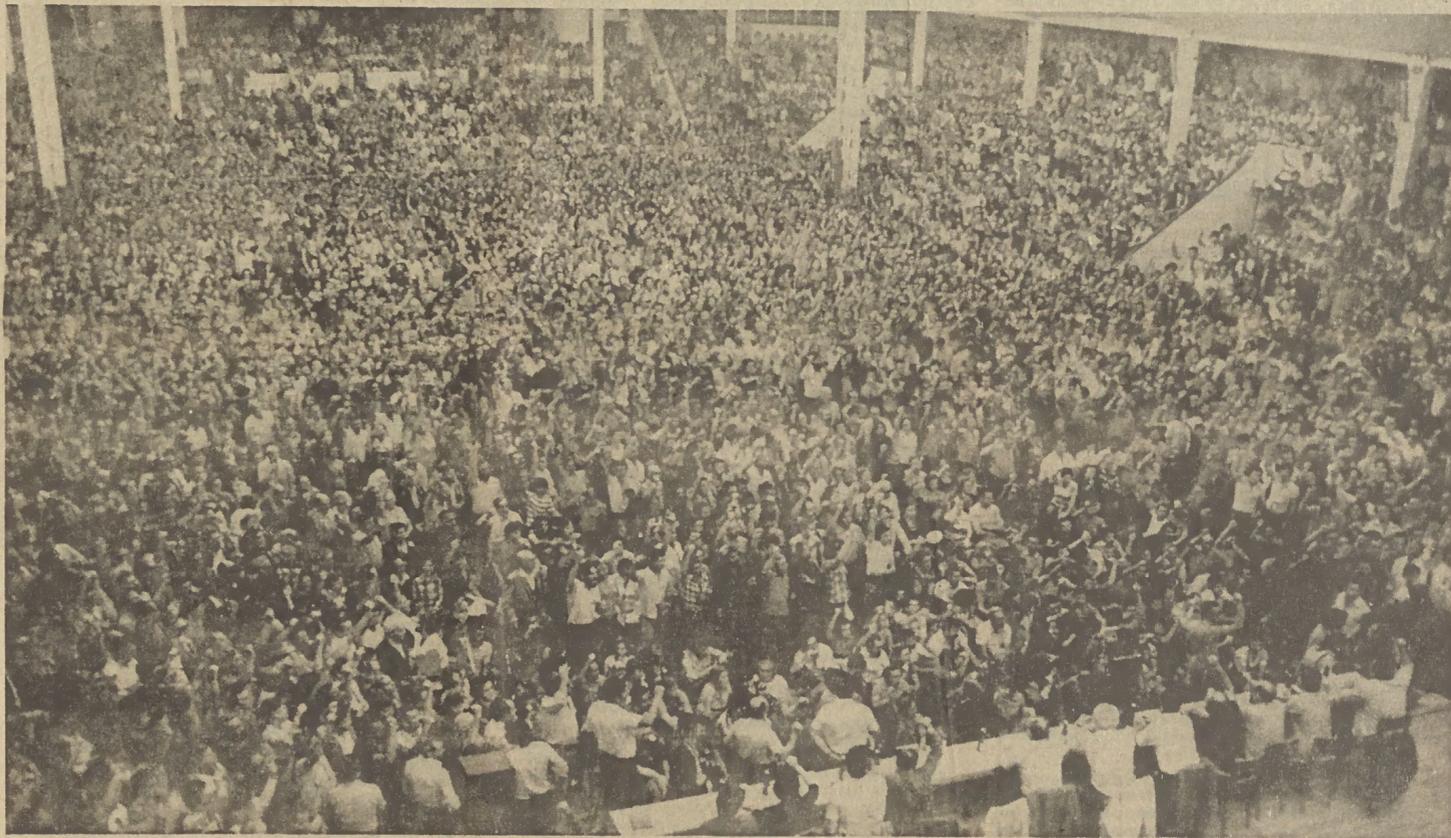
Decerto não é o PCP.

O PCP PERANTE A NOVA E PERIGOSA FASE DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

Importante documento aprovado na reunião do Comité Central do PCP:

- A aprovação na Assembleia da República das novas leis e a aliança do PS com os partidos da direita inicia uma nova fase do processo democrático português que o CC analisa e caracteriza
- Na nova situação criada, mantém-se e reforça-se a vitalidade e importância do movimento popular como barreira ao avanço da direita. O CC define as novas tarefas que se colocam aos militantes do PCP no quadro da acção unitária de massas e para o reforço do Partido.
- Para uma solução democrática e patriótica da situação política criada pela actuação do Governo PS, que analisa, o CC propõe a constituição de um governo de plataforma ou a realização de novas eleições gerais uma vez que a constituição da Assembleia da República deixou de corresponder à situação política e social do País

Págs. 2 3 4



Um aspecto do Pavilhão dos Desportos durante o comício de terça-feira

MILHARES DE PESSOAS ENCHERAM DE ENTUSIASMO E CONFIANÇA O PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Págs. 5 6 7

Dia 5, às 21,30
**COMÍCIO
NO PORTO**

Palácio de Cristal

Intervenções
de
**Octávio Pato,
António Gervásio
e Ângelo Veloso**

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR

— A Festa do «Avante!» nos dias 9, 10 e 11 de Setembro, deverá constituir, a exemplo do ano passado, uma grande realização popular de massas, uma nova afirmação da política do Partido, da profunda ligação dos comunistas às classes trabalhadoras, aos problemas que afectam a vida e a luta do Povo trabalhador.

A Festa do «Avante!» constituirá igualmente uma grande manifestação de cultura e arte, de são convívio e alegria populares, de confiança no futuro do Portugal democrático rumo ao socialismo.

O CC chama todas as organizações a darem o seu esforço entusiástico para que a Festa do «Avante!» seja um grande êxito.

Da resolução do CC de 31 de Julho de 1977
Págs. 8 9



O PCP PERANTE A NOVA E PERIGOSA FASE DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

DOCUMENTO DO CC APROVADO NA REUNIÃO DE 31 DE JULHO

I-Nova e perigosa fase

1. Traços fundamentais da situação

1. — A série de leis aprovadas pela aliança PS-PPD-CDS na Assembleia da República inicia uma nova e perigosa fase no processo democrático português.

Essa fase caracteriza-se pelos seguintes traços fundamentais:

1.º — Tendo tropeçado nos últimos dois anos com a firme e heróica resistência de massas à ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a reacção consegue fazer aprovar uma série de leis que dão a base jurídica para uma ofensiva geral contra as conquistas da Revolução que visa já abertamente não apenas a recuperação de posições, mas a restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários.

Esta política, na sua aplicação e prosseguimento, defronta uma crescente resistência popular e está já sendo acompanhada por restrições das liberdades e medidas repressivas, apoiadas em regulamentações abusivas e anticonstitucionais.

2.º — O Governo do PS alia-se abertamente ao PPD e ao CDS, renega o Programa do PS, o Programa Eleitoral e o próprio Programa de Governo, viola a Constituição e torna-se abertamente um instrumento da política do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo contra as classes trabalhadoras e o Povo português.

3.º — A política do Governo PS e a sua aliança declarada com a direita prepara terreno favorável para uma remodelação do Governo ou a formação de um novo governo com a entrada de gente do PPD e talvez também mesmo do CDS, consumando o pacto, cooperação e partilha de influências que já se verifica na Assembleia da República e em numerosos sectores do aparelho do Estado e da economia nacional.

4.º — O movimento operário e popular, fortemente organizado, contando com um grande e consequente partido político (o PCP), com organizações unitárias de classe em que participa a esmagadora maioria dos trabalhadores, apoiado em movimentos e correntes de opinião democrática em que participam milhões de portugueses e portuguesas de todos os quadrantes políticos, incluindo vastos sectores do PS e mesmo da base do PPD, pode fazer frente com êxito à ofensiva do grande capital e dos latifundiários, defender as conquistas da Revolução e o regime democrático e conduzir finalmente a uma alternativa democrática com a formação de um governo que respeite e cumpra a Constituição.

Estes traços fundamentais da nova fase da situação política indicam que o Povo português tem na sua frente um caminho acidentado, duro e perigoso, mas que é possível ultrapassar e vencer as dificuldades, obstáculos e desvios na construção da democracia política, económica e social saída da Revolução portuguesa e consignada na Constituição.

2. O Governo PS ao serviço do grande capital, dos agrários e do imperialismo

1. — A série de leis aprovadas no fim da sessão da Assembleia da República pelo PS aliado ao PPD e ao CDS desmascara definitivamente a natureza de classe da política do Governo PS.

O Governo PS revela sem sombra de dúvida estar ao serviço do grande capital, dos agrários e do imperialismo contra os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas.

O Governo PS desvenda ante o País como seus objectivos aqueles que tantas vezes desmentiu: destruir as conquistas da Revolução, levar a cabo a recuperação capitalista, agrária e imperialista, abrir caminho à restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários.

2. — O CC do PCP lembra que a prática do Governo PS sozinho vinha sendo desde início (como o PCP previra, prevenira e insistira), uma aliança de facto com a direita, tantas vezes desmentida pelos dirigentes do PS.

Agora, o pacto PS-PPD e os vergonhosos acordos entre os dois partidos e com o CDS (nomeadamente através da «convergência» deste com o PPD) na Assembleia da República sobre a destruição da Reforma Agrária, as indemnizações, o controlo operário e outras leis, põem a claro, sem subterfúgios, a aliança do grupo dirigente do PS com a reacção.

3. — O CC do PCP lembra também que a prática do Governo PS, aliado de facto à direita, vinha já comprovando dia a dia o acerto da acusação feita pelo PCP acerca da recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Tal o caso da restituição arbitrária, ilegal, abusiva, desumana e violenta de terras, gados e máquinas e colheitas a agrários e a capitalistas que a elas não tinham direito. Tal o caso da restituição ao patronato sabotador de empresas intervencionadas salvas pelos trabalhadores. Tal o caso da crescente dependência em relação ao imperialismo estrangeiro que não é apenas resultado do recurso imprevidente e aventureiro aos empréstimos externos mas da deliberada procura de apoio do imperialismo.

Agora trata-se da oficialização dessa política e da sua consecução em leis gerais abertamente contrárias à Constituição.

4. — As forças da reacção, os grandes capitalistas e agrários, os partidos e organizações de classe que mais directamente os representam (PPD, CDS, CAP e CIP), alcançaram sem dúvida uma grande vitória, conseguindo a aprovação de leis que põem em causa as conquistas da revolução, e que a serem aplicadas lhes permitem iniciar uma nova fase no processo contra-revolucionário, não só recuperando parcialmente tais ou tais posições, mas lançando-se à reconquista do poder económico e político.

5. Renegando o seu próprio Programa, o Programa Eleitoral e o Programa do seu Governo, o PS registou uma grande derrota política como partido que sempre se afirmou democrático, socialista e dos trabalhadores.

Trata-se de uma página negra na vida da democracia portuguesa e na vida do PS, de uma capitulação histórica do grupo dirigente do PS, que terá profundas consequências na vida política portuguesa e também no futuro do próprio PS.

6. — É altura de os membros do PS tirarem a lição do facto de que os reacçãoários, incluindo os pasquins fascistas, vitoriam as novas leis de recuperação capitalista,

latifundista e imperialista, manifestando exuberantemente o seu entusiasmo.

Contrastando com o entusiasmo da reacção, a política do Governo PS provoca profunda indignação popular, desencanto, desorientação e vergonha de muitos milhares de membros do PS e seus eleitores.

7. — No futuro próximo imediato o povo e todos os democratas portugueses têm de considerar a aliança dos dirigentes do PS com as forças do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo como um dado da situação política.

3. Uma operação global

1. — As leis aprovadas na Assembleia da República pela aliança do PS com o PPD e o CDS constituem um todo único visando, em violação flagrante da Constituição da República, criar instrumentos jurídicos para uma operação global contra as conquistas da Revolução. Elas constituem um conjunto de instrumentos jurídicos para o desencadeamento de uma ainda mais brutal ofensiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Recuperação capitalista através da chamada lei da delimitação do sector público e privado admitindo a entrega ao grande capital de empresas nacionalizadas (que põe em causa as nacionalizações); da lei sobre as indemnizações (que cede aos capitalistas milhões e milhões de contos dos dinheiros públicos e, pelo que se sabe, alguns desses milhões aos Melos da CUF); da lei sobre o controlo de gestão (que tem como manifesto objectivo a liquidação do controlo operário e a limitação dos direitos das Comissões de Trabalhadores).

Recuperação agrária através da lei Barreto (que visa a destruição da Reforma Agrária e a restauração dos latifundiários e da grande exploração capitalista) e a lei do PSD-PPD que visa revogar a Lei do Arrendamento Rural (arrancando a cerca de 300.000 pequenos rendeiros os direitos alcançados depois do 25 de Abril e abrindo caminho à sua expulsão das terras ou de novo à servidão das parcerias e prepotências dos senhorios ricos).

Recuperação imperialista através do recurso desmedido aos empréstimos externos, do código de investimentos estrangeiros (que permitia créditos especiais com garantia contra riscos cambiais e a transferência ilimitada para o estrangeiro de lucros e dividendos), da permissão de comparticipação em empresas e sectores nacionalizados.

2. — O CC do PCP sublinha que não se trata já de corrigir «exageros» ou «injustiças» como apregoavam os dirigentes do PS.

O CC do PCP sublinha que não se trata também de uma cedência ou de um compromisso «táctico», «limitado» e «temporário» com as forças contra-revolucionárias, com vistas a ganhar tempo e prosseguir depois o avanço para o socialismo — como querem fazer crer certos dirigentes do PS ou creem alguns socialistas ingenuos.

Trata-se, sim, de uma opção de fundo.

Trata-se de querer destruir as transformações democráticas operadas nas estruturas socio-económicas.

Trata-se de querer destruir as reformas consagradas na Constituição que apontam à democracia portuguesa o rumo ao socialismo.

Trata-se da tentativa de obter, por via legislativa, o que a reacção não conseguiu impor na elaboração do texto constitucional.

Trata-se de querer subordinar novamente a economia nacional aos interesses dos grandes capitalistas (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos grandes proprietários de terras.

Trata-se de querer reduzir de novo os milhões de portugueses — os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas — a escravos dos interesses de um punhado de grandes senhores do dinheiro e das terras.

3. — Todas estas leis no seu conjunto mostram bem que o objectivo real da política do Governo PS aliado à direita é desencadear uma ofensiva geral que, a ser bem sucedida, conduziria à restauração do poder económico e político do grande capital (ligado ao imperialismo) e dos grandes latifundiários.

O CC do PCP recorda que foram precisamente estas classes sociais que dominaram o País como senhores absolutos, que tiveram o poder durante quase 50 anos e que o exerceram suprimindo todas e quaisquer liberdades, reprimindo ferozmente com a violência e o terror os protestos ou oposição popular e democrática.

A ser levada a cabo, a restauração do poder económico e político do grande capital (ligado ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários conduziria à restauração do capitalismo monopolista e a uma nova ditadura reacçãoária.

Esta perspectiva mostra todo o alcance e perigo da política do Governo PS aliado ao PPD e CDS.

4. A sinistra Lei Barreto e a nova Lei do Arrendamento Rural

1. De entre todas as leis agora aprovadas ou em vias de aprovação na Assembleia da República, a chamada lei Barreto é aquela que mais ostensivamente viola a Constituição e mais claramente revela os odiosos objectivos de classe do Governo PS aliado ao PPD e CDS.

Com pleno rigor o PCP lhe chama a lei da contra-Reforma Agrária.

Com pleno rigor o PCP afirma que esta lei é uma brutal e flagrante violação da Constituição em vigor.

Segundo a Constituição (Art.º 96.º e 97.º), a Reforma Agrária é um instrumento fundamental para a construção do socialismo e tem como objectivos a entrega da terra a quem a trabalha, a expropriação dos latifundiários e das grandes explorações capitalistas, a constituição de cooperativas e de unidades colectivas.

Segundo a Constituição (Art.º 104.º), na definição e na execução da Reforma Agrária deve ser sempre assegurada a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores através das suas organizações próprias.

O CC do PCP sublinha uma vez mais que todos estes e outros preceitos constitucionais são brutalmente violados pela chamada lei Barreto.

A lei Barreto é de princípio a fim uma monstruosidade: jurídica, económica, social e moral.

2. O CC salienta que o Governo PS, ao mesmo tempo que recusou atender a uma única das dezenas de emendas propostas pelo PCP (o Partido que indiscutivelmente pode falar em nome dos trabalhadores da zona da Reforma Agrária) chegou a acordos com

o PPD e CDS (que pouco ou nada representam nessa zona) para agravar ainda mais o projecto.

Segundo esses acordos, entre outras disposições, os agrários e capitalistas podem formar «sociedades cooperativas agrícolas» para que as suas terras não sejam expropriáveis ou para escaparem aos limites legais de exploração, e as grandes reservas podem ser alargadas ainda a um número mais elevado de familiares e protegidos.

A lei Barreto, se fosse aplicada nos limites máximos de poder arbitrário que confere ao ministro, significaria a destruição da Reforma Agrária, com a expulsão dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores das terras expropriadas e a entrega destas aos latifundiários, a grandes capitalistas e a protegidos e afilhados.

Significaria a destruição da agricultura do Sul, significaria de novo terras abandonadas, milhares e milhares de desempregados, baixa de produção, fome e miséria no Alentejo e Ribatejo.

3. A nova Lei do Arrendamento Rural visa revogar a lei de 1975 e representa um sério golpe nos direitos de cerca de 300.000 pequenos rendeiros do País.

Segundo o projecto do PPD, aprovado na generalidade com os votos do PS e do CDS, os proprietários poderão recusar aos rendeiros pobres a redução do contrato e escrito e impor a fixação da renda em produtos com variação anual; desaparece o direito às benfeitorias e volta a permitir-se a parceria; eliminam-se as comissões arbitrais substituindo-as por comissões compostas em grande maioria por caciques e senhorios ricos; a ameaça de expulsão das terras passa a ser permanente.

O projecto do PPD sobre o arrendamento rural desmascara a política do PPD ao serviço dos caciques e ricos proprietários contra os pequenos agricultores, muitos dos quais entretanto votaram no PPD nas eleições e, a ser convertido em lei, desanimaria as benfeitorias, baixaria o rendimento das terras e teria desastrosas consequências para a produção agrícola.

5. Uma política de catástrofe

1. — A política que consta desta série de leis é uma política de catástrofe para as classes laboriosas, para o regime democrático, para a economia portuguesa, para a independência nacional.

O CC lembra que o PCP numerosas vezes tem insistido em que a recuperação capitalista, agrária e imperialista significa antes de mais nada, pela sua própria natureza, o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, o congelamento da contratação colectiva, o aumento dos preços, a diminuição dos salários reais, o aumento do desemprego e a perda progressiva dos benefícios sociais alcançados desde o 25 de Abril.

O CC lembra que o PCP numerosas vezes tem insistido em que a recuperação capitalista, agrária e imperialista, não só não significa a recuperação económica como mais agrava e agravará a situação do País, arrastando-o para um colapso financeiro.

2. — O PCP, numerosas vezes tem insistido (designadamente na sua Conferência Nacional, realizada em 4 e 5 de Junho), em que é necessária e possível a recuperação económica, através de um grande esforço nacional, com a indispensável participação dos trabalhadores, no respeito pela diversidade das formações económicas actualmente existentes.

Para isso o PCP propôs uma pausa nas transformações estruturais, o respeito pelos limites entre as diversas formações económicas (statu quo) e a busca de uma plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas no processo democrático com vistas à saída da crise e à obtenção de um objectivo urgente: promover o aumento da produção nacional, aumentar as exportações, diminuir as importações, reduzir e finalmente liquidar os enormes défices das balanças comercial e de pagamentos que conduzem o País para o desastre financeiro e a perda real da independência.

3. — Procurando, num momento de tão grave crise, não a solução dos problemas do País, mas apenas servir os interesses dos grandes capitalistas, dos agrários e do imperialismo, o Governo PS, aliado à direita, mostra não hesitar sobrepor os interesses de classe dos exploradores aos interesses do Povo português e de Portugal.

4. — Toda esta série de leis (a que os deputados do PCP chamaram justamente na Assembleia da República a «contra-revolução legislativa»), surge após o fracasso da ofensiva constante das forças reacçãoárias, ao longo de cerca de dois anos, para liquidarem as conquistas da Revolução portuguesa.

Nem as medidas e decisões arbitrárias do Governo, nem as violências, chantagens e ameaças, nem as pressões económicas internas e externas, nem um prolongado esforço de sabotagem conduzido pelos órgãos do Estado para sufocar financeiramente as cooperativas e UCPS, na zona da Reforma Agrária, e as empresas nacionalizadas, intervencionadas, autogeridas e sob controlo operário — nada conseguiu até hoje destruir o essencial das transformações revolucionárias, das estruturas socio-económicas alcançadas pelo Povo português depois do 25 de Abril.

O facto de, depois de cerca de dois anos de ofensivas da reacção e do Governo contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária e contra o controlo operário, terem fracassado os seus intentos mostra bem que essas grandes conquistas democráticas correspondem às necessidades objectivas da vida democrática e da economia portuguesa e aos interesses, aspirações e sentimentos do Povo português.

5. — Por isso, a tentativa de aplicação desta série de leis, violentar de tal forma as realidades económicas, sociais e políticas do Portugal de hoje, provocará tais tensões, prejuízos e conflitos, agravará de tal forma a situação do País que se tornará evidente para a maioria esmagadora dos portugueses e para todos os democratas e patriotas que não só não correspondem aos interesses da democracia e de Portugal como lhes são frontalmente contrárias.

No interesse nacional, dentro de um prazo mais ou menos curto, impor-se-á a sua suspensão e a sua revogação.

6. Limitação das liberdades

1. — A limitação das liberdades e as medidas repressivas (como o PCP previu e preveniu), são inseparáveis da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O Governo PS recorre a medidas de repressão e de restrição das liberdades porque se sente impotente

para ganhar um apoio de massas para a sua política e porque sente crescerem a indignação e os protestos populares.

A necessidade de recorrer a medidas repressivas é por si só a condenação de uma política num regime democrático.

2. — As medidas repressivas tornam-se cada vez mais frequentes.

As medidas arbitrárias do MAP contra a Reforma Agrária e a restituição de empresas intervencionadas ao patronato sabotador têm sido executadas com a intervenção e por vezes com grande violência de forças militarizadas.

O patronato reacçãoário nas empresas que lhe são entregues, pratica impunemente a repressão, impedindo actividades sindicais, despedindo sindicalistas e outros trabalhadores, lançando contra os trabalhadores matilhas de caceteiros que constituem autênticas milícias privadas.

3. — As limitações às liberdades tornam-se prática corrente do Governo e das autoridades a seu mando.

As limitações da liberdade de reunião manifestam-se em dificuldades postas e recusas de utilização de recintos para iniciativas políticas, na exigência arbitrária de prazos de comunicação.

As limitações da liberdade de propaganda manifestam-se no arranque ilegal de dícticos e cartazes, na interdição de pichagens, na prisão e agressão de propagandistas por forças policiais.

As limitações da liberdade de informação manifestam-se na monopolização pelo Governo dos grandes meios de comunicação social que adquire aspectos escandalosos no chamado «plano Roque Lino», na utilização crescente da censura interna e na ignorância sistemática das exigências constitucionais (conselhos de informação, direito de antena, direito de resposta, etc.).

4. — Não satisfeito com a prática, o Governo fez também aprovar na Assembleia da República, em aliança com a direita, novas leis restritivas das liberdades e direitos consignados na Constituição.

A lei sobre o controlo de gestão aprovada pelo PS-PPD-CDS, visa a liquidação do controlo operário e atenta contra os direitos das comissões de trabalhadores e contra o princípio da autonomia das organizações de trabalhadores.

A lei sobre o direito de greve comporta sérias limitações a esse direito, designadamente a obrigatoriedade de declaração da greve apenas pelos sindicatos, o elevado tempo de pré-aviso e a faculdade de o Governo determinar arbitrariamente quais as empresas em que pode proceder à requisição civil de grevistas.

E se o Governo não ousou avançar um projecto de lei para a restrição da liberdade sindical segundo o plano Gonalves, isso resultou do isolamento crescente do PS, da perda sucessiva de posições nos sindicatos, do fracasso estrondoso da sua política divisionista.

5. — A restrição das liberdades e uma política repressiva, como prática diária para impor a execução de decisões, constituem não uma afirmação de autoridade mas um perigoso plano inclinado que põe em risco o próprio regime democrático.

7. A reactivação do fascismo

1. — Avançando pelo trilho aberto pelo PS aliado ao PPD e CDS, os fascistas intensificam a sua acção e mostram com descaro os seus objectivos.

É sintomático que, precisamente na altura em que o PS se alia ao PPD e CDS para aprovar leis que visam a restauração do poder económico e político do grande capital e dos grandes agrários, recrudescem as actividades fascistas. As campanhas da sua imprensa atingem as raízes do inacreditável com o elogio do fascismo depositado, o denegimento da democracia, os insultos e calúnias sem limite, as ameaças de revanche sangrenta, os apelos à violência e ao crime político.

Dias depois dos debates sobre a lei Barreto, os fascistas sentem-se animados a editar e difundir largamente o retrato do ditador Salazar e com ele montam cenários de propaganda no Rossio, no centro de Lisboa.

2. — Tal como no passado, a propaganda e a actividade fascistas desenvolvem-se tomando como base o anticomunismo.

Nos panfletos clandestinos e nos jornais, cuja publicação criminosa o Governo permite, o aparente objectivo central dos fascistas é a luta contra o «perigo comunista», pela repressão e legalização do PCP e envolvendo apelos à liquidação dos seus dirigentes.

O CC chama a atenção para o facto de que, embora em termos diferentes, os aspectos centrais desta campanha anticomunista são activamente prosseguidos por partidos legais e por certos dirigentes do PS.

O anticomunismo é de há muito e continua a ser a máscara da contra-revolução.

O anticomunismo dirige-se em primeiro lugar contra o PCP, mas visa também todos os elementos verdadeiramente democratas que erguem a voz contra a reacção.

A acusação de «comunistas» é lançada pelos fascistas e reacçãoários contra quem quer que se lhes oponha com firmeza. Não é raro que democratas que igualmente utilizam tais processos acabem por ser vítimas eles próprios do anticomunismo.

Como a seqüência e os objectivos das acções terroristas claramente demonstraram, sob a capa da contestação a este ou àquele período do processo democrático e a coberto da ofensiva contra os comunistas, a conspiração reacçãoária dirige-se sim contra toda a revolução portuguesa e as suas conquistas, contra todos os democratas.

3. O CC do PCP lança um alerta contra os perigos de provocação. A campanha anticomunista, os pasquins fascistas, acusando o PCP de preparar um golpe e a guerra civil e apelando para a repressão anticomunista e o assassinato político, anunciam o seu propósito de montar graves provocações que exponham o movimento operário e popular a violentas medidas repressivas.

O CC alerta os militantes comunistas, os trabalhadores e todos os democratas para a necessidade de, com a maior serenidade e firmeza, desmascarar prontamente quaisquer provocações, onde quer que surjam e venham de onde vierem.

4. — O CC chama a atenção para os perigos do clima criado por comportamentos fascistas e fascizantes que se manifesta em diversos sectores da vida nacional.

Sem pretender comprometer as corporações e o conjunto dos seus elementos nas atitudes individuais de parte deles, sem deixar de salientar a conduta correcta de outros, o CC não pode deixar de referir e condenar as intervenções brutais de alguns elementos de forças militarizadas que, no decurso de operações repressivas, expressaram abertamente a sua vontade de contribuir para a restauração do fascismo.

5. - O CC chama também a atenção para o facto de que uma escalada repressiva do Governo para aplicar leis que se vão chocar com a realidade pode facilitar o avanço de sectores reaccionários desejosos de avançar pelo caminho da violência e da liquidação das liberdades até à instauração de uma nova ditadura.

6. - O CC adverte que a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo, entregando terras, empresas e milhões de contos de indemnizações, conduz inevitavelmente à intensificação das actividades fascistas que passam, por esta via, a contar com ainda mais amplos meios de financiamento e apoio.

7. - O CC chama a atenção para o recrudescimento da conspiração, das provocações, das actividades e propaganda fascista e das acções terroristas. O PCP reclama dos órgãos do Poder que sejam tomadas medidas, como manda a Constituição.

A apresentação na Assembleia da República no passado dia 29, pelo Grupo Parlamentar do PCP, de um projecto de lei sobre a interdição das organizações fascistas constitui um valioso contributo para o combate às actividades fascistas e testemunha o empenho dos comunistas na defesa das liberdades e do regime democrático consagrado na Constituição.

8. A independência nacional ameaçada

1. - A política de recuperação capitalista e agrária apola-se e caminha a par da recuperação do domínio imperialista sobre Portugal.

2. - O brutal aumento do endividamento externo, que o Governo PS promove com sucessivos empréstimos em condições atentatórias da soberania nacional, não só não resolve os problemas vitais da nossa recuperação económica, como coloca deliberadamente nas mãos do imperialismo novos e poderosos meios de pressão e ingerência sobre o nosso País. Isso é expressão especialmente grave a submissão às imposições, planos e fiscalização do FMI.

3. - A insistência do Governo PS no pedido de adesão ao Mercado Comum, que contraria frontalmente as necessidades da economia portuguesa, é uma manobra política que visa ajudar a impor a destruição das grandes transformações estruturais operadas desde o 25 de Abril e consagradas na Constituição.

Allegando as exigências de «preparação para a adesão à CEE», o Governo PS, o PPD e o CDS «justificam»

a contra-Reforma Agrária, o «estímulo à iniciativa privada» do grande capital, a liquidação do controlo operário, o aniquilamento dos pequenos agricultores, o desemprego massivo, a ofensiva contra o movimento sindical e o nível de vida dos trabalhadores, as abdições da soberania nacional.

4. - Em vez de diversificar as relações externas de Portugal, como exige a Constituição e o interesse nacional, o Governo PS tem prejudicado gravemente as nossas relações com os novos países independentes africanos de língua portuguesa e com os países árabes, e obstruído o desenvolvimento, altamente favorável ao nosso povo, das relações comerciais e de cooperação com os países socialistas.

5. - Em vez de praticar uma política internacional, independente e activa, favorável ao desanuviamento, à coexistência pacífica e cooperação, ao desarmamento e à dissolução dos blocos militares, conforme exige a Constituição e o interesse nacional, o Governo PS acentua uma política de alinhamento com os meios mais agressivos e provocatórios do imperialismo, na tentativa de relançamento da guerra fria e sabotagem da integral aplicação do espírito dos Acordos de Helsinquia.

6. - A política externa do Governo PS serve os interesses da recuperação dos capitalistas e agrários

e não os interesses dos trabalhadores e do Povo português, prejudica gravemente a recuperação económica e atenta perigosamente contra a independência nacional.

As manifestações de submissão ao imperialismo da parte de dirigentes do Governo PS ofendem a dignidade e os sentimentos patrióticos do Povo português, que quer ser senhor dos seus destinos na sua própria Pátria.

Para ultrapassar esta nova e perigosa fase da democracia portuguesa, torna-se indispensável a compreensão pelas largas massas da situação real, e de todos os democratas, a criação de uma vasta frente de forças sociais e políticas decididas a defender o regime democrático consagrado na Constituição da República.

O objectivo imediato é a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, pela utilização de todos os meios constitucionais e legais. O objectivo político nesta nova fase de luta é a formação de um governo democrático que respeite a Constituição e os interesses do Povo e do País, que leve a cabo uma verdadeira recuperação económica e que assegure a continuidade do regime democrático e a salvaguarda da independência nacional.



II - A luta do povo e a alternativa democrática

1. O povo português tem uma palavra a dizer

1. - A política do Governo PS aliado à direita tem provocado o desacordo, a oposição, a indignação e os protestos dos trabalhadores e amplas massas da população, expressas em grandiosas acções de massas como o 1.º de Maio, as manifestações de 22 de Junho, numerosas outras grandiosas manifestações, concentrações e iniciativas de massas e paralisações e greves com elevado grau de adesão, numerosas expressões de descontentamento e protesto de outras camadas da população.

O Governo PS e o grupo dirigente do PS recusa-se porém a dar qualquer atenção aos interesses dos trabalhadores e das massas populares, não atende nem respeita a sua opinião.

2. - O CC do PCP sublinha que nenhuma política democrática pode ser realizada contra os trabalhadores e contra as massas populares.

O Povo português tem uma palavra a dizer e, num regime democrático, será o Povo que, em última instância, determinará qual deve ser o Governo e qual deve ser a sua política.

2. Exercício das liberdades e direitos no quadro das instituições

1. - O CC insiste uma vez mais em que o PCP continuará a agir no quadro das instituições e no uso das liberdades e direitos que a Constituição confere aos cidadãos portugueses.

Nesse quadro, desenvolverá a luta contra a política do Governo actual, contra a aliança do PS com a direita, contra o desrespeito pela Constituição da República, contra os perigos do fascismo, em defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução, da economia portuguesa, das liberdades e da independência nacional.

2. - O CC insiste em que o exercício das liberdades, é fundamental para a defesa das próprias liberdades para a defesa das conquistas da Revolução e para o prosseguimento do regime democrático.

Há que insistir, sem vacilações e de frontando todas as dificuldades e obstáculos, no exercício das liberdades e direitos de organização, de reunião, de manifestação, de imprensa, de propaganda e de greve.

Há que defender o direito que a Constituição confere aos partidos políticos e aos cidadãos de terem uma actividade de oposição à política dos órgãos de Poder.

Há que denunciar quaisquer arbitrios, ilegalidades e atropelos a essas liberdades e direitos, por parte do Governo ou de quaisquer autoridades.

O PCP não utilizará quaisquer meios e formas de acção que não sejam reconhecidos pela Constituição. Mas não renunciará a nenhuma das liberdades e a nenhum dos direitos nela consignados.

3. Acções de massas, direcção essencial

1. - Se não fosse a luta das massas populares, já teriam sido destruídas as conquistas da Revolução, já teria sido liquidado o próprio regime democrático.

Tem sido a luta heróica dos trabalhadores da cidade e do campo que tem permitido fazer frente com êxito à violenta

ofensiva para a recuperação capitalista, agrária e imperialista e tem permitido defender até hoje o essencial das conquistas da Revolução.

A aliança PS-PPD-CDS e toda a reacção só recuarão na medida em que sintam que lhes falta o apoio para a sua política, que o Povo se volta contra ela, que mesmo em zonas e sectores até hoje sob a sua influência alastra a indignação e o protesto.

A acção das massas populares é a força indispensável para fazer frente com sucesso à reacção, para salvar as liberdades e as outras conquistas da Revolução, para conduzir o País a uma alternativa democrática à política e governo actual.

2. - O CC sublinha atodas as organizações e militantes que é tarefa decisiva na conjuntura actual ganhar as mais amplas massas populares, esclarecê-las acerca da situação que se atravessa e dos perigos existentes, desmascarar todo o alcance da política do Governo PS aliado à direita, convencê-las da necessidade da unidade e da acção e de uma alternativa democrática para o governo actual.

O esclarecimento de amplos sectores até agora enganados mas que se indignam justamente com as últimas leis aprovadas na Assembleia da República pelo PS-PPD-CDS e com a aliança e cooperação declaradas do Governo PS com o PPD, com o CDS, é um dos factores mais importantes para criar condições para uma alternativa democrática.

É tarefa das organizações e militantes do Partido, esclarecer, dizer a verdade e isolar fascistas, reaccionários e provocadores, atrair as mais largas massas para a defesa dos interesses do Povo, das conquistas da revolução, das liberdades, do regime democrático, da independência nacional.

4. Direcções concretas de luta

1. - Para a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, contra o agravamento das suas condições de vida, é necessário prosseguir a luta pelo descongelo da contratação colectiva, contra a subida do custo de vida e a diminuição dos salários reais, pela defesa do emprego, contra o desemprego e os despedimentos, pela defesa das liberdades sindicais, contra as violências e represálias do patronato reaccionário, contra as ingerências do Governo nas organizações dos trabalhadores.

É necessário que se amplie a denúncia da legislação antioperária e inconstitucional do Governo, com vistas a garantir a intervenção criadora dos trabalhadores na vida nacional como traço característico do regime democrático português.

2. - Para a defesa da Reforma Agrária é necessário continuar sempre e ininterruptamente a luta contra a monstruosa lei Barreto: a luta para que, conforme manda a Constituição, os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores através das suas organizações intervenham na definição e aplicação de quaisquer decisões; a luta contra as decisões iníquas, arbitrárias e injustas; a luta em defesa das cooperativas e Unidades Colectivas de Produção e dos seus bens, culturas, gado e máquinas que pertencem legitimamente aos trabalhadores; e finalmente a luta pela suspensão e revogação desta lei sinistra e anticonstitucional e pela realização efectiva, definitiva e total da Reforma Agrária que, nos termos da Constituição, significa a expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas, a entrega da terra a quem a trabalha, a formação e apoio a cooperativas e Unidades Colectivas de Produção.

Diligências junto dos órgãos de soberania, amplas concentrações, manifestações e protestos, são formas de luta que se têm de intensificar.

Os princípios constitucionais: expropriação dos latifúndios! A terra a quem a trabalha! Respeito pelas cooperativas e UCPs!, tornam-se bandeiras de luta dos trabalhadores, assim como o objectivo da «revogação da lei Barreto!».

O CC sublinha os profundos danos que a lei Barreto pode causar nas sementelhas de Outono. Os trabalhadores das cooperativas e UCPs têm pleno direito a exigir antes das sementelhas garantias de que as terras e culturas não lhes serão arrancadas e que lhes caberá colher o que semearam.

3. - Para a defesa das nacionalizações impõe-se que sejam energeticamente combatidas medidas que, ao abrigo das leis da delimitação dos sectores público e privado, do controlo de gestão e das indemnizações, visam a entrega de empresas ao grande capital, a criação (em muitos casos com fundos oferecidos pelo Estado) de empresas privadas paralelas nos sectores nacionalizados, e o impedimento do controlo pelos trabalhadores das manobras de administrações corruptas ao serviço dos monopolistas expropriados.

É necessário reclamar a eliminação dos entraves à reestruturação e ao saneamento económico e financeiro das empresas nacionalizadas, reclamar investimentos para essas empresas bem como uma política de preços e de créditos no sentido da transformação do sector nacionalizado num motor da recuperação económica.

4. - Para dificultar a restituição das empresas intervenionadas ao patronato sabotador, torna-se necessário que os trabalhadores continuem sem desfalecimento e com grande determinação a reclamar vigorosamente que sejam suspensas sem demora todas as entregas e reparadas as injustiças já cometidas; que os trabalhadores sejam ouvidos e as suas opiniões tidas em conta na procura das soluções mais justas e conformes aos interesses nacionais - formação de empresas mistas, cooperativas, nacionalização, prosseguimento da intervenção -, que cessem as intervenções policiais na execução de decisões arbitrárias ao serviço do patronato sabotador; que seja garantido o apoio financeiro do Estado às empresas intervenionadas e que se estude com os trabalhadores as formas de reconverter e viabilizar as que se encontram em mais difícil situação.

O CC do PCP acentua a necessidade de se ampliar a solidariedade para com os trabalhadores das empresas intervenionadas que neste momento defendem tenazmente os resultados do seu abnegado esforço em prol da economia e dos interesses nacionais.

5. - Para a defesa do controlo operário e do controlo de gestão é necessário que com a maior determinação prossiga o seu amplo exercício com efectivas funções de intervenção no processo produtivo e na gestão das empresas, na reorganização das unidades produtivas, na elaboração e controlo dos planos económicos, como determina a Constituição.

O reforço e dinamização das estruturas de coordenação de carácter regional e sectorial, a intensificação da divulgação e troca de experiências de controlo de gestão, uma melhor relação dos problemas do controlo operário com a situação, melhorias salariais e condições de vida dos trabalhadores - são, entre outras, tarefas centrais para defender o controlo operário das tentativas para o limitar e esvaziar de conteúdo.

O CC do PCP sublinha que o exercício do controlo operário é uma condição indispensável à recuperação económica ao serviço do Povo e do País.

6. - Para defesa das liberdades é necessário continuar a exigir a execução da norma constitucional que proíbe as organizações fascistas, bem como os seus pasquins, denunciar a complacência das autoridades para com os provocadores em contraste com o rigor com que são reprimidos trabalhadores e democratas; exigir o pronto julgamento e punição dos responsáveis pelos atentados bombistas e outros actos criminosos; lutar para que sejam efectivamente garantidos os direitos e liberdades dos cidadãos e dos partidos em todo o território nacional; desmascarar e combater as práticas repressivas contra os trabalhadores e o Povo.

A luta com estes objectivos tem que assentar na mais ampla unidade de todos os antifascistas sem qualquer discriminação e deve manifestar-se através de acções junto dos órgãos de soberania, das mais variadas formas de esclarecimento e mobilização da opinião pública contra os abusos de poder e prepotências das autoridades.

7. - O CC sublinha que os objectivos concretos e as formas de luta em cada momento devem ser definidos democraticamente pelos trabalhadores.

A violenta ofensiva em curso contra os direitos dos trabalhadores e as suas mais profundas aspirações justifica que os trabalhadores lutem com energia, tenacidade e firmeza, pela satisfação das suas justas reivindicações.

O CC do PCP continua, no entanto, a considerar desejável, na conjuntura actual, que na definição de objectivos e na adopção das formas de luta seja ponderada a situação geral do País, a situação económico-financeira dos sectores e das empresas, nomeadamente das nacionalizadas, intervenionadas e pequenas e médias empresas privadas.

Testemunhando a sua grande maturidade política, o movimento operário continuará conjugando uma firme e inabalável disposição de defesa dos seus interesses de classe com uma atitude construtiva e responsável perante os problemas nacionais, designadamente os económicos.

8. - A solidariedade activa e pronta entre todas as classes e sectores atingidos pela recuperação capitalista, agrária e imperialista é uma necessidade imperiosa da hora presente.

O CC considera que o reforço e alargamento dos laços de cooperação e inter-ajuda, a criação sempre que aconselhável de estruturas de solidariedade, no plano material, político ou jurídico, a promoção de amplas iniciativas unitárias, são contribuições essenciais para a formação da vasta frente de forças sociais e políticas capaz de defender as conquistas democráticas e os direitos das massas trabalhadoras.

5. O movimento sindical

1. - O movimento sindical unitário - organizado em torno da CGTP-IN - constitui a grande, poderosa e crescente força de classe dos trabalhadores portugueses, que tem desempenhado destacado papel na luta dos trabalhadores pela satisfação das suas reivindicações e em defesa das conquistas da Revolução portuguesa.

2. - A ofensiva do grupo dirigente do PS e da reacção e os esforços divisionistas, de que a «Carta Aberta» e o «documento Gonalves» são as expressões mais significativas, saldaram-se num retumbante fracasso e conduziram ao isolamento dos próprios divisionistas.

Os resultados das eleições sindicais realizadas desde o princípio deste ano mostram o progresso constante do movimento unitário e a derrota clamorosa da política divisionista da «Carta Aberta» em desagregação.

De 55 eleições realizadas este ano, as listas unitárias ganharam em 41 sindicatos que representam cerca de 350.000 trabalhadores, enquanto as listas influenciadas por forças de direita; pelo PS e por esquadristas, venceram apenas nas restantes 14, cujos sindicatos representam menos de 85.000 trabalhadores.

Em 13 sindicatos, cujas direcções eram influenciadas pelo PS, foram eleitas listas unitárias.

É escandaloso e ridículo que o Governo pretenda apresentar e impor o pequeno grupo divisionista «Carta Aberta» como negociador válido para os problemas existentes no mundo do trabalho, chegando ao ponto de afirmar que poderá contratar com ele o chamado «Pacto Social». O Governo mostra assim a sua real incapacidade de dialogar com os trabalhadores.

3. - O CC sublinha a importância da continuação do reforço do movimento sindical unitário pela atracção à CGTP-IN de sindicatos ainda nela não filiados e de sindicalistas que ainda revelem preconceitos em relação à unidade e à intersindical.

O abandono do sectarismo, o espírito fraternal de classe, a vontade de esbater divergências e encontrar soluções aceites em comum, o inabalável espírito unitário e a determinação de defender a unidade do movimento sindical — são condições essenciais para o seu reforço.

6. Organizações e movimentos unitários

1. — As formas de organização e movimentação unitárias das classes e camadas sociais interessadas no prosseguimento do processo democrático adquire particular importância na conjuntura actual.

2. — O CC sublinha que, no que respeita às classes trabalhadoras, a organização e acção das Comissões de Trabalhadores continua a ser essencial para a defesa dos seus interesses e direitos.

Também a organização das Comissões de Moradores tem grande relevo na defesa dos interesses das populações.

3. — O CC chama particularmente a atenção para o papel decisivo da aliança da classe operária com o campesinato.

O CC regista os grandes progressos verificados no esclarecimento, organização e acção do campesinato pobre do Norte e do Centro, em particular dos rendeiros.

A nova lei do arrendamento rural, proposta pelo PPD e aprovada pelo PS e CDS, contra os votos dos deputados comunistas, provoca profunda indignação em milhares e milhares de rendeiros que se vêem ameaçados de perderem o que ganharam com a Revolução.

O CC salienta a necessidade de continuar consagrando os maiores esforços para o esclarecimento, a organização e a acção dos pequenos e médios agricultores em defesa dos seus interesses e direitos.

4. Em relação às camadas intermédias, o CC verifica que continua a registar-se um atraso considerável, que se impõe corrigir, na organização e luta dos pequenos comerciantes e industriais, entre os quais alastra o descontentamento.

5. — O CC regista os progressos no desenvolvimento dos movimentos da juventude trabalhadora e estudantil, o papel representado pelas organizações da Juventude Comunista (UJC e UEC), e a necessidade de alargar e intensificar as acções unitárias que o desemprego, o agravamento do custo de vida e a política do MEIC impõem.

6. Em relação à organização e movimentos das mulheres, que participam cada vez mais activamente na luta política e social, o CC salienta a necessidade de trabalhar para que confluem numa mesma frente de luta as três grandes correntes unitárias organizadas no momento actual: o Movimento Democrático das Mulheres, as Comissões Unitárias de Mulheres de âmbito regional e o trabalho feminino no movimento sindical.

O CC sublinha que o desenvolvimento da acção de massas populares depende em parte decisiva da sua organização numa base unitária.

7. Unidade de sectores políticos

1. — O CC do PCP examinou atentamente o quadro que no momento presente oferece em Portugal a organização dos partidos políticos.

A situação existente no PS caracteriza-se pela crise que atravessa e pela sua natureza contraditória revelada nos seguintes factos: a opção de fundo do grupo dirigente a favor da defesa dos interesses do grande capital e dos agrários contra os trabalhadores; a heterogeneidade política no partido, indo desde sinceros militantes progressistas a homens de mentalidade fascizante, a ausência de democracia interna, a quebra de militância e de trabalho de organização e a mudança da sua base social com o enfraquecimento do sector operário.

Esta situação torna muito difícil prever a evolução futura do PS.

2. — O CC examinou atentamente a orientação e actividade das diversas formações partidárias, tanto as democráticas como as reacçãoárias, apreciou a actividade positiva de umas e a actividade reacçãoária de outras e concluiu que o leque dos partidos políticos

existentes deixou de cobrir a diversidade de interesses, aspirações e objectivos das classes e camadas sociais que constituem a sociedade portuguesa.

A aliança PS-PPD-CDS para a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, deixa sem organização política verdadeiramente representativa camadas muito amplas da população interessadas em que não volte o poder económico do grande capital e dos latifundiários, que por isso se separam agora do PS mas que não estão em condições de consciência política e de sentimentos que lhes permitam ver no PCP o seu Partido.

Alarga-se assim o campo social politicamente não ocupado, que já se vinha formando com a guinada à direita do PS, mas que agora se amplia ainda mais.

O CC não ignora e salienta a existência de agrupamentos, tendências, correntes e personalidades democráticas que neste campo têm desempenhado e desempenham um papel significativo.

O CC chama, no entanto, a atenção para certos grupos esquerdistas que procuram aproveitar a situação para relançar ilusões, planos e acções aventureiras.

3. — A defesa bem sucedida dos interesses dos trabalhadores, das liberdades, das outras conquistas da Revolução e do regime democrático, exigem o alargamento das forças de oposição à recuperação capitalista, agrária e imperialista e à tentativa de restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários.

Isto significa que é imperioso um geral e dinâmico esforço para unir as forças e sectores sociais e políticos interessados no prosseguimento do processo democrático.

Essa unidade política não pode ser alcançada apenas no quadro das alianças interpartidárias. São indispensáveis outras formas de organização e enlace político.

4. — O CC do PCP aponta a todas as organizações, promoverem, no âmbito da sua actividade, iniciativas abertas, reuniões e encontros informais com democratas de outros partidos e tendências, designadamente com socialistas, para troca de impressões sobre a situação política e os perigos do fascismo, para o exame conjunto dos problemas de interesse comum e o estudo (sem compromissos prévios) de formas de contactos regulares e, sempre que possível, de iniciativas comuns e acções comuns.

Tais iniciativas devem ser tomadas a todos os níveis: região, distrito, concelho, freguesia, localidade, bairro, empresa, local de trabalho, profissão, etc.

5. — O CC do PCP salienta a necessidade de que as organizações do Partido actuem sem qualquer sectarismo, realmente abertas ao diálogo, ouvindo com atenção as ideias, propostas e sugestões de outros democratas.

O CC do PCP salienta a necessidade de que as organizações do Partido procurem juntamente com outros democratas, sem quaisquer discriminações, formas de enlace, cooperação e organização unitária, seja em moldes já utilizados, seja em formas novas adequadas às circunstâncias.

8. O PCP, os órgãos do poder e as Forças Armadas

1. — O CC adverte contra o perigo do radicalismo e negativismo em relação aos órgãos do Poder, com o pretexto de que de nada vale actuar junto deles.

Levados por sentimentos de indignação e desespero, já algumas pessoas chegaram a sugerir o abandono da Assembleia da República pelos deputados comunistas e a recusa a quaisquer contactos com os outros órgãos de soberania.

O CC considera tais posições erradas e perigosas. Se fossem adoptadas, só poderiam servir o objectivo de todas as forças reacçãoárias: reprimir o PCP e marginalizá-lo da vida política nacional.

2. — O PCP continuará na Assembleia da República através do seu Grupo Parlamentar de 40 deputados a batalha em defesa dos interesses do Povo e do País, lutando contra todas as leis antipopulares, fazendo propostas construtivas, desmascarando a aliança do PS com a reacção, mostrando perante o Povo a situação política real e o caminho necessário para defender as conquistas da Revolução e do regime democrático.

Ao mesmo tempo o PCP continuará a procurar transmitir aos outros órgãos de soberania (Presidente da República e Conselho da Revolução, Governo,

qualquer que seja a composição), as suas opiniões e posições acerca dos problemas nacionais e das suas soluções.

3. — O CC sublinha que a atitude do PCP para com as Forças Armadas não sofre qualquer alteração na situação actual.

A unidade e estabilidade das Forças Armadas, na base do respeito da Constituição para a defesa do regime democrático e da independência nacional é um factor da mais alta importância na situação política actual.

É a reacção que conduz insistentemente campanhas contra militares, procurando uma desestabilização que conduza ao afastamento dos militares de Abril e ao avanço de elementos reacçãoários.

4. — Com a noção das suas responsabilidades na política portuguesa, o PCP procurará sempre intervir e contribuir de forma positiva e construtiva para a solução dos problemas nacionais.

9. Duas perspectivas em contraste

Estão em presença duas perspectivas divergentes da vida política, económica e social do País.

Uma, contrariando a realidade objectiva criada pela Revolução e contrariando a própria Constituição, é a perspectiva da recuperação capitalista, agrária e imperialista, conducente à restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários e que significaria, no seu desenvolvimento, o agravamento da exploração e das condições de vida do Povo, a maior deterioração da situação económica e financeira, a dependência em relação ao imperialismo, o agravamento das tensões e conflitos sociais e políticos, a progressiva restrição das liberdades, a utilização crescente de medidas repressivas e, finalmente, a instauração de uma nova ditadura reacçãoária ou fascista.

Outra, correspondendo à realidade objectiva criada pela Revolução, é a perspectiva da consolidação das transformações democráticas verificadas nas estruturas socio-económicas (nacionalizações, reforma agrária e controlo operário), do statu quo das formações económicas nos seus limites actuais, da recuperação económica e financeira e da independência nacional, no quadro do exercício das liberdades e direitos e das instituições democráticas consignadas na Constituição.

O PCP pronuncia-se firmemente pela segunda perspectiva.

10. O Governo PS sózinho não serve

1. — Os factos mostram que o Governo PS sozinho, de facto aliado à direita, não serve a democracia portuguesa, nem o Povo nem o País.

Pela sua política, pela sua ineficácia e incapacidade, pelas ligações de alguns dos seus membros ao imperialismo e ao grande capital, pela sua intolerância e sectarismo, este governo não está em condições de resolver os problemas nacionais.

2. — O facto de a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, ser realizada por um Governo PS dificulta o esclarecimento do Povo acerca da situação actual porque ainda há muita gente que não se opõe a essa política, não porque esteja de acordo com ela, mas por vir do PS sobre o qual essas pessoas têm ainda algumas ilusões.

Se a mesma política que hoje realiza o PS fosse realizada por um governo do PPD e CDS, a grande massa do PS e dos seus eleitores levantar-se-ia contra ela.

O Governo PS sozinho é, na conjuntura actual, para os capitalistas e agrários, o instrumento ideal para a defesa dos seus interesses e para preparar o terreno para um governo da reacção.

3. — A aliança directa e pública do PS com o PPD e por intermédio deste com o CDS, os vergonhosos compromissos na Assembleia da República, preparam a formação de um novo governo, com a entrada ostensiva ou encapotada, de gente do PPD e do CDS tanto no Governo como em altos lugares no aparelho de Estado.

O CC do PCP chama a atenção para a eventual formação de um tal Governo que agravaria ainda mais os problemas económicos, sociais e políticos, e seria mais um grave passo para a restauração do poder económico e político do grande capital e dos grandes agrários, para a liquidação da democracia portuguesa e a instauração de uma nova ditadura.

Mas, dada a política do Governo PS como instrumento da restauração do poder do capitalismo monopolista deixa de ter qualquer sentido — se subsistir e continuar essa política — que o grupo parlamentar do PCP o apoie em momentos difíceis ante ameaças eventuais do PPD e do CDS.

11. Governo de plataforma ou novas eleições

1. — O CC tem salientado a necessidade de um profundo exame conjunto da situação por todas as forças sociais e políticas, sem discriminações, interessados no processo democrático. Perante a gravidade da situação criada no País, o CC do PCP reafirma a urgência de um tal exame com vistas ao estabelecimento de uma plataforma que impeça os efeitos catastróficos da série de leis aprovadas e que conduza à formação de um governo que respeite a Constituição e faça sair Portugal das dificuldades actuais.

O CC reafirma que o PCP continua pronto a participar num tal exame com a determinação de dar uma contribuição construtiva para a elaboração de uma plataforma democrática e patriótica.

2. — Até agora o PCP tem considerado de forma negativa a realização a breve prazo de novas eleições gerais, dado que isso provocaria um perigoso compasso de espera nas actividades governativas e dado que na Assembleia da República existe uma maioria numérica de deputados do PS e do PCP que, com uma política democrática da direcção do PS, poderia converter-se numa maioria de esquerda dando base em que assentasse um governo democrático.

Dada, porém, a política do grupo dirigente do PS, ao serviço dos capitalistas e agrários, a sua aliança aberta na Assembleia da República com o PPD e o CDS, não há razões para manter a mesma posição.

3. — O que se passou recentemente na Assembleia da República viola o quadro político quando das eleições de Abril de 1976. A maioria dos deputados do PS faltaram aos compromissos que assumiram perante o Povo e o País e designadamente perante os seus eleitores. As votações na Assembleia da República e as leis aprovadas deixaram de reflectir a vontade e os sentimentos do eleitorado.

A Constituição não inclui nas suas disposições a revocabilidade dos deputados. Mas, moralmente, desde que os deputados faltarem flagrantemente aos seus compromissos assumidos ante o eleitorado, não podem mais afirmar-se seus representantes.

4. — Nas condições existentes, dada a aprovação de uma série de leis e medidas que o eleitorado não podia prever nem admitir quando das eleições de 1976, dada a extrema gravidade que revestirá a sua execução, o CC do PCP, na busca de uma solução democrática, entende que a saída poderá ser encontrada através de novas eleições gerais.

Por isso o CC do PCP propõe, como caminho para uma solução constitucional e democrática, o seguinte:

1.º — Suspensão, pelos processos constitucionais e legais adequados, da execução das leis ultimamente aprovadas na Assembleia da República;

2.º — Demissão do Governo actual e formação de um governo para assegurar os negócios correntes e garantir condições de liberdade e de igualdade aos partidos para a sua intervenção em todo o processo de novas eleições gerais;

3.º — Dissolução da Assembleia da República e convocação e realização de eleições no prazo de 90 dias estabelecido na Constituição.

O PCP apresenta estas suas propostas animado da mais firme vontade de que se abram caminhos para a solução dos graves problemas políticos, económicos e sociais que hoje estão presentes na vida nacional e afectando a consolidação do regime democrático e comprometendo as aspirações do nosso Povo a uma vida melhor, ao progresso, ao desenvolvimento e à independência nacional.

As propostas do PCP para encontrar uma alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual visam contribuir para garantir a estabilidade política, económica e social do País e criar as condições para reunir as energias nacionais num grande esforço patriótico capaz de assegurar o prosseguimento da democracia portuguesa na perspectiva do socialismo.

III - O reforço do Partido, tarefa do momento

1. O PCP, força indispensável

1. — Os acontecimentos mostram dia a dia que o PCP é o único dos grandes partidos que defende consequentemente os interesses dos trabalhadores e das camadas laboriosas, as liberdades, as conquistas da Revolução, o regime democrático, a independência nacional.

O PCP é uma força indispensável para fazer frente ao perigo fascista e à reacção e para a salvaguarda do regime democrático.

2. — A actividade e o reforço do PCP são do interesse, não apenas dos comunistas, não apenas dos trabalhadores, mas de todos os democratas, de toda as classes e camadas sociais interessadas em que não seja reinstaurado o poder do grande capital e dos latifundiários e Portugal não volte ao passado fascista.

O PCP é uma grande força política nacional. Dadas porém as dificuldades da situação actual, um novo reforço do PCP torna-se um factor da mais alta importância na continuação do processo democrático português.

Examinando os vários sectores da actividade partidária, o CC tomou resoluções relativas a alguns aspectos do trabalho imediato.

2. Promoção «Conquistas de Abril»

1. — O CC sublinha a todas as organizações e militantes que o reforço orgânico do Partido, tanto pelo aumento de efectivos como pela melhor estruturação e mais intensa vida partidária em todos os escalões é uma tarefa de cuja realização dependerá em larga medida a justa orientação dos trabalhadores e a capacidade de ganhar mais amplas massas para posições justas e para a defesa do regime democrático.

É característico da evolução do PCP desde o 25 de Abril que, a seguir aos momentos mais difíceis (seja avançando seja recuando) do processo revolucionário, a linha e acção coerentes do PCP tiveram como resultado um considerável aumento de efectivos.

Foi assim depois do 28 de Setembro, do 11 de Março, do 25 de Novembro e já começa agora a verificar-se nesta nova fase da vida política com a tentativa de restauração do poder económico do grande capital e dos agrários.

2. — O CC resolve promover uma campanha de recrutamento para o Partido e apela para que as organizações da juventude comunista (UJC e UEC) realizem esforço semelhante.

3. — O CC resolve dar o nome de «Promoção das Conquistas de Abril» à campanha de recrutamento, lançada a partir de 1 de Agosto de 1977, tendo como objectivo o recrutamento de mais 10 mil membros do Partido até ao fim do ano.

A par do recrutamento, o CC salienta a urgência de um maior esforço de estruturação, de funcionamento regular dos organismos, designadamente dos organismos intermédios e das células de empresa, de melhor conhecimento, selecção e promoção de quadros.

3. A voz do Partido

1. — O CC resolve também intensificar a acção de esclarecimento, a informação e a propaganda do Partido.

O Governo navega em ilusões e labora num erro grave pensando que pode abafar e amordaçar a voz do PCP com as medidas restritivas da liberdade.

O CC indica a todo o Partido que, no uso das liberdades e direitos do regime democrático, é necessário ampliar, intensificar, levar às mais largas massas a informação e a propaganda do Partido.

2. — A diversificação da propaganda, o desenvolvimento das iniciativas regionais e locais, a prioridade às formas de propaganda tocando mais amplas massas, o aumento de tiragens, a edição de documentos abordando questões concretas, novas iniciativas no domínio da imprensa e edição, a apreciação pronta dos acontecimentos, permitirão responder ao crescente interesse que as massas manifestam pelo esclarecimento dos problemas nacionais, por uma informação verdadeira, pelo conhecimento das soluções propostas pelo nosso Partido.

Na sua actividade de informação e propaganda, o PCP continuará também a estimular a participação activa das massas no debate dos problemas nacionais, na procura de soluções necessárias, no reforço da vida democrática do País.

3. — O CC sublinha que, mais do que nunca, na actual situação, as realizações e os sucessos do Partido neste campo assentam na participação activa de todas as organizações e de cada militante no trabalho de esclarecimento e propaganda entre as massas.

Não só a voz do PCP não será abafada e amordaçada como chegará cada vez mais aos mais variados sectores da população e às regiões onde ainda hoje imperam poderes locais locais reacçãoários.

4. Iniciativas de massas e a Festa do «Avante!»

1. — O CC chama a atenção para a importância das grandes iniciativas de massas do Partido ou promovidas pelo Partido.

A experiência mostra que tais iniciativas (nacionais, regionais, locais, de empresa e outras), constituem um poderoso factor de esclarecimento, mobilização e atracção.

2. — A Festa do «Avante!» nos dias 9, 10 e 11 de Setembro, deverá constituir, a exemplo do ano passado, uma grande realização popular de massas, uma nova afirmação da política do Partido, da profunda ligação dos comunistas às classes trabalhadoras, aos problemas que afectam a vida e a luta do Povo trabalhador.

A Festa do «Avante!» constituirá igualmente uma grande manifestação de cultura e arte, de são convívio e alegria populares, de confiança no futuro do Portugal democrático rumo ao socialismo.

O CC chama todas as organizações a darem o seu esforço entusiástico para que a Festa do «Avante!» seja um grande êxito.

5. A batalha ideológica

1. — O CC sublinha na conjuntura actual a importância do desenvolvimento do trabalho ideológico, tendo como direcções principais a divulgação e explicação da orientação política do Partido, a luta contra a ideologia fascista e suas manifestações; a luta contra o oportunismo de direita e contra o aventurismo esquerdistas, que encontram na difícil situação actual condições objectivas favoráveis; a luta contra o anticomunismo e o anti-sovietismo.

O CC pronuncia-se firmemente tanto contra as tendências esquerdistas de «quanto pior melhor» como contra as tendências do «mal menor» dos oportunistas de direita.

2. — A luta contra o sectarismo e a superação de manifestações e práticas sectárias, tem particular significado num momento em que é decisiva a unidade da classe operária e dos trabalhadores em geral, o reforço da aliança com o campesinato, o diálogo e o entendimento e a acção comum de democratas de todas as tendências.

O CC do PCP insiste em que a democracia política é inseparável das transformações socio-económicas alcançadas com a Revolução, nomeadamente a Reforma Agrária e as nacionalizações, e a formação de um vasto sector não capitalista na economia portuguesa.

A vida mostrará que a política do Governo PS aliado com o PPD e CDS, política expressa nas leis ultimamente aprovadas na Assembleia da República, não só não resolverá como agravará os grandes problemas que Portugal defronta.

O CC do PCP insiste em que a recuperação económica pode ser alcançada e a defesa da democracia pode ser assegurada com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, com o PCP e não contra o PCP.

A vida mostrará que, para a recuperação económica, para a salvaguarda e a construção da democracia, para a defesa da independência nacional, os trabalhadores e o seu Partido — o PCP — constituem uma força indispensável no quadro de uma larga frente de forças sociais e políticas interessadas no prosseguimento do processo democrático e na construção de um Portugal livre, democrático e independente.

O caminho da democracia é difícil e acidentado. A causa do Povo e da Pátria triunfará.

31 de Julho de 1977.

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



A DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA DOS COMUNISTAS FACE ÀS TAREFAS DE DEFESA DA DEMOCRACIA

ENTUSIASMO e confiança foram a nota dominante do grande comício do PCP realizado anteontem no Pavilhão dos Desportos, pequeno para conter a enorme multidão que ali ocorreu. Muita gente foi obrigada a permanecer no exterior onde, através dos altifalantes previamente colocados, pôde seguir as intervenções dos oradores.

Aguardando o início do comício, a assistência, entre a qual se viam numerosos turistas estrangeiros, manifestava através de palavras

de ordem e canções o seu descontentamento e a sua reprobção pela política de recuperação capitalista.

«Socialismo sim, vigiarão não» foi uma das palavras de ordem mais repetida por todos os que enchiam a sala e também pelos que no

exterior aguentaram a pé firme o termo do comício.

Comentando esta mesma palavra de ordem, que se tornaria a ouvir durante a sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal diria que ela está um pouco desactualizada, pois que, sendo certa na sua essência, a verdade é que os dirigentes do PS já pouco ou nada falam de socialismo.

Já há muito que o Pavilhão dos Desportos e aquela zona do Parque Eduardo VII não registavam uma afluência como a que se verificou. E pode dizer-se que foi uma assistência heterogénea, que ali compareceu. Velhos e jovens, operários, empregados, intelectuais, todos ali se encontravam representados. Como dizia no final do comício uma mulher para uma amiga: «Há alturas em que não podemos faltar!» E pode dizer-se que ninguém faltou. Não só militantes e simpatizantes comunistas mas também democratas sem partido e simpatizantes socialistas ali estiveram procurando interagir-se das propostas apresentadas pelo CC do PCP para salvar a democracia e as conquistas da Revolução e que a direcção do PS pretende aniquilar com a sua política de cedência aos interesses do grande capital monopolista e latifundiário e do imperialismo.

A entrada das camaradas do Partido que estiveram na mesa que presidiu ao comício foi acolhida por uma entusiástica manifestação de carinho e confiança. De uma maneira ritmada gritou-se demoradamente «PCP! PCP!», com energia, com determinação.

Presidiu ao comício o camarada Joaquim Gomes que se encontrava acompanhado na mesa pelos camaradas Álvaro Cunhal, Octávio Pato, Sérgio Vilarigues, José Vitoriano, Jaime Serra, Américo Leal, Aurélio Santos, Maria da Piedade Morgadinho, José Casanova, Armando Morais, Jaime Félix e Jerónimo de Sousa.

Após a mesa que presidiu ao comício um grande pano continha uma inscrição simples, mas que, mobiliza as esperanças e as energias um número cada vez maior de portugueses: «Em defesa das conquistas da Revolução e da Democracia».

Nos momentos difíceis que a democracia portuguesa atravessa, esta grandiosa jornada do Pavilhão dos Desportos — que encerraria com a intervenção de Álvaro Cunhal, que noutra local reproduzimos — constituiu uma impressionante resposta e ao mesmo tempo uma significativa manifestação de força, vitalidade e iniciativa política por parte dos comunistas portugueses, em estreita unidade com todos os democratas e antifascistas.

Se, nessa noite de terça-feira, com razão se gritou «Assim se vê a força do PCP», não menos justas foram outras palavras de ordem que igualmente ecoaram pela vasta sala: «A luta continua! — Unidos venceremos!»

O primeiro orador foi o camarada Jerónimo de Sousa, metalúrgico e deputado à Assembleia da República, que centrou a sua intervenção na análise da legislação contra-revolucionária que directamente afecta a classe operária.

«Não val longe o tempo — recordou — em que na Assembleia Constituinte a maioria dos deputados ao aprovaram os artigos da Constituição sobre as Comissões de Trabalhadores e Controlo de Gestão que visam «o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário da construção do poder democrático dos trabalhadores», se levantaram e aplaudiram com alguns gritando «Viva a classe operária». O voto conjunto dos deputados comunistas e socialistas tinham vencido os defensores da co-gestão e do grande capital. Hoje uma maioria formada pelo PS/PPD/CDS fez aprovar uma lei que devia respeitar os princípios consignados na Constituição.

Mas se o PPD e CDS como porta-vozes da GIP continuam a procurar, não apenas a recuperação de posições, mas também a restauração do poder económico e político do grande capital, então houve alguém que mudou e enganou os trabalhadores!... Esse alguém foi o grupo dirigente do PS,



Joaquim Gomes



Jerónimo de Sousa



Américo Leal

o Governo e os deputados socialistas, porque em tal matéria não pode haver confusões nem ambiguidades. É procurar meter no mesmo saco os interesses dos trabalhadores e os interesses do patronato, é trair e abandonar a perspectiva da construção do socialismo!...

Depois de apontar alguns dos aspectos em que a lei sobre Comissões de Trabalhadores revela a sua injustiça e desadaptação às realidades, e de acentuar até que ponto foi desprezada a vontade da maioria das Comissões de Trabalhadores, Jerónimo de Sousa sublinhou o significado das cedências feitas pelo PS à direita, acrescentando:

«Esta lei contra-revolucionária sobre Comissões de Trabalhadores e Controlo de Gestão depois de publicada terá a validade de um ano.

Mas estamos certos que a experiência e a prática da vida e da luta, tanto no passado como no presente, o profundo sentimento da unidade do movimento operário e popular, a justiça das afirmações e propostas do PCP, das Comissões de Trabalhadores e dos Sindicatos acabarão por demonstrar quem defende realmente os interesses dos trabalhadores e quem está a trai-los.

Quer o PPD e o CDS queiram ou não, quer o PS engane ou não, as Comissões de Trabalhadores existirão e o Controlo Operário far-se-á!... Porque as Comissões de

Trabalhadores são um direito irrenunciável, fruto da luta e da vida... Porque o Controlo Operário ou de gestão é uma conquista da Revolução; Porque um e outro estão consignados na Constituição da República.

E a terminar: «Tal como outros domínios — Reforma Agrária, Indemnizações, delimitação do sector público e privado, também no domínio da legislação do trabalho se procura atingir os direitos e as conquistas dos trabalhadores portugueses só possíveis devido à ligação PS/PPD/CDS. Daqui apelamos para todos os socialistas e democratas, a todos os trabalhadores para que unam os seus esforços que visem defender as conquistas da Revolução e a democracia.

Mau grado a vontade da reacção, do grupo dirigente do Governo do PS, as massas trabalhadoras saberão inserir a sua luta e a sua resistência no quadro das instituições democráticas e nos direitos e liberdades conferidas pela Constituição. A força da unidade, a razão e a Constituição dão-nos armas suficientes para lutar e defender a democracia e o prosseguimento do caminho de Abril, como ficou provado nas grandes manifestações de 25 de Abril, 1.º de Maio e 22 de Julho.

Seguiu-se no uso da palavra o camarada Américo Leal, que começou por recordar o panorama do Alentejo e do Ribatejo antes do 25 de Abril, enumerando

o desemprego, o desprezo em que se encontrava a terra na posse dos agrários, os salários de fome, o analfabetismo e a falta de condições higiénicas e de protecção social.

Tudo isto — frisou — pertence a um passado recente cujas marcas, profundas, estão patentes aos olhos de todos aqueles que não esqueceram interesses em conhecer a verdade.

«A este passado condenado, a que os trabalhadores sempre se opuseram e o 25 de Abril aboliu, que as forças da direita, inimigas das conquistas alcançadas, pretendem regressar através do PS e da chamada Lei Barreto.

Certeira denúncia da Lei Barreto, o discurso do camarada Américo Leal enumerou depois todo o esforço desenvolvido pelos trabalhadores agrícolas no sentido de transformarem aquela região de fome e miséria numa zona do nosso país onde pela primeira vez o flagelo do desemprego desaparecia. Para isso não olharam a esforços, trabalharam primeiro sem salários, e quase sem maquinaria, apoiados na solidariedade das populações e do comércio local. Face a este esforço os resultados vieram-se e o número de cabeças de gado triplicou e, em muitos casos, o aumento é ainda maior, pois a grande palavra de ordem inicial foi por de parte do abate das fêmeas em condições de criação; o número de postos de trabalho em regime efectivo passou a ser 5 a 10 vezes maior; em todas as UCPs o parque de máquinas aumentou consideravelmente e em muitas delas grande parte da maquinaria e alfaias foi adquirida com o seu esforço, quantas vezes com dinheiro dos próprios salários.

Mas não ficaram só por aqui os trabalhadores agrícolas e o camarada Américo Leal recordou:

Fizeram experiências que provam podermos produzir tabaco, soja e batatã açucareira, o que levaria o país a poupar a saída de milhões de contos de divisas, criaria milhares de novos postos de trabalho e daria uma grande contribuição para a produção de rações já grandemente deficitária neste momento.

Tudo isto o MAP e o Governo PS em conluio com a direita pretendem destruir. E o camarada Américo Leal interrogou:

Como pode o Governo apresentar a Lei Barreto como um projecto para aumentar a produção se reconheceu à burguesia latifundiária o direito de manter a terra inculta durante 5 anos?

Como pode o MAP e o Governo ignorar o esforço e os heróicos resultados dos trabalhadores das UCPs que, contando com a solidariedade popular, obtiveram em 1976 a maior colheita cerealífera da história do nosso país?



Álvaro Cunhal, ladeado por Aurélio Santos, Sérgio Vilarigues e José Vitoriano, falando aos jornalistas

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A fim de dar a conhecer o relatório aprovado na última reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português, realizou-se na passada segunda-feira, no Centro de Trabalho Vitória, uma Conferência de Imprensa.

No encontro com os representantes dos órgãos da Informação e o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que se encontrava acompanhado pelos camaradas Sérgio Vilarigues, José Vitoriano e Aurélio Santos, leu uma declaração na qual foram sintetizados os principais pontos do documento aprovado, ao mesmo tempo que enunciava algumas das soluções políticas apontadas para a presente situação.

No final, o camarada Álvaro Cunhal respondeu às diversas perguntas feitas pelos jornalistas presentes. Nomeadamente, na resposta ao representante da «France Press» que procurou relacionar as recentes declarações do brigadeiro Hugo dos Santos como uma ameaça ao uso da força na eventualidade de boicotes à aplicação da Lei da Reforma Agrária, o camarada Álvaro Cunhal salientou:

O senhor brigadeiro, como todas as pessoas que têm responsabilidades nas Forças Armadas agirão dentro das normas constitucionais e da legalidade. Portanto, devo dizer-lhe que, certamente, as Forças Armadas agirão dentro da legalidade constitucional como nós, comunistas, também agremos, como foi dito já na declaração que fiz em nome do Comité Central do PCP. Estamos tranquilos no que respeita às

interpretações que possa haver da nossa actuação.

Muitas vezes se diz que quem não deve não teme. E nós dizemos e afirmamos, e confirmamos agora através do documento do Comité Central, que agremos no quadro das instituições e dos direitos e liberdades conferidos na Constituição. Não pensamos que haja responsáveis neste país que pretendam cortar a qualquer partido político e ao povo português a possibilidade de utilizar os direitos e as liberdades conferidos na Constituição.

Mais adiante, respondendo a outra pergunta, o secretário-geral do PCP referiu-se à ao Partido Socialista salientando ser um partido muito heterogéneo, em que há pessoas progressistas, militantes nitidamente de esquerda e militantes com uma mentalidade reaccionária. Reportando-se à direcção do PS precisou:

A questão mais grave a nosso ver é a opção de fundo, a opção de classe que fez a direcção do Partido Socialista em relação aos problemas fundamentais na construção da democracia portuguesa. Portanto, há divisões, há dificuldades, como é sabido, no Partido Socialista. Pensamos entretanto — continuou o camarada Álvaro

Cunhal, respondendo à segunda parte da pergunta que lhe fora formulada e que dizia respeito à validade de novas eleições no respeitante a uma classificação política — que umas eleições muito dificilmente (desde que sejam asseguradas condições de liberdade no nosso país) poderiam dar uma maioria de direita.

Muito dificilmente porque o nosso povo está com a democracia, o nosso povo não quer regressar ao passado fascista. Da parte do nosso Partido não temos qualquer inquietação quanto ao resultado eleitoral. E não temos quaisquer inquietações porque vemos bem (não pela sondagens de tal ou tal jornal que se podem fabricar nas redacções ou pela amostragem reduzida) através de todos os múltiplos canais de informação que há no amplo trabalho de massas e na nossa ligação com as massas que o povo português se está a desloca de uma forma nítida para a esquerda e não para a direita.

Portanto, pensamos que com novas eleições os partidos da direita continuariam a ser batidos ainda que pudesse haver alterações na posição relativa dos partidos democráticos.

Salientando ser esta uma proposta política ao país para a resolução de uma situação o secretário-geral do PCP encerrou a Conferência de Imprensa — esclarecendo algumas questões de pormenor levantadas pelos jornalistas.



Milhares de pessoas não conseguiram entrar no Pavilhão. Mas fora, o entusiasmo era o mesmo que no interior do recinto

COM UMA NOTA DE 100\$00

COMPRE:

- A saída da crise
- OU ENTÃO: ● Contribuição para o Estudo da Questão Agrária (2 volumes)
- O PCP e a luta pela Reforma Agrária
- O PCP e a luta pela Reforma Agrária
- 5 dias e 5 noites

★ LIVROS ★ DISCOS ★ POSTERS ★ SELOS ★ NUMISMÁTICA ★

PORTO
Dia 5 de Agosto no Palácio de Cristal
Grande Banca da «Livraria Avante!»

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Encarregou-me o Comité Central do nosso Partido de informar por vosso intermédio o povo de Lisboa acerca das conclusões e decisões da sua reunião plenária realizada anteontem.

O Comité Central examinou atentamente a situação nos seus múltiplos aspectos. Examinou com particular atenção o significado do Pacto do PS com o PPD, de aliança efectiva do Governo PS com o PPD e o CDS e da aprovação duma série de leis na Assembleia da República.

O Comité Central concluiu que se não trata de factos isolados.

Trata-se de uma modificação qualitativa na política nacional que abre uma nova e perigosa fase da democracia portuguesa.

Operação global contra as conquistas da Revolução

Caracterizando a situação política actual, o CC apontou alguns traços fundamentais:

O primeiro é a aprovação de uma série de leis que preparam uma nova e mais violenta ofensiva contra as conquistas da Revolução.

Todos sabem que essas leis são numerosas e variadas.

É a lei da delimitação dos sectores público e privado que põe em causa as nacionalizações.

É a monstruosa lei Barreto.

É a lei do PPD que revoga a lei do arrendamento rural de 1975, retira aos pequenos rendeiros os direitos alcançados desde 25 de Abril, e os coloca de novo à mercê dos senhorios ricos e sob ameaça da expulsão das terras.

É a lei das indemnizações que atribui milhões e milhões de contos aos grandes capitalistas e agrários.

É a lei sobre o controlo operário que visa a liquidação do controlo operário e ofende o direito de organização dos trabalhadores.

E outras mais.

Não vou hoje aqui repetir o que contém essas leis

e tudo quanto pretendem e significam.

Mas aquilo que o camarada Américo Leal disse sobre a Reforma Agrária, gostaria de acrescentar algumas palavras.

O Governo quis apresentar o projecto Barreto como a Lei duma nova Reforma Agrária. Mas o PCP fala inteiramente verdade quando diz que se trata duma lei para a destruição da Reforma Agrária, uma lei da contra-Reforma Agrária, lei que viola frontalmente o que está estabelecido na Constituição.

Nós afirmamos que a Lei Barreto é a Lei da contra-Reforma Agrária porque tem como objectivo a reestruturação dos latifúndios e a formação de grandes explorações capitalistas e a Reforma Agrária tem de significar precisamente o contrário, a liquidação dos latifúndios e das grandes explorações como expressamente determina a Constituição, art.º 97.º, n.º 1.

Nós afirmamos que a Lei Barreto é a Lei da contra-Reforma Agrária porque tem como objectivo a transferência da posse da terra daqueles que a trabalham e hoje têm a sua posse útil através das Cooperativas e UCP, para os seus exploradores (latifundiários e capitalistas) e a Reforma Agrária tem de significar necessariamente a entrega da terra a quem a trabalha, como expressamente determina a Constituição no seu artigo 96.º, alínea a).

Nós afirmamos que a Lei Barreto é a lei da contra-Reforma Agrária porque tem como objectivo arrancar às Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção as terras expropriadas para as entregar a grandes proprietários e a ricos capitalistas, quando a Reforma Agrária tem de significar precisamente o contrário, conforme está consignado no art.º 97.º, n.º 2 da Constituição, que determina que as propriedades expropriadas serão entregues para exploração a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva para trabalhadores.

Nós afirmamos que a Lei Barreto é a Lei da contra-Reforma Agrária porque ela tem como objectivo a restauração dos latifúndios, e a criação de novas empresas capitalistas, o desenvolvimento do capitalismo, a restauração das relações de produção semifeudais

e capitalistas na zona da Reforma Agrária e a Reforma Agrária tem de significar necessariamente a criação de novas relações de produção de tipo socialista, conforme determina o art.º 96.º da Constituição.

O ministro Barreto e o Governo podem gabar-se dos elogios da reacção e particularmente daqueles que fizeram à lei o general Galvão de Melo e o casqueiro da CAP.

Mas podem estar seguros de que voltaram contra si milhares e milhares de trabalhadores e de pequenos e médios agricultores e larguíssimos sectores sociais e democráticos que dantes tinham ilusões acerca do Governo PS.

O Governo chega a afirmar que a lei Barreto tem como finalidade fundamental eliminar a influência do PCP na zona da Reforma Agrária, o que é escandaloso que se diga ser a finalidade de uma lei.

Essa influência existe de facto. E, se existe, deve-se em parte decisiva ao facto de o PCP lutou sempre infatigavelmente pela Reforma Agrária.

Hoje é o único dos grandes partidos na luta em sua defesa. A influência política que o Governo PS está a liquidar na zona da Reforma Agrária com a Lei Barreto não é a influência do PCP, que cresce dia a dia, mas a influência do próprio PS.

A lei Barreto e as outras em nada contribuem para a solução dos grandes e graves problemas nacionais, nem os problemas económicos, nem os problemas sociais, nem os problemas políticos. Pelo contrário, irão agravá-los.

Indo por diante, estas leis contrariam as novas realidades criadas pela Revolução portuguesa, ferem profundamente os interesses dos trabalhadores e das mais vastas massas da população portuguesa, prejudicam a recuperação económica do país, têm pesadas consequências no agravamento da dependência em relação ao estrangeiro. Algumas delas pelo menos, acabaram por ser suspensas, revogadas e substituídas por outras melhores.

Todas estas leis irão agravar a situação do nosso povo e do país. A falta de apoio popular, a execução de algumas delas tenderá a fazer-se pela força e com o uso de medidas repressivas e acompanhada de medidas restritivas das

liberdades, como já agora começa a acontecer.

E isto sucede porque estas leis não têm verdadeiramente como fim servir o povo e Portugal, mas servir o grande capital, os agrários e o imperialismo.

E não apenas servir os seus interesses imediatos, mas servir os seus fins estratégicos.

A recuperação capitalista, agrária e imperialista não visa já apenas, como parecia visar nos dois anos últimos, a recuperação pelos capitalistas, agrários e imperialistas de tais ou tais empresas, de tais ou tais terras.

O verdadeiro e grande objectivo parece agora completamente claro.

O objectivo é a restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários. É a restauração do poder daqueles grupos de famílias com seus apaniguados que só com o 25 de Abril deixaram de ser reis e senhores absolutos de Portugal e que, com a sua ditadura fascista, o seu Governo fascista, a sua PIDE, a sua Legião, as suas forças repressivas, exploravam, tiranizavam, oprimiram, aterrorizaram o nosso povo durante quase meio século.

É a esta gente, não ainda aos maiores de todos, mas para lá se caminha, que estão a ser restituídas empresas intervencionadas e terras justamente expropriadas pela Reforma Agrária.

É a esta gente que se pretendem dar 100 ou 200 milhões de contos de indemnizações para que com os dinheiros públicos possam tomar conta dos sectores importantes da nossa economia.

É a esta gente que se pretendem abrir possibilidades (abertas pela lei de delimitação dos sectores público e privado) para de novo retomarem posições em sectores vitais da economia nacional.

Não se trata de facto apenas de "corrigir excessos", ou "erros", como tantas vezes afirmaram dirigentes do PS.

Trata-se de facto, e é disso que devem ter plena noção todos os portugueses: primeiro duma operação global contra as conquistas da Revolução; segundo duma política cujo objectivo já claro embora ainda não explícito é a restauração do poder do grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários.

A opção de classe do Governo PS

Como é possível que um Governo do PS, de um partido que tem um Programa que não contraria algumas das conquistas fundamentais da Revolução, que com esse Programa se apresentou perante o eleitorado e com esse Programa alcançou numerosos votos, que vezes sem conto afirmou que não se aliaria à direita, se proponha abertamente destruir transformações socioeconómicas que fazem parte integrante do regime democrático português, e adota uma política que a prosseguir conduz claramente à restauração do poder do grande capital e dos latifundiários.

A explicação é que se trata de uma opção de classe do grupo dirigente do PS. O grupo dirigente do PS passando por cima do Programa do seu partido e da

promessa ao eleitorado, optou pela defesa dos interesses do grande capital e dos agrários contra os trabalhadores, pela restauração do seu poder económico a que se seguiria ou com a qual coincidiria a restauração do seu poder político.

É esclarecedora a raiva que mandam arrancar os dísticos com vivas à Reforma Agrária. Mas, aqui para nós: Para ser coerente o grupo dirigente do PS deveria procurar destruir o Programa do PS, destruir todos os exemplares, de forma a que não ficasse um só, porque não o conseguindo, muitos membros do PS, os eleitores do PS, o povo português, lembrarão que foram enganados pela direcção do PS que lhes apresentou um Programa para ganhar os votos e constituiu um governo que faz precisamente o contrário do Programa.

Se alguém entrar num comércio sem saber de que partido é e se ouvir um orador afirmando que o seu objectivo é a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes; que tal sociedade só pode ser alcançada com o poder dos trabalhadores e a colectivização dos meios de

produção que a via socialista de desenvolvimento económico é condição indispensável para o êxito do próprio processo democrático e para garantir uma vida política com liberdade e pluralismo; que a reforma agrária nas regiões do latifúndio consistirá em transferir a posse útil da terra para aqueles que a trabalham através da expropriação das grandes propriedades agrícolas; se ouvir um orador dizer que combate o sistema capitalista e a dominação burguesa; que repudia o caminho da social-democracia e até de movimentos que se dizem socialistas desde que conservem as estruturas do capitalismo e sirvam os interesses do imperialismo; que considera o capitalismo uma força opressiva e brutal e luta pela sua total destruição; creio camaradas que ouvindo tais palavras esse alguém ficaria talvez com a certeza de ter estado num comércio do PCP.

A verdade, porém, camaradas é outra. Todas as expressões que acabei de utilizar, atribuindo-as a um hipotético orador, todas essas expressões e os objectivos nelas expressos foram retiradas não do Programa do PCP,

mas do Programa do PS, por razão do qual milhares de portugueses entraram no PS e votaram PS.

Não é calúnia dizer que o Governo PS, ao passar a servir ostensivamente o grande capital e os agrários renegou o seu próprio Programa, capitulou como partido que se afirma dos trabalhadores e socialista, e sofreu uma derrota política cujo alcance é ainda cedo para calcular.

Alguns dos objectivos que constam do Programa do PS são próximos, na sua formulação, de objectivos do nosso Partido. Isso até daria a possibilidade de entendimentos. Mas a dificuldade resulta do facto de que para a direcção do PS o Programa do PS é um papel sem valor que já deitou para o cesto dos papéis e para a Direcção do PCP e para todos os comunistas, é um princípio, a fidelidade ao Programa do Partido, que é a fidelidade aos interesses e objectivos dos trabalhadores, do povo, da pátria, que é a fidelidade ao compromisso assumido, que é a fidelidade à palavra dada e aos ideais de liberdade e de emancipação dos trabalhadores que são a razão de ser da própria existência do Partido.



O instrumento ideal

O Comité Central do Partido na sua reunião de anteontem, concluiu que, dado o Pacto PS-PPD, a aliança efectiva do Governo com o PPD e o CDS, e a série de leis ultimamente aprovadas na Assembleia da República por esses três partidos, deixa de ter qualquer sentido nas circunstâncias presentes que o grupo parlamentar do PCP apoie o Governo PS sozinho em momentos difíceis, ante ameaças eventuais do PPD e do CDS.

Pode perguntar-se, camaradas e amigos: se o PCP, até agora afirmava que, embora criticando severamente o Governo, poderia dar-lhe eventualmente apoio na Assembleia da República, ante uma tentativa do PPD e do CDS para derrubá-lo, e isto para evitar que se formasse um governo abertamente reacção, porque muda agora o PCP essa sua atitude? Será o caso de o PCP ter deixado de recuar a queda do Governo PS sozinho e a formação dum governo com o CDS e o PPD?

Queremos responder com toda a clareza a estas perguntas.

Estudando atentamente a situação, o CC do PCP concluiu que, nas condições existentes actualmente o Governo do PS sozinho é o instrumento ideal para os capitalistas e agrários, o instrumento ideal da recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O Governo PS sozinho é o instrumento ideal para os capitalistas e agrários, em primeiro lugar, porque efectivamente não é do PS sozinho, não é um Governo sem alianças, nem à esquerda, nem à direita, mas é sim de facto um Governo aliado à direita, aliado agora ao PPD por

um Pacto e ao CDS por convergências e acordos.

O Governo PS executa, não só a política do grupo dirigente do PS que já por si optou pela defesa dos interesses dos capitalistas e agrários, mas uma política de capitulação, uma política de negociações e acordos com os partidos da direita.

Nos últimos debates e votações na Assembleia da República, designadamente na discussão do projecto Barreto, ficou claro para milhões de portugueses que assim é.

Mas é mais que certo que, neste momento a aprovação e a realização da política do Governo actual, seria extraordinariamente mais difícil por um governo de coligação PS-PPD ou PS-PPD-CDS do que pelo Governo PS aparentemente sozinho.

O Governo PS sozinho é o instrumento ideal para os capitalistas e agrários, em segundo lugar, porque é o PS e não os partidos reacção, que se queima e perde a base de apoio com esta política actual, porque é o PS que paga o preço político duma política profundamente antipopular, porque é o PS que está tirando as castanhas do lume, para que depois os PPD, CDS e a reacção em geral as venham comer.

O Governo PS vai estendendo a passadeira de veludo para que o CDS, o PPD e toda a reacção venham a passar. O PPD e o CDS entram em acordos com o PS, colam-se a ele, vão preparando terreno para uma coligação, mas que os socialistas não tenham ilusões: o PPD e o CDS preparam a coligação como primeiro passo, mas planeando já deixar cair o PS e seguir então o caminho, não já PS sozinho, mas PPD e CDS sozinhos, sem o MIRN, ou com o MIRN.

O Governo PS sozinho é o instrumento ideal para os capitalistas e agrários, em terceiro lugar, porque nenhum outro Governo na conjuntura actual e no quadro da democracia poderia adoptar e levar a cabo a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista a que assistimos, porque é absolutamente certo que, a juntarem-se aos muitos que já o fazem, a grande maioria dos militantes socialistas e dos eleitores socialistas protestariam indignados contra a actual política se ela não fosse de um Governo PS, mas dum Governo do PPD e do CDS.

O facto de uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, de destruição das conquistas da Revolução, de preparação de condições para a restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários, ser levada a cabo por um Governo PS (por um partido que vem do tempo do fascismo, dum partido democrático, de um partido socialista) adormece ainda muita gente, impedindo que muitos portugueses acordem para o perigo.

A existência dum Governo PS sozinho é aos olhos de muita gente hesitante, pouco esclarecida, eleitores do PS de sentimentos democráticos, um papel de rebaçado que esconde a pastilha amarga da política antipopular, da ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução, da recuperação capitalista, agrária e imperialista.

E já que entramos em comparações e imagens, ainda acrescentarei outra.

O facto de ser um Governo PS a executar esta política serve à reacção como a anestesia de vastos sectores da população e da democracia portuguesa para a grande e violenta operação (que se tem vindo a fazer e que entra

agora numa nova fase) da restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários.

É necessário que o povo português, a opinião democrática maioritária no país, acorde dessa anestesia, tome consciência do perigo e se oponha à consumação dessa operação de que resultaria a perda de tudo quanto de positivo o povo alcançou desde o 25 de Abril e a perda, a curto ou a médio prazo, da própria democracia.

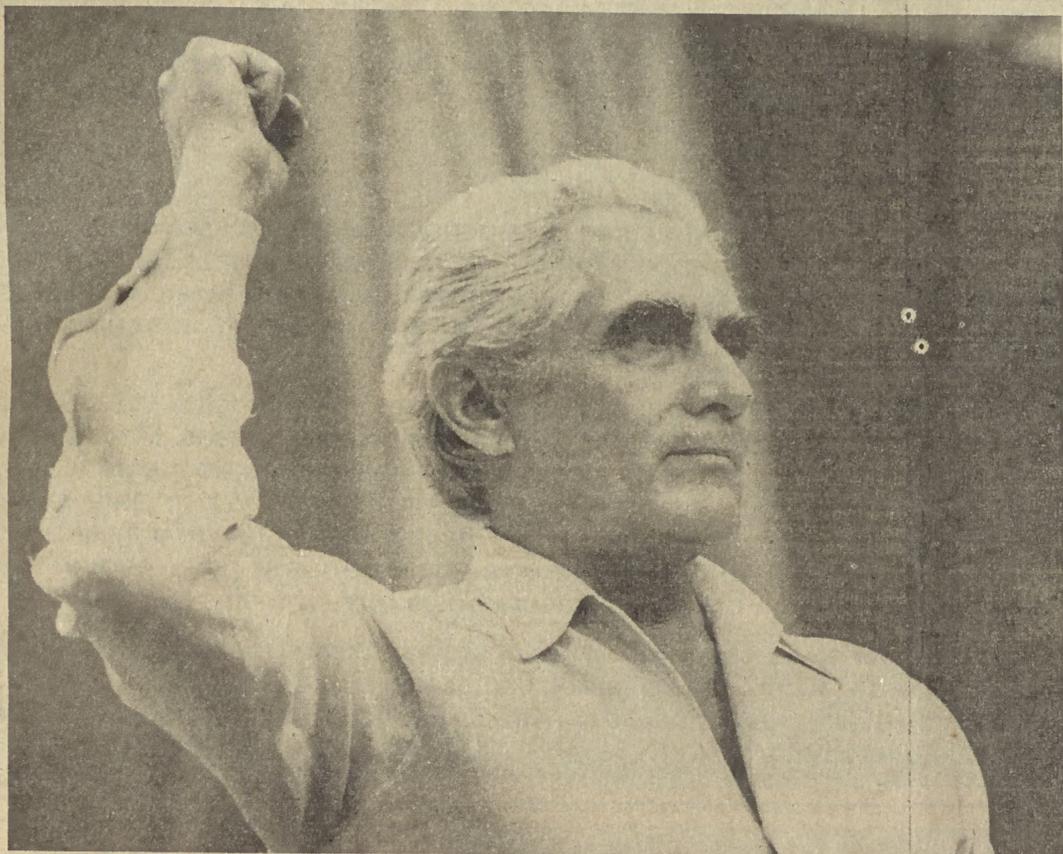
Finalmente, camaradas, o Governo PS sozinho é o instrumento ideal para capitalistas e agrários, porque, nas condições actuais, a única alternativa ao Governo PS sozinho não é forçosamente um governo ainda mais à direita.

O Governo PS sozinho, a continuar com a política actual é o caminho seguro e certo para a formação, em piores condições que as actuais, de um governo de coligação com a direita reacção e para a formação ulterior dum Governo de reacção.

O PCP pela sua parte, desenvolverá toda a sua actividade tendo em vista uma alternativa democrática. Nunca fomos defensores e, pelo contrário, sempre combatemos as concepções esquerdistas de que "quanto pior melhor".

Mas tão pouco fomos defensores das concepções segundo as quais se deve subordinar a orientação do Partido à preocupação oportunista de "optar pelo mal menor".

Se em determinadas circunstâncias a defesa do "mal menor" pode ser inteiramente justificável, e assim temos procedido muitas vezes, em muitas outras circunstâncias o "mal menor" pode de facto transformar-se no mal pior.



Uma saída constitucional

Foi considerando a gravidade da situação criada pela opção de classe do Governo PS e pela série de leis e a nova ofensiva que se prepara visando a destruição das conquistas da Revolução consagradas na Constituição e a restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários; foi também considerando que o grupo dirigente do PS fazendo aprovar as últimas leis, faltou ao Programa, objectivos e propósitos na base dos quais obteve os votos que elegeram os seus deputados; foi ainda considerando que (dada a extrema gravidade das decisões tomadas) o povo português tem uma palavra a dizer: — que o CC do nosso Partido apresentou ao país uma saída democrática e constitucional possível contida em três pontos, já ontem divulgados:

1.º — A suspensão por processos constitucionais e

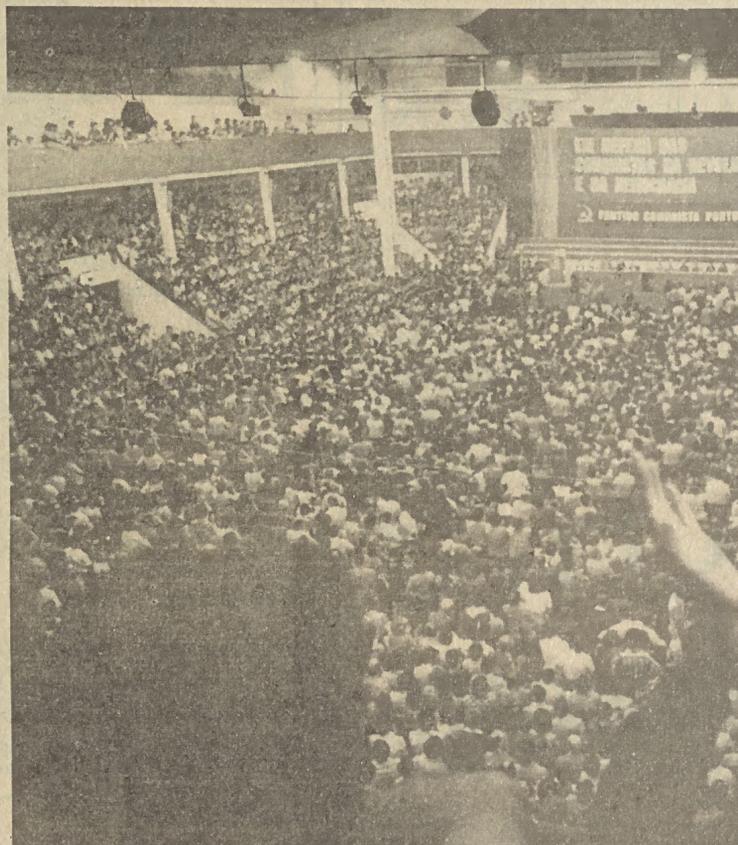
legais adequados da execução das leis ultimamente aprovadas na Assembleia da República;

2.º — A demissão do Governo e a formação de um governo leito que assegure os negócios correntes até à formação dum novo Governo depois de novas eleições;

3.º — A dissolução da Assembleia da República e a convocação de novas eleições no prazo constitucional de 90 dias, assegurando-se em todo o território nacional condições de liberdade e igualdade aos partidos para a sua intervenção no processo eleitoral.

A possibilidade constitucional e legal de uma tal solução existe. É uma das possibilidades que a Constituição oferece para a saída de situações graves, difíceis e perigosas como a actual. O nosso Partido, como aliás qualquer outro tem todo o direito de a considerar e de a apresentar como sua opinião ao povo português.

Mas a nossa proposta provocou uma onda de protestos pouco serenos do partido do Governo e de partidos da direita.



Um dirigente do PPD discorda da proposta porque o PPD, segundo diz, quer a estabilidade. Estabilidade é precisamente o que nós queremos mas não parecem querer aqueles que aprovam uma série de leis que, pelo seu conteúdo, são profundamente desestabilizadoras.

Um dirigente do CDS pronuncia-se contra eleições gerais porque segundo diz o povo não está preparado para isso e haveria um abstencionismo desprestigiante para a democracia. Também é curioso este comentário. Porque o que se conclui é que o CDS não está preparado e um grande número dos seus antigos eleitores certamente se absteriam, o que na verdade seria desprestigiante, não para a democracia, mas sim para o CDS.

Um membro do Governo e da direcção do PS comenta a proposta de eleições gerais do PCP dizendo que o PCP parece desejar a dissolução da democracia, sendo um tanto extraordinário que se considere a proposta de eleições gerais nos termos da Constituição como uma solução menos democrática.

Houve um rei de França que dizia que o Estado era ele.

Agora também há partidos que parece pensarem que a democracia são eles. Mas não são.

Um outro dirigente do PS diz que o PCP, para a solução dos problemas só tem as palavras demissão, suspensão, dissolução. O que esquece de dizer é que estas palavras constam da Constituição e que o PCP além dessas propôs outra e a principal: eleições gerais.

Parece porém que a palavra "eleições gerais" faz tremer tanto o PS, como o PPD, como o CDS.

Vê-se que nenhum destes partidos tem tranquila a sua consciência política e que receia pagar caro em eleições o mal que têm feito ao nosso povo e à nossa Pátria.

Será que o PS considera (e justamente) não ter grandes hipóteses de fazer eleger por Beja o Ministro António Barreto em vez de Lopes Cardoso?

Será que o PS tem tanto medo da queda de votos como o CDS o tem das abstenções?

Uma colsa é visível, camaradas:

É que todos eles têm medo dos eleitores. Nós, os comunistas, não temos.

Plataforma e compromisso

Dizem alguns que o PCP, na sua intransigência, quer impor as suas opiniões e as suas soluções, que não está aberto ao diálogo, que não está pronto a examinar com outras forças as soluções para os problemas nacionais, que não está disposto a fazer compromissos.

Sabeis, camaradas e amigos, que isso é completamente falso.

Sabeis que o PCP é um partido com longa experiência de luta e que os compromissos, como forma de solucionar problemas em determinadas situações, constituem uma atitude inteiramente justa dum partido revolucionário, dum partido marxista-leninista.

Sabeis que o PCP sempre tem proposto soluções para os mais diversos problemas nacionais na base do diálogo, da negociação, da busca de entendimento.

Isso sucede, por exemplo, em relação ao desbloqueamento da contratação colectiva, a solução de todas as situações litigiosas na zona da Reforma Agrária, aos trabalhos da Assembleia da República para a elaboração de novas leis, e também à busca de soluções para os gravíssimos problemas económicos e financeiros que o país defronta e à busca de uma alternativa democrática para o actual governo.

Nunca se poderá dizer com verdade que o Governo PS caiu nos braços da direita em virtude da intransigência do PCP.

O Governo PS caiu nos braços da direita em virtude da defesa dos interesses do grande capital e dos agrários contra o povo trabalhador.

Se há intransigência, a intransigência tem sido do Governo PS, não naturalmente em relação ao capital e aos agrários, à CIP e à CAP, ao PPD e ao CDS, diante dos quais capitula, mas em relação aos trabalhadores, às classes laboriosas, aos sindicatos, às organizações de classe dos pequenos e médios agricultores e ao Partido Comunista Português.

Como tem procurado por exemplo, o Governo a negociação, o compromisso entre as entidades patronais e os trabalhadores?

Ainda estão na memória de todos as negociações do Governo com a CGTP-Intersindical Nacional.

O Governo recebeu várias vezes os representantes da Intersindical. Para negociar? Não, camaradas, apenas para entreter, para amortecer e quebrar a vontade de luta dos trabalhadores, para ver se impedia ou desmobilizava a realização da manifestação operária do dia 22 de Junho, já então anunciada, que o Governo previa justamente que viria a ser aquilo que foi: uma das maiores, se não a maior

manifestação de rua realizada até hoje em Lisboa, grandiosas manifestações noutros pontos do país, uma confirmação assombrosa da unidade e da força serena da organização sindical unitária dos trabalhadores portugueses, a expressão da firme determinação dos trabalhadores em defenderem os seus direitos vitais e os direitos que alcançaram com a sua luta e o seu trabalho esforçado desde 25 de Abril.

O Governo não queria negociar, queria conversar. Mas negociação não é só conversa e muito menos conversa fiada.

E o que fez então o Governo? Procurou aprender alguma coisa com a lição do 22 de Junho e não só continuar a conversar, mas abrir uma real negociação?

Não, o Governo cortou as conversações com a CGTP-Intersindical e abriu conversações com esse grupo cisionista, fracassado, sem representatividade, que vive porque o alimenta o Governo (e mais alguém) chamado "Carta Aberta".

Pensa o Governo que alguém toma a sério tal negociação? Pensa o Governo que terá qualquer validade qualquer compromisso assumido em nome dos trabalhadores pela gente da "Carta Aberta"?

E pergunto ainda, camaradas: Não é simplesmente ridículo que já se fale em negociar com a "Carta Aberta" o "Pacto Social", que obrigaria à escala nacional todos os trabalhadores? Não é isso pensar que ainda não chegámos a 25 de Abril de 1974 e que o Ministério do Trabalho se poderia transformar em qualquer coisa de parecido com o antigo Ministério das Corporações?

O Governo PS, como qualquer outro Governo, tem obrigação estrita de respeitar a liberdade sindical, de reconhecer as verdadeiras organizações representativas dos trabalhadores e de tratar com eles e não com meia dúzia de bobos movidos pelos dedos do sr. Gonalves.

O Governo e a direcção do PS deveriam reflectir no significado das eleições sindicais realizadas desde o princípio do ano. Deveriam perguntar a si próprios qual a razão por que, depois de tanto esforço para cindir o movimento sindical, depois de tanto dinheiro português e estrangeiro gasto com esse fim, depois de tantas decisões e medidas do Governo para enfraquecer, dividir e substituir a organização sindical livre, independente e democrática dos trabalhadores portugueses, direcções apoiadas pelo PS foram afastadas em 13 sindicatos, e as listas unitárias ganharam 41 do total de 55 eleições sindicais realizadas desde o princípio do ano.

Se tivéssemos em conta as realidades, não se afundariam cada vez mais numa política sindical condenada ao fracasso, deixariam de fazer ultimos aos trabalhadores e compreenderiam a necessidade efectiva, de negociar, de chegar a acordos e compreenderiam que a negociação com os trabalhadores, significa antes de

mais a negociação com a CGTP-Intersindical Nacional, gloriosa organização unitária de classe dos trabalhadores portugueses.

E o que se passou com as negociações em volta do projecto de "Lei Barreto"?

Logo de princípio, ao conhecer-se o projecto ainda antes de ser publicado, o nosso Partido afirmou, e afirma como atrás já foi dito, que esse projecto, de princípio a fim, viola disposições constitucionais. Que é um projecto de destruição da Reforma Agrária. Que a ser aprovado significaria um verdadeiro crime contra os trabalhadores, contra a economia nacional, contra a democracia portuguesa.

Mas, apesar disso, camaradas, a fim de fazermos os possíveis e os impossíveis para evitar que se concretizasse a aprovação de uma lei que visa a destruição da Reforma Agrária, ou de, não conseguindo fazê-lo, de diminuir o mais possível os seus efeitos destrutivos, procurámos examinar o problema com o Governo, eu próprio em nome do Partido, com outro camarada, tivemos longas conversas a esse respeito com o Primeiro-Ministro, delegações do nosso Partido encontraram-se com membros do Governo, incluindo o Ministro da Agricultura e o seu secretário de Estado, isto é com Barreto e Portas e fizemos dezenas e dezenas de propostas de emenda, seja ao Governo, seja nos trabalhos da Assembleia da República.

Houve então quem dissesse que não valia a pena discutir e negociar com essa gente. E nós insistimos em fazê-lo para esgotarmos todas e quaisquer possibilidades.

Se há partido que o Governo tinha a obrigação de ouvir nesta matéria é o PCP, que ganhando as eleições na Zona da Reforma Agrária, mostra bem ter o apoio da população trabalhadora da zona para a sua política.

Mas, não, camaradas, ao mesmo tempo que recusava todas as emendas propostas pelo PCP, o Governo negociava com o PPD e o CDS e aceitava novas propostas, agravando ainda mais o projecto Barreto e para classificar as quais não há adjectivos que cheguem.

Mostra-se bem por estes exemplos, como é que o Governo e o grupo dirigente do PS, ou os agrários e os capitalistas e os seus partidos mais representativos entendem a negociação e um compromisso.

Entendem a negociação e um compromisso como a imposição do agravamento da exploração e da recuperação capitalista, agrária e imperialista, da destruição da Reforma Agrária e das outras conquistas da Revolução, da destruição do regime democrático português tal como está definido na Constituição.

conquistas da Revolução, do regime democrático.

O CC confirmou que o PCP continuará a procurar transmitir aos outros órgãos de soberania (Presidente da República e Conselho da Revolução e o governo seja qual for a sua composição) os pontos de vista do PCP e a sua contribuição para a solução dos problemas do país.

O CC confirmou que o PCP continuará desenvolvendo a sua actividade no quadro das instituições e das liberdades e direitos que a Constituição confere aos partidos e aos cidadãos.

Não pretendemos utilizar formas de acção fora do quadro da Constituição. Mas não renunciaremos a nenhuma das liberdades e direitos nela consignados.

Usando essas liberdades e direitos lutaremos sempre e connosco um número cada vez mais elevado de portugueses e portuguesas, em defesa das liberdades, e das conquistas da Revolução, em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, dos direitos dos trabalhadores, em defesa da democracia e da independência nacional.

Há uma realidade que alguns se recusam a ver mas que massas populares cada vez mais amplas compreendem: que a democracia se defende e se constrói, que os graves problemas nacionais se podem resolver, não contra os trabalhadores e contra o PCP, mas com os trabalhadores e com o PCP.

Nesta nova e perigosa fase da Revolução portuguesa, continuamos e continuaremos a lutar, com confiança em que a reacção será derrotada, as liberdades e as outras conquistas da Revolução serão defendidas, e o regime democrático definido na Constituição será finalmente construído.

Nós daqui saudamos a classe operária portuguesa, os trabalhadores, os obreiros da Reforma Agrária, os pequenos e médios agricultores e particularmente os rendeiros, os intelectuais, a juventude, as mulheres, todos os democratas e antifascistas e em particular aqueles muitos socialistas que lutam ombro com ombro com os comunistas na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução. Todos saudamos pela sua

luta tenaz, confiante e heróica que têm conseguido até hoje, no fundamental, assegurar o prosseguimento do radioso processo democrático começado pela acção libertadora dos heróicos capitães do 25 de Abril.

Se nos três anos decorridos desde o 25 de Abril, muitas dificuldades e obstáculos foram vencidos, também nesta nova perigosa fase da democracia portuguesa, a democracia triunfará.

Nós daqui apelamos para a unidade fraterna dos trabalhadores e de todos os democratas, para a solidariedade activa, para a acção comum.

A vitória é difícil, mas é nossa.

Unidos venceremos.

Viva a unidade dos trabalhadores e dos democratas!
Viva a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução!

Viva a Liberdade, a Democracia e a Independência Nacional!

Viva o PCP!

Unidos venceremos

Não venham falar uma vez mais no golpismo do PCP, na busca de desestabilização pelo PCP, na recusa do PCP em aceitar o jogo democrático. Tais acusações valem tanto como as do roubo das terras, das casas e das crianças e do tiro dos velhos, atrás da orelha.

Não venham com ameaças, veladas ou não, aos comunistas, só porque os comunistas se mantêm fiéis aos seus ideais e lutam e lutarão sempre em quaisquer circunstâncias em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos, em defesa das liberdades, das conquistas da Revolução, da independência nacional.

O CC definiu claramente a orientação do PCP e o que o PCP diz é aquilo que faz.

O CC confirmou que o grupo parlamentar do PCP continuará incansavelmente na Assembleia da República a batalha em defesa dos interesses dos trabalhadores, das

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



NO DOMINGO — LÁ ESTAMOS!

Que é que vamos fazer no Domingo?!
Pois é claro, camaradas! Vamos voltar ao Vale do Jamor!
No Domingo lá estaremos para prosseguir o trabalho para pomos de pé a nossa Festa!
E, camaradas, recomendamos a leitura da reportagem do que se passou no passado Domingo!
É que nos fartámos de trabalhar, demos um grande adiantamento ao que há para fazer, avançámos no duro — mas, por isso tudo e muito mais, foi um grande Domingo, um grande dia, uma coisa muito boa e muito bela!

Foi bom trabalharmos todo um domingo para erguer uma coisa que vamos construir, transformar o chão e a terra para fazermos uma Festa para centenas de milhares de portugueses. Mas também foi uma grande alegria termo-nos sentado à hora do almoço à sombra das árvores, conversando com a mãe idosa do camarada que para lá foi trabalhar, mas que também fez questão de ir para ficar ali connosco com a força da sua experiência de vida, também foi uma grande alegria ver a multidão de crianças que para lá foi com os pais, jogando à bola ou fazendo a algazarra que se prevê enquanto se limpava e preparava o terreno da Festa do Portugal que queremos e que para eles será.

Fartámo-nos de trabalhar — e por isso mesmo vamos lá voltar no próximo Domingo! A partir das 9 da manhã, vamos lá encontrar-nos todos! E traz o farnel, camarada, que quando nos sentarmos a trocar opiniões e um petisquinho estaremos também a construir a Festa do Portugal que queremos, estaremos a ser o Portugal que queremos!



Um domingo de trabalho, entusiasmo e confiança

Cem mil metros quadrados de trabalho, sob um sol escaldante. Centenas de camaradas passaram à acção, delataram mãos às ferramentas que, chegou-se brevemente à conclusão, eram poucas.

Pela manhã já muitos camaradas se encontravam a amarrar os seus farnéis, na sombra de algumas árvores proporcionam ao fundo do hipódromo do Jamor. O sol não ia alto, chegavam carros, descliam camaradas para a jornada de trabalho, e de convívio, porque também houve. Outros amigos vieram nos transportes públicos, desceram a algumas centenas de metros do hipódromo e lá vinham com o saco do farnel, o seu entusiasmo e, sobretudo, a sua vontade de "dar o máximo" durante a jornada.

Foi um domingo que se irá repetir, até à data da Festa. Um domingo em que se avançou bastante para a concretização dos planos que cada camarada, de modo organizado, levou à prática.

Quem chegasse e, perto do parque de estacionamento, se demorasse um pouco a ver do alto o aspecto do terreno onde em 9, 10 e 11 de Setembro próximo muitos milhares de comunistas e de democratas festejarão o Portugal que queremos, veria um vasto campo, coberto de mato onde se desenhava a pista de trote do hipódromo. Alguns terrenos já indicava que a terraplanagem fora iniciada, numa pequena parte. Tratava-se de, com enxadas, pás e picaretas, "limpar" todo aquele mato que acompanhava as pistas, de o preparar para receber stands e pavilhões, ruas, e toda a decoração que transformará completamente aquele terreno desportivo num vasto recinto de confraternização.

Camaradas responsáveis pela organização do trabalho

distribuíam as tarefas, distribuíam-se as ferramentas, formavam-se brigadas que se dirigiam para sectores determinados e vá de arrancar ervas e mato, cavar valas, trabalhar duro, enfim, que os comunistas não se poupam ao trabalho duro para mais sabendo que o resultado daquele trabalho de domingo iria contribuir para dar alinda mais a conhecer o seu Partido.

Chegavam, de quando em quando, viaturas com mais ferramentas. Um carro de som apareceu logo pela manhã, animando com as "25 Canções de Abril" o esforço dos presentes. As Canções de Abril vibravam no ar que foi aquecendo à medida que o sol subia. Por vezes o pó levantado ou o fumo dos montes de lixo a queimar sufocavam. As gargantas precisavam de um refresco. Também isso não foi esquecido. Apesar de esta semana não ter havido, infelizmente, possibilidade de levar gelo, lá estavam as cervejas, as laranjadas e as gasosas para refrescar. Os camaradas da redacção do "Avante!" improvisaram um pequeno bar, bem fornecido.

O trabalho avançava a olhos vistos. Cerca de uma hora da tarde foram regressando à sombra das árvores, ao p e e q u e n o acampamento-piquenique improvisado, muitos camaradas, picareta ao ombro, suados e sorridentes. Ouviam-se as suas opiniões sobre o trabalho, transparecia a sua confiança em que o êxito daquele esforço ia ser um facto breve. O carro de som alertava todos os camaradas para centralizar num local designado as ferramentas distribuídas, para organizar as brigadas da parte da tarde. Continuavam a chegar camaradas, alguns passeantes, surpreendidos por

esta azáfama, esta festa, diziam uns para os outros: "Ah, é a Festa do "Avante!"

"Encontrou-se um porta-chaves", ou "Os camaradas da zona tal devem dirigir-se ao carro de som", eram frases que interrompiam a música de quando em quando, auxiliando os presentes nos seus encontros ou nas suas tarefas.

AVANÇOU-SE MUITO

Abriam-se os sacos dos farnéis. Foi a pausa, o descanso, a oportunidade de nos encontrarmos com conhecidos ou de trocarmos impressões enquanto se ofereciam sandes disto e daquilo e se estendia no chão a tradicional manta.

Petiscos, café, fruta, foram iniciativas que algumas organizações levaram para a jornada de trabalho. Iniciativas, diga-se de passagem, que tiveram êxito, a julgar pela rapidez com que desapareciam esses complementos do farnel...

Depois, novamente o trabalho. O sol, de facto, escaldava. Novas brigadas se formaram, novos sectores foram distribuídos, de novo se fez sentir a falta das ferramentas, pois muitos eram aqueles que se apresentavam para contribuir com o seu esforço.

Cerca das seis da tarde as tarefas do dia deram-se por concluídas. Tanto os camaradas que tinham organizado o trabalho como os próprios voluntários se confessaram surpreendidos pelo avanço rápido que fora conseguido.

Foi então a altura em que o "Avante!" se dirigiu a alguns camaradas, a pedir-lhes breves palavras a comentar a jornada.

Dois amigos regressavam,

ferramentas ao ombro. Abordámos um deles, Raul dos Santos Oliveira, de Algés.

— Isto está a avançar — disse-nos — mas há ainda muito que fazer, é preciso mobilizar muitos camaradas. Sobretudo tem de haver um grande controlo, quer dizer, uma boa orientação, para evitar emburalhadas. Estivemos ocupados na limpeza do terreno, a limpar o mato e, em meio dia, avançou-se bastante.

Perguntámos-lhe o que já se fizera, a nível da sua organização, para a Festa.

— Os stands estão a ser discutidos a nível da Comissão Concelhia — declarou-nos o amigo que o acompanhava, Albertino Cruz — Para já é mobilizar, é preciso mobilizar a nível geral, formar equipas de trabalho.

Deixámos os camaradas, que se dirigiam para o local onde se entregavam as ferramentas. E atravessámos de novo a zona onde se amarravam já os sacos, onde ainda se comiam umas sandes. Foi justamente um camarada que se preparava para uma merenda que fomos interromper.

— Trabalhei de carpinteiro e com a enxada — disse-nos, com vivacidade o camarada Manuel Machado, da célula de pequenos e médios comerciantes — Vim da parte da tarde. Foi o primeiro dia em que vim participar nesta obra grandiosa, que estou convencido, só os comunistas é que poderiam fazer. Uma festa assim, com trabalho voluntário, com o terreno da maneira que está...

E continuou: — Acredito plenamente no êxito da festa. Lembro-me de um livro que li há muitos anos, de um escritor soviético — "Os Homens e as Montanhas": os homens, por uma causa justa, podem fazer das montanhas

planícies. Aproveito para fazer um apelo a todos os camaradas — disse ainda — para que não deixem de dar o seu contributo para o grande êxito que o Partido prepara.

Um amigo, que o acompanhava na merenda, disse-nos apenas.

— Não vim trabalhar. Passei por aqui e vim visitar. Creio que a festa este ano ainda vai ser muito melhor que o ano passado. Todos os camaradas vão com certeza colaborar na medida das suas possibilidades.

Despedimo-nos daqueles camaradas e fomos ter com outros dois que falavam animadamente. Fomos interrompê-los e perguntar-lhes as suas impressões sobre a jornada.

PARA A SEMANA VOLTO CÁ

— À tarde, pela fresca, é que é melhor, um trabalho deste tipo. No Verão, penso que não será de trabalhar desde o almoço até às 16 horas, — disse-nos o camarada Valentino Marques, bancário. Na parte da manhã o trabalho foi muito produtivo, há já uma grande diferença no terreno. Mas o convívio devia arrastar-se desde a 1 da tarde até às 4. Recolher as ferramentas às seis é cedo.

Renato Oliveira, bancário também, partilhava da mesma opinião. E disse-nos ainda, quanto à preparação da festa na organização de que faz parte: — Já nbs foram solicitadas sugestões e essas já foram entregues. Agora serão discutidas em organismo de direcção.

Perguntámos-lhe o que achava que haveria de novo, nas condições diferentes em que a Festa se ia desenrolar: — É mais difícil, pois o ano passado havia estruturas. Aqui

temos de fazer tudo. E há um problema que penso que o "Avante!" devia propagandear e esclarecer melhor, que é o dos transportes. Os transportes públicos deveriam ser assegurados até próximo daqui. Para mim foi fácil chegar cá, mas há muita gente que não conhece bem o caminho e o "Avante!" devia publicar um esquema.

Despedimo-nos destes camaradas que iam já embora. E, entre um grupo de jovens que abandonavam também o Jamor, dirigimo-nos ao estudante José Alberto, militante da Zona.

— Cheguei às 10 da manhã. Andei a arrancar mato num sítio onde a máquina não podia ir e também à volta do centro do Hipódromo. Depois foi o almoço — umas sandes — e à tarde trabalhei mais um bocadinho. Quanto ao andamento do trabalho — continuou — havia mais pessoas que material, mas os camaradas revesavam-se por turnos. Avançou-se bem.

Na organização todas as semanas há um ponto na Ordem de Trabalhos para discutir a Festa do "Avante!" — disse ainda. Não é só discutida a importância política como também a venda da EP e outras tarefas. Existe a nível da Zona uma Comissão que planeia o trabalho.

Que pensava da festa para este ano? — Haverá mais expressão das organizações, as iniciativas serão maiores e menos restringidas pelo espaço que nos faltava o ano passado. O local é que põe problemas, temos de mobilizar melhor. Penso voltar cá para trabalhar — concluiu.

E nós também concluímos sobre as palavras do jovem camarada. Pensamos voltar para trabalhar. Para pôr de pé a Festa do "Avante!"

LEIRIA PREPARA A FESTA DO «AVANTE!»

A organização de Leiria do PCP está em marcha para a Festa do «Avante!» Com a experiência adquirida na Festa do ano passado, os camaradas de Leiria, estão a programar as tarefas para que, com tempo, se possa pôr de pé a Festa do Povo com total êxito.

Efectuaram-se já várias reuniões para formar as diversas equipas que hão-de constituir os sectores de implantação de stands, de recolha de artigos e materiais para a Banca de Vendas, Quermesse e Bar, catalogação de objectos e formação de escalas e discutiram-se as melhores formas de organizar o trabalho.

Quanto à Quermesse da DOROR, os camaradas responsáveis pela recolha e marcação dos artigos, em Leiria, apelam aos camaradas dos distritos de Leiria e Santarém, responsáveis pela recolha de objectos, para fazerem chegá-los ao C.T. de Leiria até ao dia 29 de Agosto próximo. Aqui fica o apelo!

ESPECIALIDADES DE LEIRIA NA FESTA DO AVANTE

No Stand de Leiria e no Bar da DOROR, não faltarão as especialidades que tão procuradas foram na Festa do ano passado.

Assim lá estarão as afamadas Brisas de Leiria e as morcelas da região, que acompanhadas com a Broa de Pataias é de comer e não esquecer mais... Também já temos conhecimento que os camaradas das Caldas da Rainha pensam apresentar «caracóis à moda de Caldas» e não faltará a ginjinha de Alcobça!

No próximo número

NOTÍCIAS
SOBRE
OS
ESPECTÁCULOS
DA FESTA
DO «AVANTE!»



JOVEM, ESPERAMOS POR TI!





Um aspecto do espectáculo de fado que encheu o Pavilhão dos Desportos

No sorteio das EP

«NOITE DO FADO» ENCHEU O PAVILHÃO DOS DESPORTOS

E o fado aconteceu no Pavilhão dos Desportos. Assinalando o primeiro sorteio de brindes das EPs (Entradas Permanentes para a Festa do «Avante!») realizou-se naquele recinto uma «Noite de Fado», com artistas profissionais e amadores, que se prolongou até às duas horas da manhã, perante uma assistência entusiasmada e que não desmobilizou apesar do adiantado da hora!

O recinto do Pavilhão tem servido para diversas actividades: práticas desportivas, comícios, mais recentemente as «25 Canções de Abril» e que constituíram um êxito. Mas transformar o recinto enorme do Pavilhão numa sala de fados parecia à primeira uma tarefa de difícil concretização. E, no entanto, a simplicidade das soluções encontradas acabou por resultar plenamente.

Um grande painel com os motivos do cartaz da Festa do «Avante!» constituíram o fundo do palco onde alguns bancos de jardim público estavam colocados. Um foco isolado iluminava os artistas e os acompanhantes.

Muitos artistas tinham ali

presente o seu público e não raro, quando acabavam uma canção se ouvia da assistência pedir esta ou aquela canção do agrado de uns tantos. O público acarinhava igualmente os fadistas profissionais e os amadores e as palmas foram fartas e espontâneas para os que actuaram, nomeadamente Aizira Cañedó, Joaquim Valente, José Amôdo, José Manuel Osório, Luis Oliveira, Manuel Maia, Manuel Ribeiro, Maria Amélia Proença, e Rui Olival, acompanhados à guitarra e à viola respectivamente por Jorge Canedo e Mário Coutrim. José Carlos Ary dos Santos participou igualmente no espectáculo declamando, como só ele sabe, poemas sobre Lisboa de autores desde os tempos mais recuados até ao presente.

O camarada Silva Graça, vereador comunista pela FEPU na Câmara Municipal de Lisboa, encorrou a primeira parte do espectáculo dirigindo-se à assistência presente no Pavilhão.

Começando por acentuar o significado da Festa do «Avante!», que pela segunda vez se realiza, apelou a todas as organizações do PCP



O camarada Silva Graça, vereador da FEPU na CML

para que transformem esta Festa numa grande iniciativa que só os comunistas sabem realizar.

Proseguindo, recordou os últimos dias, denunciando o cerceamento das liberdades a que se tem

assistido, nomeadamente em Lisboa. Discriminando o que tem sido a actuação dos responsáveis socialistas, tanto a nível de Governo como nos órgãos de poder local, o camarada Silva Graça citou os casos de prisões ocorridas quando militantes comunistas exerciam o direito consignado na Constituição de se manifestarem contra uma lei que consideram inconstitucional, como é o caso da Lei Barreto. Citou ainda as determinações camarárias de mandar arrancar os cartazes afixados nas paredes de Lisboa e que se insurgiam contra a mesma lei, bem como as acções levadas a cabo e que visaram retirar de alguns Centros de Trabalho do PCP grandes painéis que mais não expressavam senão um profundo apoio à Reforma Agrária que os trabalhadores agrícolas construíram.

Ao denunciar estas medidas repressivas o camarada Silva Graça, contudo, não deixou de manifestar a sua convicção de que dificuldades deste tipo serão ultrapassadas, como outras mais difíceis já o foram, e os trabalhadores

poderão enfim construir o socialismo que pretendem. No final, referindo-se novamente à Festa do «Avante!» que brevemente se realiza, manifestou a certeza de que os comunistas irão este ano fazer uma grande festa.

No intervalo realizou-se o sorteio das EPs das quais conforme foi anunciado tinham sido vendidas até ao momento 15883. Doze pessoas da assistência tiraram da grande esfera transparente onde estavam colocados os talões das EPs os números premiados com os 25 brindes anunciados para este primeiro sorteio — cuja relação publicamos noutra local — e que iam desde uma assinatura da «Revista Internacional» até uma mobília de quarto completa, passando por uma tenda de campismo, uma bicicleta, um televisor e outros artigos.

A «Noite de Fado» foi o primeiro grande espectáculo efectuado em Lisboa para a promoção do primeiro sorteio de brindes das EPs mas certamente outro se seguirá no próximo sorteio, a realizar em 27 de Agosto, enquanto que o último decorrerá durante a realização da Festa do «Avante!».

PRIMEIRO SORTEIO DA EP

Foram sorteados os primeiros brindes atribuídos aos possuidores de EP. O sorteio, realizado durante a Festa que juntou no Pavilhão dos Desportos milhares de amigos e camaradas, teve o seguinte resultado:

- 1.º — 67 761
Mobília de quarto
- 2.º — 4 421
Tenda
- 3.º — 59 326
Televisor
- 4.º — 81 044
Bicicleta
- 5.º — 37 770
Rádio-despertador
- 6.º — 8 510
Fritadeira
- 7.º — 48 008
Berbequim
- 8.º — 29 409
Geladeira
- 9.º — 46 562
Saco de dormir
- 10.º — 24 294
Cadeira
- 11.º — 32 753
Mesa
- 12.º — 2 010
Biblioteca Editorial Caminho
- 13.º — 49 559
Biblioteca Editorial Caminho
- 14.º — 14 991
Biblioteca Editorial Caminho
- 15.º — 8 631
Assinatura da Revista Poder Local
- 16.º — 80 396
Assinatura da Revista Poder Local
- 17.º — 19 780
Assinatura da Revista Poder Local
- 18.º — 33 244
Assinatura da Revista Poder Local
- 19.º — 87 930
Assinatura da Revista Poder Local
- 20.º — 62 962
Assinatura da Revista Internacional
- 21.º — 73 991
Assinatura da Revista Internacional
- 22.º — 34 709
Assinatura da Revista Internacional
- 23.º — 9 520
Assinatura da Revista Internacional
- 24.º — 22 587
Assinatura da Revista Internacional
- 25.º — 74 706
Assinatura da Revista Internacional



OS PRÓXIMOS BRINDES

Está já previsto um próximo sorteio a realizar também no Pavilhão dos Desportos, no próximo dia 27 de Agosto. Publicamos aqui a lista dos brindes que serão sorteados entre os possuidores da EP:

- 1.º — Motorizada Casal
- 2.º — Frigorífico 230 litros
- 3.º — Fogão de Cozinha com forno
- 4.º — Esquentador de 10 litros
- 5.º — Biblioteca «Populares Livrarias CDL» no valor de 3.000 escudos, à escolha
- 6.º — Grelhador eléctrico
- 7.º — Ferro de engomar com vapor
- 8.º — Ventoinha eléctrica
- 9.º — Panela de Pressão
- 10.º — Torradeira eléctrica
- 11.º — Biblioteca «Editorial Caminho» no valor de 1.175 escudos
- 12.º — 5 discos LP «Toma lá Disco» no valor de 1.100 escudos
- 13.º — Pequena biblioteca «Avante!», no valor de 1.000 escudos, à escolha
- 14.º — Biblioteca «Editorial Opinião»
- 15.º — Tela de Lénine
- 16.º — Desenho de Álvaro Cunhal com moldura
- 17.º — Assinatura do «Avante!»
- 18.º — Assinatura da EC — Questões Económicas e Sociais
- 19.º — Assinatura da Revista Internacional
- 20.º — Assinatura da Poder Local
- 21.º — Assinatura da Seara Nova
- 22.º — Assinatura da Revista Soviética
- 23.º — Assinatura de «O Militante»
- 24.º — Assinatura de «O Militante»
- 25.º — Assinatura de «O Militante»

O 3.º SORTEIO DE BRINDES É NA PRÓPRIA FESTA!

Com efeito, duante a própria Festa do «Avante!» serão sorteados os últimos brindes. Desse sorteio, o mais importante de todos, farão parte brindes tais como:

- 1 Automóvel
- 1 Biblioteca Completa das Edições Avante!
- 1 Colecção das Obras Completas de Lénine (47 volumes em francês)

COMO ESTAMOS DE ACTIVIDADES CULTURAIS?!

Sob o ponto de vista cultural, que se vai passar na Festa do «Avante!»?

De uma forma que parece vaga, mas que afinal é bastante concreta, poderíamos responder que se vai passar... a Festa do «Avante!»...

Na verdade, em todo o seu conjunto, a nossa Festa será — como já o foi o ano passado — um grande acontecimento cultural através da presença das organizações do Partido, da criatividade e da imaginação dos militantes, da participação de muitos milhares de pessoas num grandioso conjunto de actividades artísticas.

Mas este ano haverá novidades!

Aproveitando o precioso facto de dispormos de um muito maior espaço, avançou-se numa presença muito maior no sector das artes plásticas e da literatura, do teatro, do cinema — enfim, para utilizar os termos habituais — nas artes!

Os projectos no que se refere às artes plásticas e à literatura encontram-se já em adiantado estado de execução e podemos desde já anunciar que se concretizarão iniciativas inteiramente novas em Portugal.

Assim, no que se refere

à pintura e escultura, os camaradas do respectivo sector lançaram-se num trabalho apaixonante: realizar, no Vale do Jamor, numa Festa popular com as características da Festa do «Avante!», uma exposição de obras de arte que atingirá cerca de duzentas peças entre quadros, gravuras, esculturas, etc. de algumas dezenas de artistas portugueses! Uma importante mostra da produção de homens e mulheres que têm dedicado a sua vida à criação artística saltará assim das pequenas salas a que normalmente as exposições são obrigadas a restringir-se para ir até ao povo, às grandes massas, ombreado com tantas outras manifestações da força criadora dos homens que surgirão nos stands que pelas mãos dos trabalhadores mostrarão a luta em defesa das conquistas de Abril, o esforço da organização do Partido da classe operária, nos palcos onde surgirão as canções de luta e de alegria que o povo escolheu, ao lado mesmo do restaurante ou do balcão onde se convive e se confraterniza.

A importância da iniciativa dos artistas plásticos que se lançaram à concretização da grande

exposição da Festa do «Avante!» adquire na realidade uma importância que ultrapassa a já grande importância de trazer a uma grande Festa obras de arte importantes da vida cultural portuguesa; ela corresponde e concretiza uma concepção cultural progressista, uma concepção da arte e da cultura inteiramente ligada a todas as manifestações da vida e actividade do homem, concretiza, enfim, uma verdadeira e autêntica concepção humanista que é a dos comunistas e a de todos os homens que se batem por um futuro da humanidade livre da exploração do homem pelo homem.

E TAMBÉM OS LIVROS

Um traço importante da actividade do nosso Partido é a constante presença em todos as suas grandes iniciativas do livro. A Editorial «Avante!» e todas as organizações do Partido têm a preocupação de tomar, pela presença activa junto do povo, em realidade a frase de Lenine que a editorial do nosso Partido escolheu como lema: «Aprender, aprender, aprender sempre!»

Onde há uma realização do Partido, um comício, uma festa, uma jornada de convívio, eis que aparece a pequena ou grande banca onde lado a lado se alinham os clássicos do marxismo-leninismo, as obras de divulgação, a literatura universal, a produção dos autores portugueses progressistas, os materiais teóricos do nosso Partido.

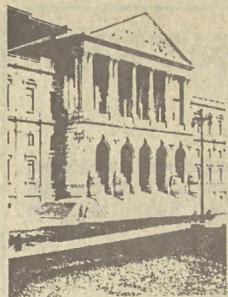
Este ano lá estará também, na Festa do «Avante!» a «banca» — à dimensão da Festa! Será a Cidade do Livro e do Disco de que ainda falaremos.

Mas este ano haverá mais. Os escritores comunistas, para além de terem na Cidade do Livro e do Disco as suas obras, para além de contactarem directamente com os leitores, de participarem nos debates e colóquios que se realizarão durante a Festa, tomaram uma iniciativa de grande fôlego: organizaram uma exposição sobre o papel da literatura na Resistência ao fascismo em Portugal.

No Vale do Jamor surgirão assim documentos quase desconhecidos, as fotos guardadas cuidadosamente durante anos da participação nas grandes Jornadas

antifascistas (campanhas eleitorais da Oposição, iniciativas de massas, etc.) de grandes vultos da literatura portuguesa, elementos sobre a acção repressiva que o fascismo exerceu sobre escritores e poetas — desde a carta insidiosa da Censura até ao índice de livros proibidos, desde as provas de livros retalhadas pelo lápis azul até à denúncia das prisões e torturas infligidas a portugueses que puseram o seu talento de escritores ao lado da luta pela liberdade e pela democracia.

A profunda ligação do que de melhor existiu e existe na literatura, na pintura, na escultura em suma, na cultura portuguesa — com a luta pela liberdade e pelo socialismo, o resultado fecundo da fusão permanente entre a actividade artística e cultural e um empenhamento cívico e político encontrará de facto, neste enquadramento de exposições na grande Festa popular do nosso glorioso «Avante!» uma quase consagração, um novo passo num caminho que garante uma real cultura ao serviço do povo e do País.



Os Comunistas na Assembleia da República

100 milhões de contos: «prémio» para quem explorou e oprimiu o povo português

O Governo do PS, com o mal disfarçado contentamento da direita reaccionária que se senta nas bancadas de S. Bento, concedeu a todos os que exploraram o povo português durante 48 anos um "prémio especial" de mais de 100 milhões de contos. Este o resultado de uma lei aprovada na madrugada da passada sexta-feira pelos votos dos deputados socialistas e que representa mais um grave passo em frente na escalada da contra-revolução legislativa.

A discussão em plenário desta Lei serviu apenas para uma vigorosa denúncia de tal facto pelos deputados comunistas que intervieram no debate — Veiga de Oliveira e Carlos Carvalhas — uma vez que as posições do partido do Governo e do PPD/CDS estavam já de antemão definidas pelas convergentes negociações de corredor.

Aqueles que adquiriram as suas fortunas, o seu poderio económico e financeiro através de salários de miséria, da repressão, exploração e humilhação do povo português vão agora ser indemnizados na totalidade pela mão do Governo Socialista.

Esta acusação foi proferida pelo deputado comunista Carlos Carvalhas e ficou, como não podia deixar de ser, sem resposta. Mas Carlos Carvalhas acrescentou:

Aqueles que condenaram Portugal ao obscurantismo, à miséria, ao subdesenvolvimento, aqueles que condenaram Portugal a uma guerra colonial injusta e iníqua vão agora ser recompensados pela mão do Governo Socialista, de braço dado com o PPD e o CDS.

Aqueles que levaram 2 milhões de portugueses a abandonar o país, que nos legaram 3 milhões de analfabetos, 500 mil alcoólicos e igual número de deficientes físicos, uma das mais elevadas taxas de mortalidade infantil, da Europa, de partos sem assistência, de doenças infecciosas, vão-lhe ser agora dadas, de mão beijada, as empresas do Estado ou do sector público empresarial, bem assim como as empresas participadas que foram recuperadas pelo esforço dos trabalhadores...

Na verdade — concluiu Carlos Carvalhas — aqueles que depois do 25 de Abril sabotaram a economia, nomeadamente a banca, aqueles que deixaram milhares de empresas falidas ou à beira da falência (Banco Borges & Irmão, BIP, etc.), depois de as terem descapitalizado previamente e de terem colocado o dinheiro no estrangeiro, vão agora receber indemnizações de patrimónios que por justiça e direito nada tinham a receber. Se a lei não for modificada vai-se chegar ao escândalo de indemnizar inclusive accionistas de empresas que na prática estavam completamente falidas à data da nacionalização.

E o deputado Carlos Carvalhas interrogou justamente: Com que cara pode amanhã vir o Governo falar de austeridade ao povo português depois de apresentar esta proposta?

ONZE MIL ESCUDOS POR HORA É O "PRÉMIO" DO PS!

A intervenção de Veiga de Oliveira revelou alguns dos aspectos mais gravemente chocantes desta lei aprovada três anos após o 25 de Abril por um partido que se reclama do socialismo:

Cálculos mais ou menos fundamentados variam desde os 100 milhões de contos aos cerca de 300 milhões, mas nada se sabe da distribuição. Aqui e ali levantam-se algumas pontas do véu: é assim que se calcula em mais de 4 milhões de contos o valor da indemnização da família dos Mellos, da CUF. E não haverá outros lotes desta ordem de grandeza? E qual o efeito dos "testes de ferro"? E quais as consequências das falsas mas legalmente defendidas repartições de títulos que, na verdade, só a um grupo pertencem?

Mas vejamos mesmo assim como exemplo o que significa um lote como o presumível para os Mellos da CUF. Para facilitar, suponhamos que se trata só de 4 milhões de contos. Duas opções extremas se põem: 1.º — Limitarem-se a receber os juros que ultrapassam neste caso os 100 mil contos por ano, livres de quaisquer impostos, o que significa em termos de lucros passíveis de impostos a fabulosa soma de meio milhão de contos.

Pasmem senhores deputados! Meio milhão de contos, isto naturalmente significa que se os senhores Mellos não defraudassem o fisco antes do 25 de Abril, alcançando pelas múltiplas formas conhecidas fugir aos impostos a que legalmente seriam obrigados, passariam a ganhar agora bastante mais e poderiam bem dizer o 25 de Abril, as conquistas da revolução e as liberdades democráticas.

Cem mil contos por ano livres de impostos significam 11.400 escudos por hora do dia ou da noite, quando estejam a dormir ou acordados, quando estejam a conspirar contra a democracia ou quando simplesmente dela escarneçam. Isto significa que receberão por mês cerca de 8333 contos, ou o que é o mesmo, cerca de 1.850 salários mínimos por mês!

E mais adiante, Veiga de Oliveira disse ainda: Mas uma segunda via se apresenta ainda aos Senhores Mellos — a chamada "mobilização dos títulos". Em palavras mais simples, a proposta de lei garante que em certos casos supostamente de interesse para a economia os títulos possam ser convertidos em dinheiro mediante uma certa taxa de actualização. No caso, os senhores Mellos podem por exemplo apresentar um projecto, sem dúvida interessante, para o estabelecimento de uma rede nacional de frio, de armazenagem e ensilagem. Todos aplaudirão. Uma boa percentagem de produção agro-pecuária e piscatória perde-se anualmente por falta de uma tal rede.

Palmas para os empreendedores. Com os 4 milhões de contos de títulos poderão mobilizar mais de 900 mil contos e através dos mecanismos normais do mercado monetário pôr ao seu serviço mais alguns milhões de contos de pequenos e médios accionistas e, senhores deputados, no médio prazo, controlarão o comércio por grosso e boa parte do comércio de exportação e importação.

UM FABULOSO NEGÓCIO PARA A GRANDE BURGUESIA

Pelas razões de que o caso atrás descrito é apenas um mero exemplo, o Grupo Parlamentar do PCP votou contra este escândalo legislativo. Conforme se salienta na declaração de voto de Carlos Brito o diploma não é mais do que uma lei de indemnizações dos grandes senhores do capital e dos latifúndios e visa restabelecer o poder económico dessas classes, que constituíram a razão de ser e os beneficiários do regime fascista que durante quase meio século oprimiu o povo português.

Na declaração de voto, Carlos Brito acusou a proposta de ser visivelmente inconstitucional pois que toma como postulado obrigatório a indemnização de todos os

accionistas, ou proprietários dos meios de produção, expropriados no decurso do processo revolucionário, ignorando as normas constitucionais que claramente fixam a possibilidade das nacionalizações não darem lugar a indemnização.

Mais adiante, Carlos Brito acrescentou: A proposta de lei sobre indemnizações que esta Assembleia acabou de votar é inquestionavelmente um fabuloso negócio para a grande burguesia, feito à custa do povo trabalhador de Portugal.

E um fabuloso negócio desde logo, porque se propõe distribuir previsivelmente, mais de 100 milhões de contos, ou seja, tanto como todo o investimento produtivo realizado no nosso país no quadriénio de 1971-1974; tanto como todo o capital social das mais de quarenta e duas mil empresas existentes no nosso país em 1974, 100 milhões de contos que nas mãos da grande burguesia serão um instrumento para a recuperação do seu poder económico.

Os milhões e milhões de contos agora afectados aos interesses da grande burguesia traduzir-se-ão em curto prazo num agravamento significativo das condições e qualidade de vida do povo português. Para fazer face aos encargos resultantes deste agravamento brutal da dívida pública, o Governo será forçado a aumentar a carga fiscal, que recairá necessariamente sobre o povo trabalhador do nosso país. Distribuindo rendimentos sem qualquer contrapartida na produção, a proposta agora aprovada conduzirá à subida acentuada dos preços e consequentemente à degradação das condições de vida dos portugueses. Optando claramente pelo sector privado em detrimento do sector público o Governo, compromete a necessária recuperação económica de que este poderia ser motor, favorecendo afinal a grande burguesia contra os interesses das mais largas camadas da população.

Entregando a grandes capitalistas e agrários os meios de financiamento, o Governo torna inviável a realização de projectos e obras, que certamente contribuiriam para a resolução de graves problemas que afectam os trabalhadores portugueses.

É assim, ao fim e ao cabo, o Povo Português quem paga e ao mesmo tempo é vítima das indemnizações que com esta proposta se procuram atribuir.

Não fornecendo os elementos que poriam a claro quem se pretende indemnizar, escondendo os cálculos exactos, certamente efectuados, sobre o volume global das indemnizações, o Governo procura deixar o Povo Português na ignorância do que é fundamental.

Ou seja, de que são precisamente os seus interesses os atingidos de que é a sua qualidade de vida que está a ser posta em causa, de que é o seu futuro que está a ser ameaçado.

Governo do PS aumenta a dívida externa

Na passada semana foram apresentadas pelo Governo à Assembleia da República mais uma série de propostas relativas a autorizações para a celebração de contratos de empréstimos com diversas entidades estrangeiras.

O Grupo Parlamentar do PCP votou contra a aprovação do conjunto dessas propostas pretendendo significar este seu voto — conforme acentuou o deputado comunista Cavalheira Antunes em declaração de voto — que continua a colocar as maiores reservas à política de endividamento prosseguida pelo Governo.

Adiantando mais algumas razões para tal posição, o deputado do PCP salientou ainda o desconhecimento, por parte da Assembleia, do quadro geral da dívida externa nacional e as condições políticas e financeiras dessa dívida. E acrescentou o deputado comunista:

Aquilo que conhecemos de alguns empréstimos anteriores é suficiente para afirmar que o Governo não acatou o melhor sentido dos interesses nacionais.

Justificando esta afirmação, Cavalheira Antunes apontou alguns casos exemplares: o Governo aceitou a obrigatoriedade de compra de produtos em mercados externos, aceitou a imposição de condições para gestão interna dos próprios empreendimentos, aceitou fornecer elementos estatísticos da gestão dos empreendimentos para além do que seria razoável admitir, aceitou que o mutuante interviesse na escolha de peritos a contratar pelo Governo português como consultores e aceitou a possibilidade da exigência antecipada do pagamento do empréstimo sempre que no entender do mutuante qualquer acontecimento pudesse pôr em causa a segurança do empréstimo.

Acentuando que, com a aprovação das propostas, a dívida externa nacional sofreria um aumento de 15 milhões de contos, o deputado Cavalheira Antunes disse, a finalizar:

A vida vem mostrando dia-a-dia que a política de recuperação capitalista contraria a recuperação económica, agrava a situação financeira, cria perigosas tensões sociais e políticas e põe em perigo o regime democrático.

A evolução da situação económica e financeira com o seu progressivo agravamento atesta o erro básico da política de recuperação capitalista.

Não é com uma política de capitulação, não é deixando que o imperialismo dite as suas leis no nosso País que se defende a Independência nacional, se desenvolve a economia, se realiza a Constituição da República.

Só com um grande esforço nacional e patriótico, só com os trabalhadores, pode ser sustida e ultrapassada a ameaça de um colapso financeiro ou a total entrega da soberania ao imperialismo.

Só com um grande esforço nacional e patriótico e não com uma política de destruição das grandes conquistas do Povo Português se poderá ultrapassar a crise que, a continuar, terá desastrosas consequências para a economia nacional, as condições de vida dos portugueses, as instituições democráticas, a Independência e a dignidade da Pátria.

Lei das Competências

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, ao cabo de duas sessões plenárias em que foram discutidos e aprovados, um por um, mais de 100 artigos, a Lei das Competências e Atribuições das Autarquias.

Salientando a importância deste facto, o PCP emitiu uma declaração de voto em que com aprovação deste diploma, apesar de se dar já um passo, se bem que limitado, na edificação do novo sistema democrático da Administração local que a Constituição estabelece, muito do velho edifício fica ainda de pé.

Nessa mesma ocasião, o deputado do PCP que interveio acentuou que a barreira da maioria formada pelo PPD/PS/CDS fez com que não fossem aprovadas propostas progressistas de alternativa e aditamento o que fez com que esta lei não possa corresponder assim, em muitos aspectos, às expectativas que em torno dela foram criadas.

O AGRAVAMENTO DA LEI BARRETO APÓS AS NOVAS CEDÊNCIAS DO PS

O Grupo Parlamentar do PCP promoveu, na passada semana, nas suas instalações da Assembleia da República, uma Conferência de Imprensa. Segundo justificou o presidente do Grupo Parlamentar comunista, camarada Carlos Brito, tal iniciativa devia-se ao facto de decorrer nesse momento a discussão na especialidade do "projecto Barreto" e de terem surgido por parte do Governo e do partido que o apóia graves propostas de alteração.

Presentes na conferência de Imprensa, além de Carlos Brito, os três vice-presidentes do Grupo Parlamentar do PCP — Lino Lima, Vital Moreira e Veiga de Oliveira — bem como o presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, deputado Vítor Louro.

Foi aliás este deputado que procedeu à análise e denúncia das propostas de alteração, apresentadas já depois do "projecto Barreto" ter sido aprovado na generalidade. Depois de ter salientado que aquele diploma visava dois objectivos — por um lado, restaurar o latifúndio e a grande exploração capitalista e, por outro, destruir as realizações da Reforma Agrária — o deputado comunista salientou:

Para atingir esses objectivos, o Governo não hesitou, com todo o à-vontade, em propor a violação frontal e grosseira da Lei Fundamental; e o partido do Governo, por sua vez, não hesitou em dar o seu voto favorável a um texto claramente inconstitucional.

Mais adiante e referindo-se ao caso concreto das alterações já apresentadas e aprovadas na especialidade, Vítor Louro referiu: Tais propostas de alteração, consequência directa dos acordos realizados entre o Governo, o partido do Governo e o PSD, representam o completo desmantelamento dos objectivos e alcance da proposta de "lei Barreto".

Seguidamente, o deputado comunista destacou algumas das mais significativas dessas propostas de alteração:

Sociedades cooperativas agrícolas

A proposta de lei isentava das expropriações diversas entidades. Agora o PS alarga essa isenção, privilegiando as sociedades cooperativas agrícolas.

Estas sociedades não são mais do que empresas capitalistas, falsamente designadas "cooperativas", que as próprias propostas de alteração definem como: "sociedades cooperativas constituídas sob a forma prevista no Código Comercial que tem por objecto a actividade como empresa agrícola". São pois "sociedades cooperativas" cujos "sócios cooperantes" podem ser absentistas ou nem sequer terem qualquer ligação à actividade ou propriedade agrícola.

Eis a porta que legalmente se abre à fuga às expropriações por parte dos agrários. E tanto assim é que uma proposta de alteração apresentada pelo PCP para que resultassem claramente ineficazes as actos que e com os seus, diminuíssem a área expropriável, foi rejeitada pela maioria PS/PPD/CDS.

Este aspecto é ainda completado pela possibilidade deixada, através de nova proposta do PS, de constituição de "cooperativas" ou "sociedades cooperativas" de agrários reservatórios, que passam a poder



explorar terras sem qualquer limite de pontuação ou área — aliás cedendo à exigência publicamente feita pelo CDS.

Reservas individuais e contitulares

O PS, cedendo à exigência do PSD (que apresentou igual proposta) passou a considerar que não são tratados unitariamente os contitulares que dependem economicamente do rendimento dos prédios expropriados, residam habitualmente na respectiva área e exerçam neles a sua principal ocupação, e dá a cada um o direito de reserva independente.

Reserva a absentistas

A proposta de lei permitia ao ministro atribuir uma reserva de área entre 35 000 e 70 000 pontos quando se verificassem cumulativamente as condições dos reservatórios auferirem rendimentos inferiores ao salário mínimo e serem maiores de 65 anos. A alteração permite a mesma área em qualquer das condições (não cumulativamente) e alarga a segunda aos menores de 18 anos, viúvas e pessoas impossibilitadas de trabalhar.

Mas não só a proposta permitia a atribuição de uma reserva equivalente a 70 000 pontos a quem tivesse sido "compelido a alugar os prédios a qualquer UCP ou ao IFA". A proposta de alteração estende essa possibilidade a quem tenham sido "compelidos a ceder a posse ou fruição".

Significa que todos os agrários cujas terras foram ocupadas pelos trabalhadores, quer por serem latifundiários, quer pelos actos de sabotagem que estavam a praticar contra a economia nacional, passam a ter por esse facto direito a 70 000 pontos além das majorações respectivas!

Majorações

As alterações propostas pelo PS tornam agora obrigatórias

majorações que na proposta de lei eram apenas facultativas. Por outro lado, alargam a possibilidade de atribuição de certas majorações.

Além disso, o sistema de acumulação de majorações agora proposto pelo PS torna impossível determinar os limites da área de reserva — o que frontalmente contraria a afirmação (não provada) do Governo e do PS segundo a qual esta nova lei apenas aumentaria em 6% a área de propriedade privada.

Apoios especiais a agrários

A proposta de lei continua uma limitação de área além da limitação da pontuação. Assim, poderia eventualmente haver reservas com 700 ha. que não atingissem a pontuação permitida. Agora, nesses casos, "devem ser postas à disposição do reservatório apoios especiais com vista à intensificação e diversificação de culturas".

Isto significa que vai haver "reservatórios, que já ficaram equiparados aos pequenos agricultores e explorações colectivas para efeito de benefícios de crédito e outros, com 300 ha. dos melhores solos, ou 700 ha. de terrenos de aptidão silvo pastoril, que vão beneficiar de "apoios especiais" em condições ainda mais vantajosas do que os pequenos agricultores ou explorações colectivas de trabalhadores agrícolas: máquinas, gados, créditos, subsídios, etc.

Alienação das terras expropriadas e nacionalizadas

O PS propôs uma alteração segundo a qual as terras nacionalizadas e expropriadas passam a ser disponíveis pelo Estado "nos termos da lei". Isto significa que essas terras podem ser vendidas, o que contraria frontalmente a imposição constitucional de as terras se

destinarem a ser entregues para exploração a pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

Delimitação da zona de intervenção

Para dificultar o avanço das expropriações, e mesmo por em causa todas as que já estão feitas, o PS propõe que "a delimitação da zona de intervenção fica na competência exclusiva da Assembleia da República", ao mesmo tempo que revoga o decreto-lei que actualmente a define.

E a concluir, o deputado Vítor Louro acentuou que, destas alterações, era lícito tirar três conclusões:

1.º — O Governo pode tomar suas as propostas de lei do PPD/PSD porque elas estão na lógica da sua própria proposta e não são mais do que a concretização da doutrina e filosofia da mesma;

2.º — O objectivo da "lei Barreto" revela-se agora completamente transparente — é o instrumento jurídico da restauração dos latifúndios e da grande exploração capitalista, implicando a efectiva destruição das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas de Produção de Pequenos Agricultores constituídas na zona de intervenção;

3.º — A proposta de "lei Barreto" é, por isso, não apenas uma violação sistemática e qualificada da Constituição, mas propõe-se criar um estado de impedimento de facto à realização dos objectivos constitucionais da Reforma Agrária;

Noutro passo da Conferência de Imprensa, o deputado Vital Moreira revelou que, dada a importância da votação na especialidade do tal diploma e o considerando a apresentação por parte do partido do Governo de tais propostas de alteração — que modificam substancialmente o conteúdo da proposta de lei — o Grupo Parlamentar do PCP iria requerer, nos termos regimentais, a convocação de um plenário da votação na especialidade. Aliás, este requerimento já apresentado, viria a ser derrotado pela votação conjunta do PS/PPD/CDS.

«Lei Barreto» contra o controlo de gestão ou alguém engana alguém

A lei hoje votada não é uma lei do controlo de gestão; a lei hoje votada é uma lei que visa «domesticar» as comissões de trabalhadores e «controlar» o controlo de gestão. Os trabalhadores não encontraram hoje, nesta Assembleia, o mesmo número de defensores que aqui tiveram quando na Assembleia Constituinte se votaram os artigos 55.º e 56.º da Constituição. Surpreendentemente (?) os trabalhadores vêm diminuir aqui os defensores de um seu direito fundamental. Tal como noutros domínios, Reforma Agrária, indemnizações, delimitação de sectores público e privado, etc., também no domínio da legislação do trabalho se vai assim construindo o edifício da contra-revolução legislativa.

Estas foram as palavras pronunciadas pelo deputado comunista Jorge Leite na declaração de voto da votação final global dos diplomas sobre o controlo de gestão que o PS, com o auxílio da direita aprovou na passada semana.

Não deixando em branco a denúncia do que se tinha passado e extraindo desse facto algumas conclusões, o deputado comunista acentuou:

Quando uma lei cujo objecto é o de regular um direito das classes trabalhadoras que visa atingir o próprio centro do poder monocrático do capital é votada ao mesmo tempo e no mesmo sentido por partidos defensores do capitalismo e por partidos que se reclamam do socialismo, alguém engana alguém;

Quando uma lei reguladora de um direito que, nos próprios termos da Constituição, visa o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário da construção do poder democrático dos trabalhadores é simultaneamente votada por quem se diz a favor e por quem é contra este poder democrático, alguém engana alguém;

Quando a Constituição aponta o controlo de gestão como uma das condições do desenvolvimento da propriedade social e a lei que o pretende regular obtém os votos favoráveis de partidos que o combatem e de partidos que dizem defendê-lo, alguém engana alguém;

Alguém engana alguém quando partidos que advogam a cogestão e partidos que a dizem combater se dão as mãos para aprovar uma lei que devia regular o controlo de gestão.

E alguém engana alguém porque não há aqui hipóteses de equívocos. Aqui, senhor Presidente e senhores deputados, aqui onde as ambiguidades não conseguem esconder as intenções e objectivos que visam esconder, aqui onde os direitos se regulam ou para ajudar a construir o socialismo ou para ajudar a recuperar as posições e privilégios do capitalismo, ainda que vestido de uma capa cogestionária, aqui «ser ou não ser uma lei anticapitalista é, de facto, a questão».

Depois de ter desmontado minuciosamente os velhos e estafados argumentos dos discípulos da «democracia industrial» — paritariamente tocada em dueto pelos deputados do PPD-CDS — o deputado Jorge Leite prosseguiu:

Para quem considere, como nós, que o controlo da

produção, em geral, e o controlo de gestão da empresa, em particular, é um direito das classes trabalhadoras que claramente se inscreve naquele conjunto de direitos cujo objectivo é o da construção e consolidação de um regime democrático, de um regime em que o poder seja exercido democraticamente pelos trabalhadores, de um regime, afinal, que assente numa nova ordem económica e social — a ordem económica e social socialistas — não podia, naturalmente, votar favoravelmente a lei que a Assembleia da República acabou de aprovar.

Na verdade — prosseguiu o porta-voz do Grupo Parlamentar do PCP — esta lei desfilgra e caracteriza, por completo, o direito que a Constituição recebeu e os trabalhadores portugueses conquistaram. É o seu tom predominantemente, ou mesmo exclusivamente, economicista; são os vários afloramentos de uma concepção de «parceria social»: é o peso excessivo das normas inócuas; é, sobretudo, o desvirtuamento da perspectiva política desse direito. Instrumento, que devia ser, da construção do socialismo este, o socialismo, aparece no diploma como se fosse cada vez mais apenas horizonte e cada vez menos socialismo.

Após ter referido e criticado alguns aspectos particulares da lei aprovada e que são bem demonstrativos do seu carácter antitrabalhadores, Jorge Leite acusou o diploma de violar o princípio da auto-organização, de limitar drasticamente a liberdade dos trabalhadores, de se intrinsecamente clamorosamente nas suas organizações. Aliás, — denunciou ainda o deputado comunista — esta fúria regulamentadora foi tão longe que proibiu aos trabalhadores a escolha do método eleitoral e conseguiu esta coisa verdadeiramente espantosa: o legislador impõe à maioria dos trabalhadores um método que só uma minoria, muito minoria, defendeu. Estranha concepção esta de democracia que só aceita como democráticos os seus próprios métodos!

E o representante do Grupo Parlamentar comunista acrescentou ainda: Frize-se, no entanto, que para nós, o que está em causa, no plano da lei, não é a maior ou menor bondade deste ou daquele método eleitoral. Na Comissão de Trabalho pronunciámos-nos contra a imposição do método de Hondt com o mesmo à vontade e a mesma determinação com que nos pronunciámos contra uma proposta do PPD/PSD que visava substituir aquele método pelo método maioritário. No fundo, ambas as propostas negavam aos trabalhadores a liberdade de escolher o método que entendem mais correcto e adequado, e por isso votámos contra elas, porque o que verdadeiramente aqui está em causa é esta liberdade de escolha dos trabalhadores.

E antes de finalizar a declaração de voto, Jorge Leite acentuou: Nesta via do «totalitarismo legislativo», nesta onda avassaladora de regulamentação, por via legal, de aspectos que deviam ser deixados para os estatutos, os Grupos Parlamentares que votaram a imposição de um método único esqueceram, ou pisaram, esta verdade elementar: a democracia não se impõe, a democracia não é um colete de forças; a democracia aprende-se, praticando-a.

SEMANA INTERNACIONAL

O DESARMAMENTO O DESEMPREGO E A LUTA PELA PAZ

Apesar dos êxitos obtidos no caminho do desarmamento, existem ainda muitos obstáculos, colocados principalmente pelos consórcios de guerra, que auferem lucros fabulosos à custa da sua produção mortífera. Para impedir o termo da corrida aos armamentos, os círculos que representam os interesses dos complexos militares-industriais, além de espalhar amplamente o mito do "perigo soviético" fazem uma activa propaganda no sentido que o desarmamento acarreta consequências perigosas para a economia dos países capitalistas, agravando o problema do desemprego.

Semelhantes afirmações foram feitas, por exemplo, por R. Mason, quando era Ministro da Defesa da Inglaterra. Segundo Mason, a diminuição do fabrico de navios de guerra ou de aviões de guerra implicaria o desemprego de dezenas de milhares de operários.

Declarações deste tipo têm sido retomadas amplamente nos Estados Unidos em defesa dos programas de fabrico do novo bombardeiro "B1". Os apologistas destes programas anunciaram recentemente que, caso não se inicie a produção destes bombardeiros em larga escala, a cidade de Palmale, sede da fábrica de aviões a quem pretendem confiar a produção dos "B-1", "transformar-se-á num deserto".

Servindo-se do facto do desemprego no mundo capitalista ter atingido um nível excepcional (por volta dos fins do ano passado ultrapassava os 16 milhões de pessoas), as corporações produtoras de material bélico especulam com o receio que têm os operários destas empresas de perder o emprego.

Falsos argumentos

A verdade é que estas especulações de baseiam em argumentos falsos. Antes de mais nada, as verbas colossais canalizadas nos últimos anos para fins de guerra, não contribuíram de modo algum para fazer baixar a percentagem de desempregados que, pelo contrário, tem vindo a aumentar. Conforme esclarecem os economistas, para diminuir o desemprego é necessário investir grandes capitais na indústria, na agricultura, na esfera dos serviços públicos, em suma, em todos os ramos da economia. Do ponto de vista da garantia de empregos, os investimentos realizados em ramos civis pacíficos surtem maiores efeitos do que os efectuados na produção de guerra.

O investimento de um bilião de dólares na indústria bélica proporciona 35 mil empregos, na indústria de construção 50 mil, ao passo que o investimento desta soma em ramos civis cria 132 mil empregos.

A completa inconsistência do mito de que o desarmamento favoreceria o desemprego, torna-se evidente ao conhecermos os factos de um passado histórico recente. A seguir à Segunda Guerra Mundial, por exemplo, das Forças Armadas e das empresas da Inglaterra que produziam material de guerra regressaram aos ramos civis da economia 9 milhões de pessoas, o que não fez aumentar o desemprego. Este caso concreto, citado nas páginas da revista sindical inglesa "Auew-Journal", refere-se à Inglaterra e também a outros países ocidentais.

Na actualidade existem todas as condições para que os operários e empregados na indústria de guerra não sofram qualquer prejuízo ao serem transferidos para empresas de carácter civil. Para isso basta proceder a um planeamento correcto. Este aspecto foi já apontado por dirigentes sindicais de diversos países durante a Conferência mundial para o termo da corrida aos armamentos, pelo desarmamento e desanuviamento que se realizou o ano passado em Helsinquia.

A reconversão da indústria bélica não seria uma tarefa complexa. Na produção do avião "Boeing-747" participam 16 mil fábricas de países diferentes, que fornecem 4,5 mil peças e blocos. Uma grande parte das peças e blocos destinados a bombardeiros, poderia ser utilizada na produção de aviões civis. Assim, as fábricas que trabalham em material de guerra não teriam que fechar as suas portas, desde que reequipassem várias máquinas-ferramentas e substituíssem certos processos tecnológicos. De igual modo não seria necessário despedir o pessoal, mas apenas efectuar uma reciclagem profissional. O mesmo acontece com a indústria de construção de navios e até com a de tanques, que poderia começar a fabricar tractores, veículos para "todo-o-terreno" e outras máquinas de que necessita a economia.

Uma questão política

Na opinião de técnicos competentes não existem obstáculos intransponíveis para a concretização desta reconversão. Tudo depende da disposição política.

Finalmente, é necessário ter em conta mais um aspecto importante. Na economia militar a produção tem um carácter cíclico. Mal acaba de ser feita uma encomenda de guerra a companhia, via de regra, começa imediatamente a despedir uma grande parte do seu pessoal. O presidente da administração da companhia "Krauss-Maffel" de Munique, G. Griesmeier, por exemplo, salientou que, quando em 1975 "mudou a situação no mercado dos tanques", foram despedidos 500 operários e outros 1 000 tiveram de se sujeitar a uma jornada de trabalho incompleta. Uma situação idêntica surge sistematicamente ora numa ora noutra companhia que produz material de guerra. Em ramos civis da economia a situação do emprego é, apesar de tudo, mais estável. Estes e muitos outros factos mostram claramente que o desarmamento não cria dificuldades ao mercado de trabalho. Pelo contrário, ele ajudará a garantir mais empregos e a reduzir a taxa de desemprego. Além de ajudar a eliminar a ameaça de guerra e a reforçar a paz, o desarmamento criará condições favoráveis para o progresso social dos povos da Europa e de outros continentes.

África do Sul:

A VIOLÊNCIA POLICIAL NÃO VENCE A LUTA DOS ESTUDANTES E DO POVO

Para adiar a libertação do Povo da África do Sul, os racistas continuam a sua escalada de violência. Condenados pela História, apontados pelo opinião pública mundial, isolados internacionalmente, os racistas são mesmo "abandonados" publicamente pelos seus amigos imperialistas que entretanto continuam na sombra a sua ajuda para perpetuar a opressão naquela parte do mundo.

Em Joanesburgo a polícia de choque matou dois manifestantes. Atíngidos a tiro, Regina Nhlapo, estudante, e ainda um homem de cerca de 35 anos, são mais duas vítimas a juntar a tantas outras, na onda repressiva que a polícia desencadeia sobre os habitantes do bairro negro a sudoeste da capital, o Soweto. Estas mortes culminam os confrontos resultantes dos protestos dos estudantes negros, durante a última semana. Entretanto a polícia prepara-se para novos confrontos, uma vez que os estudantes de mantêm em greve fazendo face às ameaças dos racistas.

Os estudantes continuam assim as suas reivindicações, a principal das quais é o direito ao ensino igual para brancos e negros, enquanto o governo atribui os maus resultados alcançados pelos estudantes negros à "preguiça" destes.



Como se vê, os oprimidos têm sempre toda a espécie de defeitos, para os opressores. As disposições agressivas das autoridades racistas da África do Sul que tentam manter-se no poder podem constatar-se pelo aparato bélico que a polícia, de farda camuflada e disposta de armas de várias espécies, mostra durante o cerco que mantém à volta dos bairros negros na periferia das principais cidades.

Enquanto internamente reforçam as suas forças de segurança, os racistas sul-africanos mantêm na Namíbia, território sob a sua ocupação, mais de 50 mil homens, tropas que são constantemente aumentadas e as quais participam nas provocações que os grupos reaccionários da UNITA e da FNLA dirigem diariamente contra a República Popular de Angola.

Regime destinado

a desaparecer, o da África do Sul, tal como o da Rodésia, tem os dias contados. E no desespero do fim próximo que se intensifica a repressão e a violência, às quais responde a firmeza dos trabalhadores e do povo, apoiados pela solidariedade internacional, em cuja primeira linha os comunistas portugueses sempre estiveram e estarão, acompanhados por todos os democratas e antifascistas.

Espanha:

GOVERNO PROMETE OUTONO DURO

O governo espanhol não precisa de «dramatizar» para considerar a situação económica daquele país como dramática. Com uma dívida externa que irá ultrapassar largamente o meio bilião de contos, com mais de 800 mil desempregados, com o agravamento de preços a que conduz a política de desvalorização, anuncia-se difícil o futuro da Espanha que há pouco saíu das eleições que levaram ao executivo do país os herdeiros do franquismo «reformado».

O agravamento progressivo da dívida externa verifica-se sobretudo a partir de 1974 e as medidas de desvalorização decretadas não vão servir, decerto para que esta diminua.

O que o governo promete, de resto, não é a melhoria rápida das condições de vida dos espanhóis, não é resolver a grave crise que o país atravessa, não condiz decerto com a campanha eleitoral que levou ao poder os mesmos homens que anteriormente geriam a crise que em Espanha já se vinha

agravando. O que o governo promete é «um Outono duro», segundo as próprias palavras do vice-presidente do Governo, Quintana, ao falar aos jornalistas sobre «o plano de emergência». Este plano, segundo o próprio Quintana confessou, visa fazer face às dificuldades imediatas, não se tratando de tomar medidas de fundo que garantam no futuro aos espanhóis uma vida melhor.

O plano do governo inclui, entre outras, as medidas de desvalorização da peseta

e o congelamento dos salários, e o vice-presidente Quintana promete também restrições de energia e mesmo racionamento desta. E também pede aos espanhóis, como não podia deixar de ser, que «adquiram consciência» da situação.

Os espanhóis vão, sim, adquirindo consciência de que as medidas anunciadas ou já em prática pelo governo Suarez, não favorecem os interesses da grande maioria da população e, sobretudo, dos trabalhadores.

«Estas medidas são um passo nitidamente insuficiente», avançou já o secretário-geral das «Comissões Obreras», Marcelino Camacho, que é simultaneamente deputado comunista. Camacho referia-se especificamente ao plano adoptado pelo governo para combater o desemprego. Este plano — uma verba de 32 milhões de pesetas — apenas resolveria o problema de emprego para dez por cento dos 800 mil desempregados, segundo o mesmo deputado.

A par das dificuldades consideradas dramáticas pelos governantes, o terrorismo continua, no país vizinho, a adiar a concretização da democracia. Nos últimos dias vários atentados têm abalado algumas cidades da Espanha, sucedendo-se as prisões.

QUADROS QUALIFICADOS PARA O NOVO VIETNAME

A escola profissional número 3 de Rustavi, na Geórgia, República Soviética do Cáucaso, é um dos numerosos estabelecimentos de ensino soviéticos que formam quadros qualificados para a República Socialista do Vietname. Aí aprendem 150 jovens vietnamitas os ofícios de laminador, operário de altos-fornos, electricista de aparelhos de controlo e de precisão e do equipamento automático na produção metalúrgica. Sob a direcção de experimentados mestres, estes jovens iniciam-se nos segredos da profissão "do fogo".

A ajuda concedida pela URSS na formação de quadros nacionais continua a constituir uma parte importante da sua cooperação multilateral, tanto com os países



socialistas como com os países em vias de desenvolvimento. De 1971 a 1975, mais de 6 mil cidadãos dos 31 países terminaram os seus cursos nas escolas profissionais soviéticas. Cerca de 120 centros de formação profissional criados com a assistência técnica da URSS funcionam no estrangeiro.

A União Soviética coopera com os países socialistas e com os países em vias de desenvolvimento na formação de especialistas de nível superior e secundário. Mais de 80 mil médicos, professores, engenheiros e técnicos, com diplomas de estabelecimentos de ensino soviéticos, trabalham nos seus países. Actualmente 45 mil jovens de 130 países frequentam os Institutos e Escolas Técnicas soviéticas.

ACABOU O "PACTO" NA GRÃ-BRETANHA

As dificuldades criadas aos trabalhadores britânicos, consequência do aprofundamento da crise em que a Grã-Bretanha, como todos os outros países capitalistas, se encontra mergulhada, endurece as posições daqueles que produzem a riqueza.

Com efeito, tendo expirado o chamado «pacto social» entre os sindicatos e o patronato, os trabalhadores não permitiram a sua

renovação. A partir de agora, sindicatos e patronato negociarão as condições de compra da força de trabalho.

O governo trabalhista, porém, não deixa de continuar os seus esforços para diminuir ao mínimo as consequências desta «liberdade» e, tentando obter o apoio dos Sindicatos,

quer limitar os aumentos salariais a 10 por cento. A atitude de algumas organizações sindicais, colocando-se fora desse compromisso, é já considerada responsável do novo surto inflacionista que por certo se verificará no próximo ano.

Assim tenta um sistema mascarar as dificuldades que encontra para resolver problemas que apenas o socialismo pode resolver — o escapar à crise ou às crises, não é, como pelo mundo fora se vai demonstrando, possível no quadro de um sistema em que o lucro e a exploração são o motor do desenvolvimento.

Hoje as estatísticas oficiais da Grã-Bretanha assinalam que existem mais ingleses desempregados que em qualquer outro período desde a 2.ª Guerra Mundial, o que provocou uma declaração a esse respeito do ministro do Emprego daquele país, Albert Booth.

As declarações de intenção não bastam porém. E não vai ser fácil, para o Governo Trabalhista, ou para outro que o substitua, dar trabalho aos 1 613 956 desempregados que existem actualmente na Grã-Bretanha.

● A Inglaterra e o Mercado Comum: impasse económico

A participação da Inglaterra no Mercado Comum agravou a sua situação económica, declarou o Ministro da Energia W. Benn numa conferência de imprensa realizada em Londres onde revelou que o défice comercial da Inglaterra com os seus parceiros do Mercado Comum atingiu 8 biliões de libras esterlinas em 4 anos. A indústria desenvolve-se a ritmos extremamente lentos, o câmbio da libra diminuiu consideravelmente. A dívida externa aumentou. Apenas nos dois últimos anos os preços aumentaram 40 por cento na Inglaterra. Os efectivos do exército de desempregados atingem cerca de 1,4 milhões de pessoas.

Os agricultores britânicos também se encontram numa situação difícil. Segundo os dados oficiais, a realização duma política única agrícola no seio da CEE, a alta dos preços das sementes, máquinas agrícolas e combustível, teve por resultado uma diminuição média de 9 por cento dos rendimentos.

Se anteriormente, para defender os agricultores das falências, o governo Inglês efectuava subvenções através das reservas previstas no orçamento geral do Estado, actualmente essa medida é impossível: o regulamento da CEE impede os países membros de subvencionar os seus sectores agrícolas.

Quanto às tentativas de melhorar a situação dos agricultores graças aos fundos próprios do Mercado Comum, revelaram-se infrutíferas, prosseguindo a ruína de pequenos e médios proprietários da terra.

Toda esta situação é agravada pelo aumento das despesas militares da Inglaterra.

● Poder dos monopólios e corrupção

O ex-Presidente da filial italiana da Companhia petrolífera "Esso-Standard" Vincenzo Kazzaniga, foi preso na sua residência, uma luxuosa villa perto de Roma.

A primeira ordem de prisão passada ao industrial datava de Fevereiro de 1974. Kazzaniga conseguiu escapar para os EUA de onde regressou posteriormente sendo imediatamente detido. Na ordem de prisão afirma-se claramente o motivo: apropriação legal de meios financeiros e falsificação de documentos.

No centro deste caso jurídico está um escândalo no sector do petróleo de que se encarregou uma



comissão parlamentar especial para a investigação de crimes contra o Estado.

A soma que os directores da "Esso Standard" utilizaram para o suborno dos representantes de alguns partidos políticos do país atinge quarenta biliões de libras, apenas no período que decorreu entre 1967 e 1973 em troca do auxílio que lhes foi prestado pelas medidas governamentais em proveito da União dos Industriais petrolíferos Italianos.

O escândalo surgiu em 1973, quando as autoridades de Génova iniciaram um inquérito sobre o comércio dos produtos derivados do petróleo. O inquérito revelou as actividades de alguns dirigentes políticos que ocupavam lugares ministeriais.

Mais um exemplo entre muitos que comprova o que é a corrupção entre os grandes capitalistas.

● As rivalidades no seio do capitalismo

Nos meios financeiros ocidentais verifica-se uma desvalorização do dólar americano, ao mesmo tempo que sobe o câmbio do marco alemão e do Yen japonês, moedas dos principais concorrentes comerciais dos EUA. Estas perturbações monetárias reflectem a irregularidade de desenvolvimento do capitalismo e a consolidação das posições de certos países à custa de outros.

Os três países referidos lutam pela redistribuição do poder económico no seio do sistema capitalista. A Grã-Bretanha, a França e a Itália estão já afastados da competição, sofrendo mais do que os outros os efeitos da estagnação do crescimento económico.

Mesmo os Estados Unidos vêem-se obrigados a ceder as suas posições. Apesar da recuperação americana nos mercados mundiais em 1973-75 devido à desvalorização do dólar no início dos anos setenta, o quadro tende a modificar-se.

No ano passado, a parte dos EUA na exportação mundial de produtos manufacturados baixou para o nível de 1970. A agudização da concorrência no mercado internacional fez passar a parte dos EUA na exportação do mundo capitalista de 23 por cento em 1966 para 20,3% em 1976.

Entretanto, o ritmo de expansão comercial e económico da RFA tem aumentado nos últimos anos, chegando a exportar cerca de metade da sua produção industrial. Os investimentos oeste-alemães no estrangeiro quadruplicaram de 1971 a 1976, atingindo 11 biliões de marcos. Os monopólios da RFA estabeleceram-se não só em África como no Médio Oriente e na América Latina, mas também nos países desenvolvidos da Europa Ocidental.

Por seu lado, os monopólios japoneses implantaram-se solidamente no sueste asiático e actúan nos países do Médio Oriente, América Latina e Europa Ocidental. Tal como as firmas alemãs, também penetraram no mercado americano.

A RFA e o Japão não lutam apenas por uma redistribuição dos mercados de escoamento e das zonas de investimento: estas potências pretendem desempenhar um papel dirigente nos assuntos do mundo capitalista.

Daqui resulta claro o poder crescente do trio EUA-RFA-Japão no seio do sistema capitalista. A sua parte na produção industrial deste sistema representa actualmente dois terços. Agindo a partir de posições de força, o triunvirato procura ditar a sua vontade nas conferências económicas dos países capitalistas.

Esta situação não pode deixar de agravar as contradições do mundo capitalista, agudizando a rivalidade entre as principais potências do capital.

3.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DAS FAPLA

O povo angolano celebrou, na passada segunda-feira, num ambiente de alegria e de confiança no futuro, a passagem do 3.º aniversário da fundação das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), destacamento armado do MPLA.

As FAPLA — que são constituídas pelas Forças Armadas Populares de Terra, Forças Armadas Populares do Ar, Marinha Popular, Corpo de Polícia Popular e Organização de Defesa Popular — passaram a ser o exército regular do país após

a proclamação da independência (11 de Novembro de 1975).

O cargo de comandante-chefe das FAPLA é desempenhado pelo presidente da República Popular de Angola e do MPLA, camarada Agostinho Neto.

As comemorações do 3.º aniversário da fundação das FAPLA incluiu uma romagem a Kifangondo, onde foi feita uma descrição da batalha ali travada contra os mercenários dos grupos fantoches da UNITA e da UPA, que pretendiam tomar a capital angolana, Luanda.



Declaração política na Assembleia da República

RESTRICÇÕES ÀS LIBERDADES SÃO SINAL DE FRAQUEZA

Numa recente intervenção na tribuna da Assembleia da República, o deputado Abóim Inglês - em declaração política do PCP - denunciou mais uma série de factos que se inserem num quadro geral e ostensivo de medidas restritivas dos direitos e liberdades conquistadas pelo povo português.

Nas últimas semanas - referiu Abóim Inglês - brigadas camarárias, acompanhadas de agentes de autoridade, a mando não se sabe de quem, arrancam de forma programada cartazes e dícticos, chegam ao ponto de invadir a propriedade alheia e de retirar cartazes das próprias janelas das sedes do PCP, desencadeiam "operações de limpeza" de materiais de propagação afectadas por sérios e reais problemas de higiene e sanidade pública normalmente encontram a justificação da falta de meios humanos e materiais para ocorrer a tais necessidades.

A isto chamamos medidas restritivas do exercício das liberdades, realizadas, além do mais, com um manifesto carácter discriminatório.

Dezenas de cidadãos são detidos por agentes da autoridade por fazerem inscrições, afixarem cartazes ou distribuírem documentos no âmbito do seu legítimo direito a exprimir as suas opiniões e a intervirem na vida nacional. Alguns são mesmo insultados, atacados à bastonada, agredidos violentamente sem qualquer interposição prévia.

A isto chamamos medidas restritivas das liberdades, arbitrio, prepotência, tentativas claras de intimidar os cidadãos para que desistam de exercer os seus legítimos direitos.

Assiste-se a sucessivas recusas e entraves à cedência de edifícios, instalações e lugares públicos para a realização das mais diversas iniciativas políticas.

A isto chamamos medidas restritivas das liberdades, visando dificultar o exercício do direito de reunião, amputar e empobrecer a vida democrática do País.

Em inúmeras empresas instala-se um clima de retaliação e vingança do patronato reaccionário, em ofensa premeditada aos direitos dos trabalhadores, traduzido em agressões e violências físicas, em despedimentos ou suspensões de trabalhadores, delegados sindicais e comissões de trabalhadores.

A isto chamamos medidas restritivas do exercício das liberdades, nas quais o Governo assume dupla responsabilidade, pela complacência e passividade com que se encara e porque é pela sua mão que o patronato sabotador está regressando para impor a sua repressão nas empresas.

Proseguindo a sua intervenção, salientou Abóim Inglês: É para este conjunto de situações e acontecimentos, aqui caracterizados sumariamente em termos que não dão a medida da indignação e do protesto dos democratas que deles são vítimas, três anos após a madrugada libertadora do 25 de Abril, que o PCP entende dever chamar a atenção da Assembleia da República e entende dever chamar à responsabilidade

o Governo e as autoridades que dele dependem.

É preciso que fique claro que os democratas portugueses não aceitarão que portarias e regulamentos, municipais, administrativos ou policiais venham, tal como antes do 25 de Abril, reduzir, dificultar ou anular o exercício dos direitos e liberdades que conquistaram e a Constituição consagra.

É preciso que fique claro que a regulamentação dos direitos e liberdades consagrados na Constituição constitui competência reservada desta Assembleia da República.

Os democratas portugueses não poderão consentir que a legalidade democrática seja violada por comportamentos e atitudes arbitrários e ilegais, que os seus direitos e liberdades venham a ser, passo a passo, amordaçados pela via das detenções com objectivos intimidatórios, das posturas municipais sobre publicidade, ou de interpretações subitas de legislação antiga, necessariamente caduca pela vigência da Lei fundamental do País.

E a finalizar a declaração política do PCP, o deputado Abóim Inglês acentuou: As medidas restritivas que aqui acabamos de denunciar não resultam de erros lamentáveis, de um ou outro deslize autoritário, de uma ou outra precipitação, desta ou daquela descoordenação, ou de deficiente informação das autoridades sobre os direitos dos cidadãos.

As medidas restritivas do exercício das liberdades são parte integrante e indissociável da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista promovida pelo Governo, com o apoio da direita.

Mas a verdade é que tais medidas restritivas, longe de serem um sinal de força, são um clamoroso sinal de fraqueza, um novo motivo de desprestígio, um acrescido factor de desilusão, uma prova renovada de que o Governo não só pretende liquidar as conquistas económicas e sociais do 25 de Abril como é ainda responsável directo por intoleráveis ofensas às liberdades democráticas.

O regime democrático português, a sua natureza e as suas características são as que estão consagradas na Constituição da República e não aquelas que conveniências conjunturais e estritamente partidárias dum Governo gostariam que fossem.

As liberdades democráticas dos cidadãos portugueses têm a amplitude e a dimensão que a Constituição define, e não aquela que os interesses do Governo e as suas disposições autoritárias queiram determinar.

Por isso, é tempo de o Governo adoptar com urgência as medidas necessárias para que cessem os abusos, as prepotências, as inadmissíveis restrições ao exercício das liberdades. E por isso, é tempo de o Governo apurar as responsabilidades dos atentados cometidos nas últimas semanas. Por isso, é mais que tempo de o Governo perceber que não só é seu estrito dever não atentar contra as liberdades, como é indeclinável obrigação garantir e criar condições para o mais pleno exercício das liberdades.

PCP apresenta projecto de lei sobre organizações fascistas

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, na passada semana, à Assembleia da República, um projecto de lei sobre organizações fascistas. Com esta iniciativa legislativa procura o PCP contribuir para a aprovação dos instrumentos jurídicos necessários à defesa do Estado democrático e do regime constitucional. Trata-se de uma iniciativa constitucional, que se justifica pela crescente actividade de organizações de carácter marcadamente fascista que atentam contra a jovem democracia portuguesa - de que os recentes acontecimentos no Rossio são apenas um, mas elucidativo, exemplo.

Apresentar na Assembleia da República este projecto de lei o Grupo Parlamentar do PCP procura dar expressão legislativa ao firme desejo que anima todos os portugueses de sentimentos democráticos de verem severamente castigadas as actividades e provocações fascistas, de verem defendida a Revolução iniciada em 25 de Abril, que só a luta do Povo português e dos militares patriotas tornou possível.

É o seguinte o texto do projecto de lei, antecedido do respectivo preâmbulo:

1. «A 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do Povo português, e interpretando os seus sentimentos mais profundos, derrubou o regime fascista - assim começa o Preâmbulo da Constituição. Em consequência lógica desse princípio antifascista a Constituição estabelece, no n.º 4 do Artigo 48.º, que "não são consentidas (...) organizações que perfilhem a Ideologia fascista". E num outro aforramento desse mesmo princípio, a Constituição determinou no n.º 1 do Artigo 163.º a perda do mandato dos deputados que "sejam judicialmente condenados por participação em organizações de Ideologia fascista". 2. O objectivo da presente lei é a concretização do imperativo constitucional de proibição das organizações fascistas. O sentido da norma constitucional é claro. Qualquer sistema constitucional assenta num núcleo de princípios constitucionais fundamentais cuja defesa é uma exigência da própria sobrevivência da ordem constitucional. Deste modo o n.º 4 do Artigo 48.º constitui, no plano constitucional, uma resposta lógica e necessária à radical fractura entre um regime fascista e o regime democrático, saído da Revolução de 25 de Abril. Inscrita no capítulo referente aos direitos fundamentais, a norma referida nem sequer levanta os problemas de execução imediata e transitoriedade suscitados por normas semelhantes de outras constituições. Por um lado, estabelece uma restrição ao direito de associação, sem que se possa afirmar que, por tal facto, a Constituição estabeleça uma ruptura no sistema dos direitos fundamentais; por outro lado imane, como é, à própria defesa das instituições democráticas, a norma subsiste enquanto houver o perigo do renascimento de actividades fascistas. De qualquer modo importa ter bem presente a distinção entre sanções legítimas contra organizações fascistas e as sanções constitucionais exigidas contra

«delitos de opinião», que seriam inconstitucionais. Isto se teve em conta na definição de organizações fascistas.

3. A necessidade da presente lei é tanto mais premente quanto é certo que não existe na ordem jurídica qualquer instrumento legal que habilite minimamente a alcançar o objectivo constitucional de proibição de organizações fascistas e de condenação dos seus responsáveis na sua actividade, independentemente do seu carácter de associação legalmente constituída, e dos métodos da sua acção.

4. Nestes termos, os deputados do Grupo Parlamentar do PCP apresentam o seguinte projecto de lei:

ARTIGO 1.º (Princípio geral) São proibidas as organizações de Ideologia fascista.

ARTIGO 2.º (Definição de Ideologia fascista) Para efeitos do presente diploma considera-se Ideologia fascista a que consiste na defesa do salazarismo, do corporativismo, do colonialismo, do belicismo e do nacionalismo, bem como na exaltação de expoentes, princípios, instituições e métodos do regime suprimido em 25 de Abril de 1974.

ARTIGO 3.º (Definição de organização) 1. Para efeitos da presente lei considera-se existir organização sempre que exista qualquer combinação, conjugação ou concertação de esforços com vista à propagação da Ideologia fascista ou à prática de actividades de acordo com

os seus princípios, independentemente da forma jurídica da organização e do seu carácter permanente ou eventual.

2. Consideram-se igualmente organizações para efeitos do presente diploma as empresas jornalísticas ou editoriais responsáveis pela edição de publicações periódicas, sistematicamente votadas à propagação da Ideologia fascista.

ARTIGO 4.º (Sanções penais) 1. Os dirigentes das organizações de Ideologia fascista, bem como aqueles que promoverem ou instigarem a criação de tais organizações serão punidos com pena de prisão até 2 anos.

2. Aqueles que participarem na actividade de organização de Ideologia fascista serão punidos com pena de prisão até 2 anos.

ARTIGO 5.º (Dissolução das organizações) 1. A organização considera-se extinta ou proibida a partir do trânsito em julgado da decisão que declare a dissolução ou a proibição.

2. No caso de se tratar de associação, a decisão será comunicada ao Governador e do reclamo, bem como na exaltação de expoentes, princípios, instituições e métodos do regime suprimido em 25 de Abril de 1974.

ARTIGO 6.º (Iniciativa da acção) O requerimento de dissolução ou de proibição das organizações de Ideologia fascista bem como a acção penal compete ao delegado do Ministério Público junto do tribunal de comarca competente.

A DEMOCRACIA DO PS NAS AUTARQUIAS

Num telegrama enviado à Presidência da República, Primeiro-Ministro, Assembleia da República e Ministério da Administração Interna, o presidente da Câmara Municipal de Avis acusa o governador civil de Portalegre de ter nomeado a nova comissão para o assilo de Avis no decorrer de uma "cerimónia" que teve lugar na sede do Partido Socialista.

A referida comissão foi empossada no dia 29 do passado mês de Julho, sem a Câmara ter sido consultada. No dia 27, o dr. Miranda Calha participou numa reunião com elementos do seu partido, em Avis...

Quem respeita, afinal, a Constituição? Repudiando esta grave manipulação partidária e grave atentado contra a autonomia da Câmara, o presidente do município de Avis exigiu a realização imediata de um inquérito para apuramento de responsabilidades.

As firmabras do dr. Calha têm de ser manobras do desmascaramas!

Através de um seu representante (que até governador civil...), o PS voltou a espezinhar a Constituição, lei fundamental do País. A comissão para o assilo só devia ter sido constituída e empossada depois de consultado o município de Avis.

O PCP e os emigrantes

RESOLVER PROBLEMAS DEFENDER DIREITOS

Só uma política verdadeiramente progressista pode resolver os problemas dos emigrantes, diz uma publicação da Comissão do PCP para o trabalho entre a emigração. E adianta:

Os problemas imediatos e a longo prazo dos trabalhadores emigrantes só poderão encontrar soluções no quadro de uma política verdadeiramente progressista, de esquerda, voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Tal política só é possível com a participação activa do Partido Comunista Português - o partido dos trabalhadores.

Referindo-se à defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores emigrantes, o documento prossegue:

O PCP defende a consagração, em acordo com os governos dos países de emigração portuguesa, da vontade expressa pelos trabalhadores emigrantes para a resolução dos problemas que mais os afectam, nomeadamente:

- efectivo direito ao trabalho e garantia de emprego;
- ensino da língua por professores nacionais e cursos de alfabetação para adultos, equiparação de cursos;
- direito à formação e aperfeiçoamento profissional;
- direito à habitação condigna;
- mais e melhores transportes entre os países de emigração e Portugal a preços mais acessíveis;
- não discriminação em relação aos nacionais dos países de emigração em matéria de legislação sobre segurança social;
- facilidades para o reagrupamento familiar;
- apoio da SEE à actividade associativa;
- reestruturação e melhoria dos serviços consulares, das delegações da SEE das agências bancárias portuguesas no estrangeiro;
- participação em Comissões de Controlo de aplicação dos actuais acordos e na elaboração de novos acordos;
- apoio governamental aos meios de comunicação social democráticos da emigração portuguesa;
- solução do pagamento da taxa militar imposta aos desertores, refractários e compellidos;
- facilidades legais para o ingresso de bens próprios quando do regresso definitivo a Portugal.

O regresso à Pátria é uma aspiração legítima e das mais sentidas dos trabalhadores emigrantes portugueses - diz ainda o documento. E prossegue, a finalizar:

Os emigrantes sabem que esse regresso só será possível se em Portugal se verificar uma verdadeira

política de desenvolvimento económico e social, que crie mais trabalho e melhores condições de vida para todos os trabalhadores portugueses.

Não é voltando ao passado que tal pode acontecer. O fascismo, só em 10 anos atirou para a emigração um milhão e duzentos mil portugueses.

É no Portugal saído do 25 de Abril, é consolidando e desenvolvendo as conquistas alcançadas - Nacionalizações, Reforma Agrária, Controlo Operário - que se poderão criar a médio e longo prazo as condições que abram possibilidades para o regresso dos emigrantes. É com um regime democrático e progressista em Portugal que se podem melhorar os direitos e condições de vida e de trabalho no estrangeiro, dos trabalhadores emigrantes portugueses.

Participando com as suas iniciativas na defesa, consolidação e aprofundamento das conquistas do 25 de Abril, os trabalhadores emigrantes estão a defender os seus interesses e a construir bases sólidas para o difícil caminho de regresso à Pátria e, paralelamente, a melhoria da sua condição actual.



Comunicado da FEPU:

SÓ A UNIDADE DOS DEMOCRATAS PODERÁ IMPEDIR A OFENSIVA CONTRA AS LIBERDADES

Após a sua reunião do passado dia 29 de Julho, no decorrer da qual analisou com preocupação o envolvimento de alguns membros de órgãos de Poder local na ofensiva de limitação das liberdades democráticas desenvolvidas pelo Governo e pela direita reaccionária, a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) divulgou à Imprensa um comunicado, onde referiu que essa ofensiva se caracteriza por atentados ao direito de reunião e à liberdade de expressão (retirada de dícticos e proibição de inscrições e cartazes) e detenções, de que são exemplo a de dois deputados da Assembleia da República e a de dois membros de órgãos de poder local do Porto, eleitos em listas da FEPU.

Depois de salientar que a ofensiva em curso contra as liberdades democráticas e as outras conquistas do 25 de Abril só será sustida se encontrar pela frente a unidade dos democratas, e com o partido, o documento da FEPU afirma que a política governamental, cada vez mais isolada, se traduz em matéria de poder local na aliança com os partidos de direita para aprovar normas limitativas do papel das Assembleias Municipais e de Freguesia, bem como esquemas presidencialistas de funcionamento das Câmaras e Juntas, que atentam contra o princípio constitucional da colegialidade.

Mais adiante o comunicado da Comissão Coordenadora da FEPU refere que a aliança do PS e da direita demonstra falta de

vontade de descentralizar, ao rejeitar propostas que atribuíam aos Municípios competências em matéria de construções escolares, cantinas, programas de nutrição e transportes escolares, creches e jardins de infância, internatos e centros de dia para idosos, etc.

A terminar, a FEPU aponta como tarefa a desenvolver, no campo do poder local a continuidade da luta

pela aprovação de um justo regime de finanças locais que estabeleça a autonomia financeira das autarquias e as liberte dos favores ou desfavores do poder central e pela instituição das regiões administrativas, com o consequente reforço da autonomia e iniciativa locais, na defesa dos interesses das populações e na resolução dos

problemas mais prementes das regiões, concelhos e freguesias.

A Comissão Coordenadora apela aos eleitos, activistas e organizações locais da FEPU para que, em unidade com todos os democratas que desejam defender e aplicar a Constituição, reforcem a sua ligação às massas populares e prossigam a luta pela defesa dos ideais de Abril.

A LEI BARRETO REPUDIADA PELOS TRABALHADORES

Que faz correr o deputado Florêncio Matias? - pergunta a dado passo o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, através de um comunicado assinado pela sua direcção. Depois de estranhar que a iniciativa legislativa contra a Reforma Agrária seja levada a cabo pelo Governo e pela direcção e deputados do Partido Socialista, o comunicado afirma que, para o «projecto Barreto» passar na Assembleia da República, os trabalhadores tiveram de assistir à deturpação da realidade, ao elogio dos exploradores de outrora, aos insultos em que participaram em coro os deputados do CDS, do PPD e, com especial relevo, os do PS.

Desmentindo uma afirmação de Florêncio Matias que declarou antidemocráticas as UCPs e Cooperativas menos a dele, depois de classificar de «ponto mais sórdido de todo o debate» as intervenções daquele deputado do PS, o comunicado faz uma série de perguntas.

a) Porque é que não disse que há cerca de 2 meses os associados da sua Cooperativa, reunidos em plenário, o quiseram demitir da direcção e da própria Cooperativa, devido às atitudes antidemocráticas que vinha tomando, e que isso só não aconteceu porque um seu «amigo» engravado que viera de propósito de Lisboa, fez um «comovente» discurso apelando à generosidade dos trabalhadores?

b) Porque é que não disse que cerca de 30 trabalhadores da sua Cooperativa que tinham manifestado o desejo de aderir à jornada de luta do dia 22 de Junho foram, por isso, na véspera, ameaçados de expulsão pelo sr. Florêncio e pela direcção?

c) Porque é que não disse que, para distrair os trabalhadores dessa mesma jornada de luta, a direcção da Cooperativa, ao almoço desse mesmo dia 22, pôs à disposição grátis dos trabalhadores vinho em abundância?!!

d) Porque é que não contou que no dia 21 de Junho a direcção da sua Cooperativa prometeu a todas as mulheres que a partir daí passariam a ter trabalho permanente, mas que logo no sábado seguinte (entretanto já tinha passado o dia 22!!) foram mandadas para continuando até hoje sem trabalho?

e) Como é que explica que numa cooperativa tão «democrática» as mulheres não tenham direito a voz nem a voto?!!

f) O sr. Matias afirmou que as contas da sua Cooperativa são apresentadas ao Governo; já não disse, porém, que só são

lidas aos trabalhadores uma vez por ano, e que, no ano passado, quando a direcção os apresentou aos trabalhadores (e uns dias antes tinha-as mostrado ao sr. ministro Barreto que visitara a Cooperativa), havia uma falha, ao que consta, de cerca de 190.000\$000! Como também não disse que, apesar de os trabalhadores terem decidido processar por isso certo elemento da direcção, esta até hoje nada fez nesse sentido!

E, depois de algumas outras interrogações embaraçosas para o deputado do PS, o documento afirma, a terminar:

- A luta contra o retorno ao passado deve lranhar todos os trabalhadores do campo e da cidade. Não tenhamos dúvidas de que, sentindo-se suficientemente forte, a reacção e o fascismo não poupará sequer aqueles que, consciente ou inconscientemente, lhes fizeram, em determinadas alturas, o jogo.

- Nesta fase em que os inimigos dos trabalhadores unem forças para destruir a Reforma Agrária e as conquistas de Abril só a unidade

de entrega de reservas pedidas por agricultores. A processar-se esta entrega seriam as terras de Vale de Egúas, Torre de Lóbio, Farrobo e anexas, Lage, Montecolito, Graciosa, Escalfações, Quinta do Pantufe, Vales Mortos, Papolla e Vale de Galinhas que a UCP perderia, entre outras a favor de reservatórios que não iriam trabalhar directamente a terra.

A UCP depois de indicar que desconhece se os reservatórios declararam os pródios rústicos e urbanos que possuem, afirma que a atribuição das reservas poderia significar a supressão de 380 postos de trabalho. Os reservatórios, diz ainda, não vão aceitar praticamente nenhuns trabalhadores. Assim irão ficar a sobrecarregar a restante parte da Unidade.

A UCP declara-se convencida de que o CRAA de Beja tentará entregar as melhores terras, avisando que, de qualquer modo, a viabilidade económica seria afectada e a produção nacional também. Se as reservas forem entregues, a UCP, que conta 14 mil hectares, ficará reduzida a 4 mil. Os trabalhadores declaram não

A CGTP PRONUNCIA-SE

A Intersindical Nacional decidiu, através de uma reunião do seu Secretariado, promover iniciativas no sentido de denunciar a inconstitucionalidade da lei Barreto e da nova Lei do Arrendamento Rural, que, como tal, não deveriam ser promulgadas pelos órgãos de soberania encarregados de cumprir e de fazer cumprir a Constituição, que têm o dever jurídico, político e de honra de não deixarem passar tais leis.

Demonstrando que a Lei Barreto é inadequada à realidade, tal como a Lei do Arrendamento Rural, aprovada recentemente, a CGTP afirma que dificilmente poderão estas duas diplomas ser aplicadas.

Afirma ainda o Secretariado da Inter que a CGTP vai intensificar a acção de informação, esclarecimento e denúncia dos objectivos económicos, sociais e políticos da Lei Barreto e de demonstração da necessidade histórica da Reforma Agrária para conservar o regime democrático e realizar o projecto constitucional.

Reunião de rendeiros

Por seu lado, uma reunião dos rendeiros de Arouca, realizada em Aveiro por iniciativa do MARN, manifestou o repúdio pelo projecto de lei do PPD sobre Arrendamento Rural aprovado na Assembleia da República. Participaram na reunião cerca de 120 rendeiros, o que veio mais uma vez demonstrar a crescente consciência que os trabalhadores do campo do Centro e do Norte tomam acerca dos seus direitos e dos seus verdadeiros interesses.

Mais reservas menos trabalho

A UCP «Margem Esquerda» declarou, através de documento enviado ao director do CRAA do distrito de Beja, não aceitar

A SAIDA DA CRISE À Venda Nas Livrarias e Centros de Trabalho do PCP